

RAFAEL SANDRIN DA CRUZ

**O JORNAL TERRA LIVRE E OS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE
SÃO PAULO (1954-1964)**

MARINGÁ- PR

2013

RAFAEL SANDRIN DA CRUZ

**O JORNAL TERRA LIVRE E OS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE
SÃO PAULO (1954-1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Priori.

MARINGÁ
Junho, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

S198j Sandrin da Cruz, Rafael.
O Jornal Terra Livre e os Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (1954-1964) / Rafael Sandrin da Cruz. - Maringá: [s.n], 2013
170 f.

Orientador: Ângelo Aparecido Piori
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá
Inclui bibliografia

1. Terra Livre. 2. DEOPS/SP. 3. Partido Comunista. 4. Reforma Agrária. I. Piori, Ângelo Aparecido. II. Universidade Estadual de Maringá. III. Título.

RAFAEL SANDRIN DA CRUZ

**O JORNAL TERRA LIVRE E OS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE
SÃO PAULO (1954-1964)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Ângelo Priori

2º Examinador: Prof^a. Dr^a. Luciana Regina Pomari

3º Examinador: Prof. Dr. Davi Félix Schereiner

Maringá-PR, 7 de junho de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais, José
Fernandes e Isabel Sandrin.
A minha irmã, Nayara Sandrin.
Aos meus avós, Iris Zamarioli e Hermínio
Fregolente (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

É preciso agradecer! Agradeço primeiramente o meu orientador Prof. Dr. Ângelo Priori, pelos seus ensinamentos e sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento desta dissertação. Pela dedicação, seriedade acadêmica e paciência durante o processo de pesquisa e redação final do trabalho. Manifesto também minha gratidão e minha admiração a este historiador que acompanhou o presente trabalho desde a formulação do pré-projeto e que colocou à minha disposição o computador do Laboratório de Política e Movimentos Sociais (LAPOM) para o trabalho de análise das fontes.

Faço um agradecimento especial ao Prof. Fernando Perli, que me incentivou a realizar as primeiras pesquisas de iniciação científica durante a graduação e que colocou à minha disposição sua biblioteca. Aos meus ex-professores da graduação, Fábio Augusto Oliveira Santos, Marcos Martinelli e ao Professor e Cientista Político, Paulo Sérgio da Silva, das Faculdades Adamantinenses Integradas.

Gostaria de agradecer, em especial, aos professores do PPH, principalmente ao Luis Miguel, Peter Mainka, João Fábio Bertonha, Sandra Pelegrini e Sidnei. Principalmente ao Prof. Lautaro Bruera e José Carlos Gimenez, pessoas com quem discuti questões referentes a esta pesquisa.

Agradeço aos meus companheiros do mestrado, principalmente aos da linha de Política e Movimentos Sociais, com quem aprendi muito e com quem passei bons momentos: Gelise, Murilo, Denilton, Ana Paula e Moisés. Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos Simone Nunes e Marcos Francisco. Ao meu amigo Leandro da cidade de Monte- Mor que me deu aquela força durante o período de pesquisa.

Aos meus colegas com quem convivi durante os tempos da graduação: Laís Mayumi, Luis Adolfo, Pr. Wagner, Viviane Almeida, Lucas Marques e Thiago Rafael.

Não poderia deixar de agradecer minha professora dos Ensinos Fundamental e Médio, Miriam Sales Griffó que me incentivou a trilhar os caminhos da História desde o período em que eu cursei o Ensino Médio e as demais pessoas que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

A competente Secretária, Gisele, por ter sempre atendido gentilmente e por ter sido sempre atenciosa e prestativa.

Manifesto gratidão a minha ex- professora de Língua Portuguesa do Ensino Médio, Marlene Fávoro, que leu com atenção cada parágrafo desta pesquisa e que corrigiu os erros de Língua Portuguesa com muita dedicação e afinco.

Agradeço ao Edson, por ter realizado o trabalho de digitalização do microfilme e ter possibilitado acesso às cópias dos exemplares do Jornal Terra Livre, material importante para o desenvolvimento deste trabalho. Ao Prof. Davi Félix Schereiner e a Prof.^a Luciana Regina Pomari, pela participação no exame de qualificação e pelas sugestões que foram extremamente importantes para o aprimoramento desta dissertação, junto à banca da defesa.

CRUZ, R.S. *O jornal Terra Livre e os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo (1954-1964)*. Maringá, 2013. p.170. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória do jornal Terra Livre e como esse periódico foi utilizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para noticiar os acontecimentos dos homens do campo no período de 1954-1964. Por meio do jornal Terra Livre, os comunistas procuraram estimular os lavradores de todo o país a lutarem por reivindicações como salário-mínimo, 13º salário, férias, dentre outros. O periódico foi fundado e tinha como finalidade divulgar as diretrizes do PCB aos lavradores brasileiros. Para entender as políticas do periódico para com os trabalhadores brasileiros, analisamos os exemplares dos periódicos publicados entre os anos de 1954 e 1964, inclusive a repressão que este jornal sofreu pela Polícia Política. Neste sentido, recorremos aos relatórios produzidos pelo DEOPS/SP, acerca das investigações desenvolvidas pelos agentes em torno do Terra Livre. Concluiu-se que mesmo sofrendo forte repressão, o PCB alcançou os seus objetivos, transformando o Terra Livre em um importante meio de comunicação do ideário comunista com os homens do campo.

Palavras-chave: Terra Livre; DEOPS/SP; Partido Comunista; Reforma Agrária.

CRUZ, R.S. *The Newspaper Free Land and Rural Workers of the State of São Paulo (1954-1964)*. 2013.p.170. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

Abstract

The goal of this work is to analyse the trajectory of the Free Land newspaper and how this periodical was utilized by Brazilian Communist Faction (PCB) to announce they men of the field happening in the period of 1954-1964. Through the Free Land Newspaper, the communists looked for to stimulate the farmer of the all country to fight for demands as minimum wage, 13 salary, vacations, among anothers. The periodical was founded and it had as finality to divulge the directives of PCB to Brazilian farmers. To understand the polities of the periodical into the Brazilian Workers, we analyse the examples of the periodicals published between the years 1954 and 1964, inclusive the repression that this newspaper suffered by politics. In this sense , we went over to the reports produced by DEOPS/SP, about the investigations developed by agents around of the Free Land. It concluded that even suffering strong repression, the PCB achieved its goals, turning the Free Land into an important means of the communication of the communist ideary with men of the field.

Key-words: Free Land; DEOPS/SP; Communist Faction; Agrarian Reform.

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1- Lista de exemplares publicados pelo Terra Livre entre os anos de 1954 e 1964.p.33

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1- Um milhão de meninos entre 10 e 14 anos trabalham na lavoura. p.37

Figura 2- Sapucaia, a usina do ministro. p.38

Figura 3- A corda sempre arrebenta para o lado mais fraco. p.40

Figura 4- O ABC do lavrador. p.59

Figura 5- João Carreiro e a Reforma Agrária. p.83

Figura 6- A página que deverá ser recortada pelos assinantes está localizada no exemplar.
p.93

Figura 7- O meeiro Joaquim vai a conferência. p.95

ÍNDICE DE FOTOS:

Foto 1- O Protesto de Dracena contra a fome. p.41.

Foto 2- Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da Terra. p.42.

SIGLAS

CANG - Companhia Agrícola de Goiás.

CC - Comitê Central

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CONSIR- Comissão Nacional de Sindicalização Rural.

CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil

CNTA - Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

DEOPS/SP - Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo.

DEOPS/PE - Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Pernambuco.

DEOPS/CE - Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Ceará.

DRT - Delegacia Regional do Trabalho.

ETC - Empresa de Telégrafos e Correios.

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural.

FAP - Frente Agrária Paranaense.

FATAESP - Federação Das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo.

FECOESP - Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo.

MASTER- Movimento dos Agricultores Sem terra.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PSD - Partido Social Democrático.

PCUS - Partido Comunista da União Soviética.

PSB - Partido Socialista Brasileiro.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

TL - Terra Livre

UDN - União Democrática Nacional.

UGT - União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

URSS - União das Repúblicas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1.....	29
O JORNAL TERRA LIVRE: HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS.....	29
1.1. História do jornal Terra Livre.....	30
1.2. Coluna Conheça seus Direitos.....	42
1.3. Coluna Poetas do Sertão.....	48
1.4. Coluna Cartas da Roça.....	52
1.5. Seção Almanaque da Terra.....	54
2. Visões de Mundo dos Comunistas sobre o campo brasileiro.....	55
2.1. O ABC de Prestes.....	55
2.2. O Terra Livre e os Regimes Comunistas.....	59
2.3. O Terra Livre e a Cobertura de conflitos.....	62
CAPÍTULO 2.....	66
O TERRA LIVRE E AS POLÍTICAS DO PCB PARA O CAMPO.....	66
2.1. A Política do PCB para o campo.....	67
2.2. O Debate sobre a Reforma Agrária.....	79
2.3. O Terra Livre e a divulgação de eventos.....	91
CAPÍTULO 3.....	102
AS LUTAS SOCIAIS DOS TRABALHADORES RURAIS NAS PÁGINAS DO TERRA LIVRE.....	102
3.1. Relações de Trabalho no Interior Paulista.....	103
3.2. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.....	108
3.3. As Greves.....	115
3.4. As Lutas por Direitos Trabalhistas (13º Salário e outros Direitos).....	124

3.5. Representações sobre a Luta dos Trabalhadores Rurais Paulistas.....133

CAPÍTULO 4.....138

O TERRA LIVRE SOB AS LENTES DO DEOPS/SP: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA.....138

4.1. O jornal Terra Livre enquanto alvo do olhar repressor.....139

4.2. A Justiça como Resistência.....150

4.3. A Palavra Impressa como Resistência.....155

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....163

FONTES.....167

REFERÊNCIA.....167

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória do jornal Terra Livre e como esse periódico foi utilizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para noticiar os acontecimentos dos homens do campo no período de 1954-1964.

É importante considerar que o partido contou com o trabalho do jornal Terra Livre, para estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais brasileiros durante esse período. Um dos objetivos desta pesquisa foi o de estabelecer uma discussão acerca das ações repressivas e investigativas do DEOPS/SP em torno do periódico. Além de analisar a repressão ao Terra Livre, procuramos entender o papel desempenhado pelo periódico em realizar a propaganda da Reforma Agrária e a divulgação dos direitos dos trabalhadores rurais.

A proposta da presente pesquisa consiste em analisar a estrutura deste órgão de comunicação e as representações que foram construídas pelos jornalistas sobre o homem do campo entre os anos de 1954 e 1964. Apesar de o Jornal ser fundado em 1949, vamos analisar o período 1954-1964, referente aos exemplares que estão arquivados na Biblioteca Nacional. Para o acesso ao jornal Terra Livre, utilizamos das cópias microfilmadas e digitalizadas pelo Laboratório de História Política e Movimentos Sociais (Lappom) do Programa de Pós-Graduação em História como apoio da Central de Documentação (CDO) da UEM.

É importante analisar como a historiografia abordou o Terra Livre. Constatamos que poucos estudos foram desenvolvidos sobre a história do jornal no que concerne sua atuação política no campo brasileiro, principalmente entre os anos de 1954 e 1964, período de existência deste órgão de imprensa. O periódico foi escolhido como objeto de estudos, pois o referido meio de comunicação foi o único concebido pelo PCB e voltado exclusivamente aos camponeses.

Esta pesquisa foi desenvolvida por uma trajetória de preocupações em relação aos estudos sobre questões agrárias. O nosso interesse em analisar o Terra Livre está subsidiado na compreensão do papel exercido pelo jornal na divulgação das lutas políticas de trabalhadores rurais paulistas, na defesa da Reforma Agrária e na conscientização dos trabalhadores rurais sobre os benefícios da legislação trabalhista. Um dos motivos que nos levou a estudar este periódico foi o fato de ele ter sido o único meio de comunicação de orientação comunista voltado exclusivamente aos trabalhadores rurais.

Ao analisar a história do periódico, desenvolvemos uma problematização sobre o papel exercido pelo Terra Livre, tanto na luta dos trabalhadores rurais para garantir os mesmos direitos trabalhistas da CLT, bem como divulgar os direitos garantidos pelos

camponeses com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). O jornal procurava manter os lavradores informados sobre os benefícios da legislação trabalhista. Ao longo desse trabalho, mantivemos diálogos com vários historiadores. Sandra Maria Castanho e Leonilde Servolo de Medeiros são autoras que fizeram pesquisas sobre o periódico. Na perspectiva de CASTANHO (2009, p. 22), o Terra Livre foi responsável por levar ao conhecimento dos trabalhadores rurais os benefícios garantidos pela legislação trabalhista. A referida autora direcionou um capítulo para analisar o trabalho exercido pelo jornal em estudo e pela Utab na realização da Reforma Agrária. A experiência desta autora foi importante para realizarmos uma discussão no que concerne ao papel desempenhado pelo jornal, no sentido de divulgar os direitos trabalhistas e de realizar a propaganda da Campanha Nacional da Reforma Agrária.

Já Leonilde Servolo de Medeiros (MEDEIROS, 1995, p.17) que estudou além do Terra Livre, outros periódicos comunistas, como jornais Notícias de Hoje, Novos Rumos e Voz Operária, preocupou-se em entender como foram construídas as classes sociais no campo. No último capítulo de seu trabalho, a autora direcionou sua análise sobre a história do jornal, sobre sua estrutura e sobre as políticas do jornal. Esta autora argumentou ainda que a imprensa comunista defendia a tese de que as greves e manifestações de trabalhadores rurais eram momentos em que estava em curso o processo de emergência da consciência de classe entre os trabalhadores rurais. As greves e ações judiciais foram qualificadas pelo periódico como indícios de que os trabalhadores rurais estavam constituindo consciência de classe, responsável por realizar a Revolução Agrária.

No desenvolvimento desta pesquisa, resolvemos caminhar pela experiência desta autora, no sentido de estabelecer uma discussão sobre a trajetória deste jornal, e os significados das várias seções internas do jornal.

O diálogo estabelecido com Luiz Flávio Carvalho Costa (COSTA, 1996, p. 29) nos possibilitou discutir o papel do PCB na organização e mobilização dos trabalhadores rurais, entre os anos de 1954 e 1964 sob a forma de associações e sindicatos. Neste sentido, a preocupação foi voltada a desenvolver análise sobre a formação da Utab e o papel desempenhado por esta entidade na mobilização dos camponeses. O Terra Livre era órgão de apoio dos comunistas para tentar mobilizar e organizar os camponeses brasileiros. Neste sentido, o periódico incentivou e conscientizou os lavradores sobre a importância das entidades sindicais na luta por direitos.

No trabalho de Maria Luiza Tucci Carneiro (CARNEIRO, 2003, p. 47) buscamos entender como o DEOPS/SP controlava e reprimia os meios de comunicação voltados à defesa das classes trabalhadoras, como o jornal Hoje e Voz Operária e Terra Livre. Estes

jornais foram constituídos pelo PCB, com a finalidade de conscientizar os operários sobre seus direitos e sobre suas possibilidades de ação política enquanto classe. O diálogo estabelecido com esta autora nos possibilitou pensar que o periódico, não foi único órgão de imprensa comunista investigado pela “Polícia Política”. Portanto, consideramos que jornais que procuraram conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos se tornaram alvos potenciais da repressão, independentemente de circular no campo ou na cidade.

“As representações são visões de mundo construídas por grupos sociais que procuram impor-las a determinados segmentos, visando instituir relações de dominação” (BOURDIEU, 2002, p.11). O conceito de representação foi trabalhado nesta discussão com o objetivo de analisarmos as representações construídas pelos jornalistas acerca das manifestações de lavradores paulistas. Constatamos que os discursos construídos pelos jornalistas do Terra Livre tinham como foco estimular a adesão dos trabalhadores rurais ao ideário do PCB, bem como estimular os lavradores a se sindicalizarem e se unirem com os operários, visando à realização da Revolução Democrático-Burguesa. Dedicamos, portanto um tópico específico a esta discussão assinalada. O conceito foi utilizado para enfatizar que o jornal tentou mobilizar os lavradores a realizarem a Revolução Agrária.

Ao se analisar a trajetória do jornal, é importante salientar que o público-alvo do periódico era formado por trabalhadores rurais, lideranças sindicais rurais e militantes comunistas que atuavam no campo. “Os exemplares foram distribuídos a sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos operários, entidades estudantis, organizações sindicais internacionais e algumas bibliotecas (COSTA, 1996, p.51)”.

Robert Darnton enfatiza que “as redações dos jornais são locais e que os editores exercem controle social sobre os repórteres” (DARNTON, 2010, p. 87). Segundo a análise deste autor, as notícias redigidas pelos repórteres são modificadas conforme os interesses do corpo editorial. Consideramos que as notícias divulgadas pelo Terra Livre retratavam o sofrimento, as angústias e as lutas dos trabalhadores rurais por direitos trabalhistas. Nesta perspectiva partimos da hipótese de que as notícias escritas pelos repórteres do jornal foram modificadas conforme os interesses do corpo editorial do periódico, ou seja, de legitimar a existência de classes antagônicas no meio rural.

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que os jornalistas se esforçaram em transmitir as mensagens aos trabalhadores rurais, que eram majoritariamente analfabetos; utilizaram de outros mecanismos que não só a linguagem escrita para chegar a esses trabalhadores, como também as gravuras e imagens fotográficas. Estes materiais foram trabalhados nesta pesquisa, no sentido de entender que o corpo editorial do periódico

conscientizou os trabalhadores analfabetos sobre as injustiças cometidas pelos fazendeiros. Inclusive tais fontes são importantes para compreender a função dos jornalistas, de levar as mensagens aos camponeses com pouca instrução escolar.

A análise das notícias publicadas permitiu compreender que estas, em sua maioria, tinham conotação política e buscavam estimular os trabalhadores a lutar pelos direitos por meio de sindicatos. Entretanto, a seção “Almanaque” da terra era exceção. Essa coluna servia como um alerta aos trabalhadores de como eles deveriam realizar os cultivos e se prevenir de doenças como a de chagas. A seção divulgava a cultura popular e a religiosidade do camponês. Uma das finalidades desta discussão foi a de descrever que o “Almanaque da Terra” foi utilizado pelos jornalistas com o sentido de estreitar o vínculo do Terra Livre com os lavradores, para que estes agentes sociais fossem estimulados a realizarem as notícias do periódico e para que tivessem contato com as ideias comunistas.

A análise dos exemplares do Terra Livre foi fundamental para perceber que a direção do jornal se esforçou em conceder a este meio de comunicação uma característica diferenciada dos demais órgãos de imprensa dirigidos pela direção pecebista. O formato do periódico foi concebido com o objetivo de atingir um determinado público, ou seja, os trabalhadores rurais. Neste sentido, foram publicadas notícias sobre as lutas dos trabalhadores rurais por seus direitos, sobre as condições de vida e sobre a cultura popular dos camponeses.

Nesta pesquisa preocupamos em explicitar o objetivo do periódico que foi o de realizar a propaganda das idéias do partido e educá-las, de modo que fossem mobilizadas para luta pela realização da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil¹. Neste sentido é importante considerar que o ABC do trabalhador rural foi escrito por Luiz Carlos Prestes e publicado pela direção do Terra Livre para mobilizar os camponeses a aderirem à luta pela realização da Reforma Agrária e pela tomada do poder por meio de ações armadas. O texto reproduziu a concepção do partido para com o campo brasileiro, numa conjuntura em que ele havia direcionado sua atuação política para com os camponeses, obedecendo à orientação do manifesto de janeiro de 1948 e do manifesto de agosto de 1950 e fortalecido com o IV Congresso do Partido realizado em 1954.

O Terra Livre sobreviveu com poucos recursos financeiros, razão pela qual foram feitas diversas campanhas promocionais. A circulação dos exemplares dependia das quantias

¹ Resolução Sobre a Política de Imprensa do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este documento foi apreendido pelo DEOPS/SP por meio de uma diligência policial efetuada em uma residência que abrigava a redação do jornal. Não apresenta o período em que foi redigido.

obtidas de doações financeiras de sindicatos e de trabalhadores rurais. Rifas e quermesses eram realizadas visando à arrecadação de fundos para o jornal ².

A maioria das matérias do jornal Terra Livre foi escrita por correspondentes locais, que viviam nas mais diversas regiões brasileiras. Porém, nas reportagens não foram mencionados os nomes dos repórteres. Não tivemos condições de identificar a razão pela qual não foram divulgados os nomes destes correspondentes, que foram responsáveis por remeter as notícias através de cartas a redação do periódico.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário analisar as matérias publicadas e quais foram os assuntos que tiveram espaço nas seções do jornal, como a “Cartas da Roça”, “Conheça seus Direitos”, “Almanaque da Terra”, “Poetas do Sertão”. A análise das colunas mencionadas foi importante para salientar que o objetivo do corpo editorial foi o de estreitar os laços do Terra Livre com o trabalhador rural brasileiro. Um ponto importante deste trabalho foi a discussão sobre a coluna “Conheça seus direitos”. Esta seção era utilizada pelos jornalistas para conscientizar os camponeses sobre os direitos garantidos pela CLT, que na maioria dos casos não foram cumpridos pelos patrões. Essa seção também era utilizada pela Utab para divulgar a necessidade de se garantir os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Pela divulgação dos direitos, os redatores procuravam conquistar leitores. Inclusive, o periódico buscou estimular os leitores a reivindicarem seus direitos, por meio das associações de trabalhadores rurais. O jornal tornou público os direitos garantidos pelos lavradores e que eram negados pelos patrões.

Na tarefa de analisarmos a importância do jornal para a divulgação dos direitos trabalhistas, selecionamos matérias publicadas na Coluna Conheça seus Direitos, assinada por Lindolfo Silva, pelo advogado Cícero Viana e pelo jornalista Radoico Guimarães.

Outra coluna que foi alvo de análise ao longo deste trabalho é denominada de “Poetas do Sertão”. Por meio dela os artistas populares procuraram retratar a vida dos lavradores brasileiros. As poesias selecionadas tem o objetivo de demonstrar como os trabalhadores rurais eram caracterizados, a sua luta com a falta de terra para cultivar alimentos e com jornadas de trabalho superiores a 8h diárias. Percebemos que por esta seção, as expressões culturais adquiriram conotação política, com a finalidade de mobilizar os trabalhadores a exigirem a melhoria das condições de vida e a realização da Reforma Agrária.

² "Nestor Vera Terra Livre e as Lutas dos Camponeses". 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-Suplemento de aniversário. Quando o Terra Livre deu início as suas atividades, ou seja, em maio de 1949, ele teve como título “Jornal Nossa Terra”. Tendo em vista que analisamos o período de 1954-1964, não foi possível identificar quando o jornal teve seu nome alterado para Terra Livre. p.3.

Outro ponto que será focado neste trabalho é como o jornal Terra Livre divulgava os conflitos de terras envolvendo grileiros e posseiros, como foi o caso de Trombas e Formoso. O jornal foi responsável por levar ao conhecimento do público, que os trabalhadores da região de Trombas e de Formoso foram expulsos das terras que cultivavam. Foram analisadas reportagens sobre o referido conflito, tendo em vista, salientar que o periódico divulgou as violências físicas que foram cometidas contra os posseiros e contra as esposas e filhos destes. Entretanto, o jornal destacou que os agricultores resistiram diante das expulsões por meio de ações armadas.

Outra questão analisada nesta pesquisa se refere às cartas escritas pelos trabalhadores rurais. As cartas publicadas foram trabalhadas, neste estudo, com o objetivo de compreender que os trabalhadores rurais escreveram missivas para denunciar as injustiças sofridas nas fazendas. A referida seção era espaço que retratava os sofrimentos dos camponeses, como os castigos físicos, por exemplo. Pela publicação de missivas, o jornal buscou conscientizar os leitores sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

O Terra Livre considerava o campo como local em que havia existência de duas classes sociais opostas, uma composta por pessoas exploradas e outra constituída por indivíduos exploradores. No sentido de legitimar esta oposição, foram analisadas reportagens em que os lavradores tiveram seus direitos desrespeitados e matérias nas quais os trabalhadores rurais apareciam sofrendo castigos físicos.

Ao analisar notícias acerca da campanha, deve-se entender que o discurso pelo fim do latifúndio ia ao encontro da estratégia adotada pelo PCB (logo após o seu retorno à ilegalidade e à publicação dos manifestos de 1948 e de 1950), de conquistar o poder por meio das ações armadas e da tomada das terras dos latifundiários. Neste momento, o Terra Livre divulgou a “Carta sobre a Reforma Agrária”, documento que continha as diretrizes do PCB e da Ultab para o campo. O referido documento foi aprovado durante a realização da 2ª CNTA, realizada em São Paulo no ano de 1954.

A realização da 2ª. CNTA não provocou grandes mudanças na linha política do PCB para o campo. A idéia da revolução agrária e antiimperialista, divulgada nos documentos de 1948 e 1950, ainda sobrevivia. Foi só com a publicação da denominada “Declaração de março de 1958” que o partido modificou sua posição em relação ao campo, e incentivou os lavradores a se organizarem em sindicatos e lutar por reivindicações imediatas, como férias, 13º salário, salário- mínimo, dentre outras. Será essa nova estratégia política um dos temas centrais de reflexão neste trabalho.

Com isso, o Terra Livre também passa a adotar procedimentos de se comunicar com os seus leitores, de forma diferente: há uma valorização no debate sobre a Reforma Agrária, mas também a extensão dos direitos trabalhistas para os homens do campo e a questão da sindicalização ganham bastante impacto nas páginas do jornal.

Notícias sobre a divulgação de diversos eventos, como os Congressos de Camponeses, sejam eles nacionais, como os da Ultab, ou regionais, tais como os dos produtores de algodão, da região da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo, também tiveram grande repercussão nas páginas do Terra Livre. É importante mencionar que pela divulgação de eventos promovidos pelos comunistas ou por outras organizações locais, o jornal procurava estimular a participação dos trabalhadores em sindicatos rurais. Nos congressos, os comunistas procuravam ampliar suas formas de atuação junto aos camponeses, visando à conquista de quadros para o PCB e a divulgação das idéias socialistas. É importante destacar que o jornal tornou públicas as questões que seriam debatidas nos congressos.

Ao analisar as notícias sobre manifestações dos lavradores paulistas, surgiu a necessidade de realizar breve contextualização acerca da luta entre a Ultab e a Igreja Católica na luta pela representação do movimento camponês no Estado de São Paulo. Neste sentido, foram desenvolvidas ao longo do trabalho análises sobre a atuação das entidades mencionadas, na criação de sindicatos no interior paulista. Entender as relações entre a Igreja Católica e os comunistas foi procedimento necessário para destacar que o Terra Livre desqualificou os sindicatos fundados pelas dioceses. Além do trabalho com jornais, utilizamos a Encíclica Mater Et Magistra, assinada pelo Papa João XXIII, em 1961, pois o referido documento influenciou o clero a investir na formação de associações no campo, para barrar a influência dos comunistas entre os lavradores paulistas.

O documento assinado pelo Pontífice refletiu o interesse da Igreja de organizar os camponeses sob a forma de sindicatos e associações profissionais. Analisar a dicotomia entre Igreja e Comunistas na luta pelo monopólio da representação do movimento camponês foi importante para salientar que não foram apenas os pecebistas que investiram na organização do campesinato paulista. “Em 1961, a Federação dos Círculos Operários de São Paulo fundou seu primeiro sindicato rural em Presidente Prudente, extremo oeste do estado” (STOLCKE, 1986, p.209). Como foi salientado, o periódico foi utilizado pela Ultab para estigmatizar sindicatos de orientação católica.

Assim sendo, o Terra Livre é uma fonte importante para os pesquisadores que tenham interesse em pensar questão agrária brasileira entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente aos historiadores e cientistas sociais que trabalham com a questão do sindicalismo rural. Isto

se deve ao fato de o jornal ter registrado as muitas atividades dos lavradores para participarem das atividades das associações de trabalhadores rurais, e de ter defendido a premissa de que estas entidades eram instrumentos de lutas por direitos trabalhistas.

Como o leitor poderá verificar, para a análise dos diversos temas de nossa pesquisa, selecionamos matérias concernentes às lutas de trabalhadores rurais dos municípios de Vera Cruz, Pompéia, Assis, Ourinhos, Adamantina, Flórida Paulista, Garça, Marília e Santa Rosa do Viterbo. Nossa preocupação consistiu em analisar tais notícias, pela necessidade em entender a forma como Terra Livre abordou concretamente as ações dos trabalhadores rurais paulistas, sejam as manifestações grevistas ou as ações judiciais. A razão pela qual concentramos nossa análise sobre as reportagens que retrataram as lutas dos lavradores do interior paulista, se deve ao fato de o periódico ter noticiado ações sociais de trabalhadores rurais de todas as regiões brasileiras. Mas, há um tratamento diferenciado para com o Estado de São Paulo. Acreditamos que isso tenha ocorrido pela importância política e econômica do Estado de São Paulo, que ao olhar do PCB, era estratégico para a revolução brasileira.

As reportagens sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo permitem verificar como estes se utilizaram de diversos mecanismos para atingir os seus maiores objetivos, como a busca da Justiça do Trabalho e as constantes greves, que exerciam pressão sobre os patrões, visando à conquista dos benefícios, como férias anuais remuneradas, 13º salário, salário-mínimo e direito ao sindicato. Tais notícias possibilitaram compreender que os patrões eram agentes sociais que desrespeitavam os direitos dos camponeses e que utilizavam a polícia para reprimir os grevistas e membros dos sindicatos. É importante observar que divulgação das ações trabalhistas e das paralisações das atividades agrícolas foi o modo encontrado pela direção do PCB para desconstruir a imagem dos trabalhadores rurais enquanto pessoas ingênuas e incapazes de desenvolver as lutas políticas. Segundo a perspectiva Thompsoniana, “as classes sociais recorrem à lei para exigir suas reivindicações” (THOMPSON, 1998, p. 91). Os processos impetrados pelos trabalhadores rurais e divulgados pelo jornal nos mostram que os trabalhadores rurais recorreram à lei para exigir seus direitos, ou seja, 13º salário, salário-mínimo, dentre outros. Ao trabalhar com notícias sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, observamos que os grevistas manifestaram resistência diante do desrespeito aos direitos trabalhistas e da ação repressiva de policiais.

Além do Terra Livre, outras fontes foram utilizadas neste trabalho. As fontes policiais, entre as quais as do DEOPS/SP se mostraram bastantes profícuas para os nossos objetivos, sobretudo aquelas referentes à repressão contra o periódico. O DEOPS/SP mantinha vínculo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e o foi responsável pelo aprisionamento

de envolvidos em desordens políticas e/ou sociais configuradas em lei, considerados inimigos do Governo, que pudessem desestabilizar a governabilidade da nação, principalmente se utilizassem da palavra impressa para divulgar suas idéias políticas perante a sociedade³.

É interessante observar que o jornal atuou como instrumento de cunho doutrinário no campo. Por divulgar as idéias comunistas, as autoridades policiais consideraram as mesmas subversivas e sediciosas. Os agentes da coação consideraram as notícias divulgadas pelo Terra Livre, perigosas.

Como partidárias do proibicionismo, as autoridades procuravam hierarquizar as idéias submetendo-as, diariamente, a um processo seletivo com o objetivo de purificar a sociedade. Definiam, até décadas atrás e segundo sua lógica, os limites entre o lícito e ilícito. Este ato de saneamento ideológico processou-se através da censura preventiva e punitiva cujo principal objetivo era impedir a circulação das idéias rotuladas de subversivas. Como tais, deveriam ser cerceadas por tramarem contra a ordem imposta (CARNEIRO, 2002, p.22-23).

Neste trabalho foi descrita a metodologia utilizada pelos agentes para investigar e reprimir o jornal. Neste sentido, foram trabalhados os documentos policiais que revelaram as estratégias dos investigadores na tentativa de impedir a circulação do periódico. As investigações desenvolvidas por policiais do DEOPS/SP em cidades do interior paulista foram mecanismos adotados na tarefa de impedir a circulação de doutrinas comunistas divulgadas nas páginas do jornal.

Os relatórios policiais são materiais que refletem a preocupação dos membros da repressão de impedir que os exemplares do Terra Livre alcançassem o meio rural. Estes documentos contêm informações sobre investigações realizadas em torno de indivíduos que trabalhavam para o jornal. A vigilância em torno de funcionários do periódico era a forma dos policiais impedirem a circulação de exemplares em áreas rurais.

³ O DEOPS foi concebido numa conjuntura de crise política vivida pela deflagração de revoltas tenentistas, como a do forte de Copacabana em 1922 e com o processo de formação da guerrilha paulista e da guerrilha prestes, sendo esta última constituída no Sul sob a liderança de Luiz Carlos Prestes. O movimento Tenentista defendia a moralização das instituições políticas do país, e a melhoria das condições de trabalho com o reaparelhamento do exército. Para Maria Aparecida de Aquino, a formação do Partido Comunista, em 1922, fortalecimento do anarco – sindicalismo e a realização de intensas manifestações grevistas em grandes centros urbanos, reivindicando a melhoria das condições de vida, foram motivos fundamentais pelos quais as autoridades políticas incentivaram a criação do DEOPS/SP em 30 de dezembro de 1922. Levando em consideração que o clima de inquietação política nos centros urbanos constituía segundo o ideário político das classes dominantes no poder uma seria ameaça a governabilidade do país, dando início neste sentido a discursos em nome da segurança nacional. Estas informações foram retiradas da obra. AQUINO, M. A. de; SWENSSON JR, W; L. N. de. G. MORAES. (org.) *O Dissecar da Estrutura Administrativa do DEOPS/SP*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

A documentação referente à repressão ao periódico, mantida no Arquivo Público de São Paulo, é rica e permitiu analisar as estratégias do DEOPS em desqualificar o trabalho jornalístico realizado pelo Terra Livre.

Por outro lado, as fontes policiais nos informa também acerca das estratégias realizadas pelo jornal contra as ações repressivas do DEOPS/SP. Uma dessas estratégias foi o processo judicial impetrado pelo advogado Cícero Viana contra um investigador do DEOPS/SP, que realizou apreensão de exemplares em uma agência dos correios. A análise do mandado de segurança impetrado pelo advogado foi recurso utilizado para trabalharmos com o tema da resistência do jornal. Entendemos que a direção do jornal não aceitou de forma passiva a repressão, pois a Justiça foi acionada para impedir que a distribuição fosse interrompida. O processo foi trabalhado, pois procuramos descrever que a lei da liberdade de imprensa, nº2.083 de 2 de novembro de 1953 foi utilizada por Viana para defender a tese de que os policiais não poderiam impedir a circulação das idéias divulgadas pelo periódico.

Além dos meios jurídicos, a direção do periódico demonstrou indignação por meio de reportagens. Em matérias publicadas, o jornal denunciou a ação repressiva desencadeada na agência dos correios e em cidades do interior paulista. A circulação dos exemplares foi ameaçada diante das ações de policiais. O Terra Livre foi responsável por tornar públicas as ações policiais contra o jornal.

Os relatórios policiais são documentos que reproduzem a preocupação do “Estado” em impedir que as informações divulgadas pelo periódico chegassem ao meio rural. A sindicalização dos trabalhadores rurais era perigosa sob a ótica do olhar repressor, nesta perspectiva coube aos investigadores tentar impedir o jornal de circular.

Nas representações construídas pelos jornalistas o trabalhador rural foi taxado como agente politizado, consciente de seus direitos, no entanto nos relatórios de investigações da “Polícia Política”, o lavrador foi considerado indivíduo incapaz de desenvolver lutas políticas.

Nos relatórios da repressão, os trabalhadores rurais foram caracterizados como indivíduos incapazes de desenvolver lutas políticas no campo, portanto, despolitizados. A divulgação das lutas dos lavradores paulistas levou os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo a se tornarem alvos da “Polícia Política”, suspeitos de realizar a distribuição do periódico.

No dossiê 30-B-209, encontramos recortes de jornais e exemplares apreendidos e anexados aos relatórios policiais. Investigadores elegeram tais documentos, como provas materiais do crime político. A partir deste pressuposto, entendemos que o acervo possui grande riqueza, por não ser constituído apenas por materiais da repressão. Juntamente com

documentos policiais, estão anexadas certidões de registro do jornal. Inclusive as certidões foram fontes que possibilitaram discutir que o Terra Livre era registrado e poderia circular normalmente.

“A pesquisa sobre uma classe social deve envolver o resto da sociedade da qual ela faz parte” (HOBSBAWN, 1998, p.99). Partindo desta premissa, consideramos importante compreender o olhar de outros agentes sociais sobre os jornalistas, ou seja, os agentes do DEOPS/SP. Neste sentido, além de analisarmos as idéias dos jornalistas do periódico sobre o campo brasileiro, descrevemos como elas foram observadas por outros atores. Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, analisamos a trajetória do jornal Terra Livre, a fim de construir a sua história, seus objetivos e as estratégias jornalísticas para atingir o seu público leitor. Nesta perspectiva foram analisadas as seguintes seções: “Conheça seus direitos”, “Poetas do sertão”, “Cartas da roça” e “Almanaque da Terra”. Além da história do jornal, o objetivo é demonstrar qual o projeto de sociedade que o jornal buscava.

No segundo capítulo foi discutido o papel exercido pelo jornal na divulgação dos eventos (congressos, reuniões, assembléias) realizados por trabalhadores rurais e suas lutas pela Reforma Agrária. O foco aqui é entender as principais políticas que o PCB formulou para pensar o campo brasileiro.

No terceiro capítulo, analisamos as diversas lutas sociais dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo. Para isso, tivemos primeiro que entender as diversas relações de trabalho no campo paulista, para depois analisar como o jornal Terra Livre concebeu as principais lutas sociais, como a organização de sindicatos, as greves, as ações na justiça trabalhista e a luta pela conquista dos direitos trabalhistas para o homem do campo.

Já o último capítulo teve como objetivo discutir as ações utilizadas pelo DEOPS para investigar e reprimir o periódico. Uma das questões discutidas foram as formas de resistência adotadas pela direção do jornal contra os membros da “Polícia Política”. Nesta perspectiva foram utilizadas como fontes, relatórios de investigações, processo judicial impetrado pelo advogado do jornal e matérias publicadas, que questionaram as ações repressivas.

Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação, e proclamam no gesto da luta, resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da história (MARTINS, 1989, p.12).

Capítulo 1:

O Jornal Terra Livre: Histórias e Trajetórias

1.1. História do jornal Terra Livre

Dentre os veículos de imprensa constituídos sob a égide da direção do PCB, encontra-se o jornal Hoje e o jornal Voz Operária. É importante frisar, que estes jornais tinham o operariado urbano como público-alvo, de modo que as diretrizes do partido fossem divulgadas a estes agentes, visando mobilizá-los para realizar a revolução de cunho democrático-burguês. Todavia, o PCB não possuía um veículo de comunicação, voltado única e exclusivamente para realizar a propaganda de suas bandeiras aos trabalhadores rurais e para estimulá-los a lutarem pelas suas reivindicações. Entretanto, deve-se ressaltar que este quadro foi modificado em 1949, conjuntura em que foi fundado pela direção do PCB, o jornal Terra Livre⁴.

O jornal Terra Livre durante o período de sua existência, ou seja, entre os anos de 1949 e 1964, foi alvo da repressão da “Polícia Política Paulista”, reconhecida como DEOPS/SP. As ações investigativas deste órgão não foram direcionadas apenas contra este jornal. Inclusive foram desenvolvidas em torno de meios de comunicação de orientação comunista, que incentivaram os trabalhadores a reivindicarem seus direitos, como o Jornal Hoje e o Voz Operária.

O Terra Livre apoiou a formação de movimentos sociais agrários no país, tais como sindicatos de trabalhadores rurais, associações de lavradores e comissões em fazendas, portanto, se tornou alvo de investigações policiais e da repressão. O DEOPS/SP impediu que o jornal circulasse, pois os investigadores entendiam que a repressão coibiria a formação de entidades sindicais.

O periódico, por ter sido órgão de orientação da Ultab foi responsável por conceder apoio à sindicalização dos trabalhadores rurais brasileiros. O periódico destacou a importância da organização dos lavradores brasileiros na luta por direitos trabalhistas garantidos pela CLT, como 13º salário, salário-mínimo e férias remuneradas. A partir deste pressuposto, o Jornal se tornou alvo da repressão, principalmente por divulgar as lutas de trabalhadores rurais no interior do Estado de São Paulo. O objetivo dos agentes da repressão foi o de apreender jornais, para evitar que os camponeses tivessem contato com notícias sobre ações grevistas e judiciais impetradas pelos lavradores brasileiros, no sentido de coibir a sindicalização dos trabalhadores rurais.

⁴ “Nestor Vera Terra Livre e as Lutas dos Camponeses”. 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-Suplemento de aniversário. p.3.

Por ser um órgão que auxiliou a Ultab na tarefa de mobilizar e organizar os trabalhadores por meio de sindicatos, o jornal ofereceu contribuições para com a sindicalização dos homens do campo. Neste sentido divulgou as atas de formação de associações de trabalhadores rurais, explicando aos leitores como aconteceram as reuniões de fundação destes organismos e procurando esclarecer como deveriam ser realizadas as eleições nos sindicatos e associações de lavradores para a escolha dos membros da diretoria.

O periódico foi constituído no dia 5 de maio de 1949⁵ no bairro do Ipiranga na cidade de São Paulo. Desde o seu primeiro número, o jornal circulava na clandestinidade, pois os policiais do DEOPS/SP procuraram apreender exemplares e prender os membros do corpo editorial. A fundação do jornal Terra Livre foi caracterizada pelo jornalista Radoico Guimarães, como vitória dos camponeses, que passaram a ter o seu próprio Jornal.

O jornal comunista em estudo exerceu trabalho de cunho doutrinário no campo, tornando-se responsável pela tentativa de mobilização dos trabalhadores rurais e pela constituição de células do partido no campo para realizar a propaganda das diretrizes comunistas perante os demais.

A criação deste órgão de imprensa foi medida adotada pela direção do PCB, no sentido de suprir a carência de veículos de imprensa comunista voltados aos trabalhadores rurais para divulgar as idéias socialistas.

“O periódico foi fundado numa conjuntura de repressão às Ligas Camponesas no país”⁶. Após o fim da segunda guerra mundial, as lutas dos trabalhadores rurais se fortaleceram, na busca pela realização da reforma agrária, pelo fim dos despejos e pelo

⁵ Não conseguimos ter acesso aos jornais publicados desde o período que o Terra Livre foi criado, portanto trabalhamos com os exemplares produzidos a partir da 1ª quinzena de junho de 1954. Para realizarmos uma análise sobre o periódico, utilizamos jornais que circularam entre os anos de 1954 e 1964, trata-se de uma conjuntura em que o PCB procurou mobilizar os trabalhadores rurais e organizá-los sob a forma de entidades sindicais.

⁶ “Nestor Vera Terra Livre e as Lutas dos Camponeses”. 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-Suplemento de aniversário. p.3. Segundo a análise de Manuel Correia de Andrade, os posseiros seriam trabalhadores rurais que cultivavam em pequenos sítios em terras devolutas na região do Nordeste, ou em terras em que os proprietários seriam desconhecidos. Os arrendatários e os parceiros são trabalhadores rurais que cumprem obrigações, para que pudessem se utilizar da terra para o plantio. Cultivavam gêneros alimentícios e comercializavam os mesmos pagando pelo uso da terra em dinheiro ou em serviços gratuitos prestados ao longo dos anos, prática muito comum em áreas consideradas rurais. As primeiras Ligas Camponesas foram constituídas no Estado de São Paulo a partir de 1945, período em que o PCB retorna à legalidade. Com a cassação dos direitos do PCB em 1947, grande parte das Ligas foram fechadas, poucas permaneceram em funcionamento. Porém, estas organizações proliferaram na região Nordeste, principalmente nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Tais entidades eram associações civis registradas em cartório e atuavam em defesa de arrendatários, parceiros e pequenos proprietários rurais nordestinos. A Liga Camponesa de Iputinga foi constituída em 1946, atuou em defesa dos trabalhadores rurais e conseguiu 10 hectares de arrendamento na localidade de Bongí no Estado de Pernambuco para a instalação de 25 famílias de horticultores. ANDRADE, M. C.de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2002. COSTA, L.F.C. *O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

pagamento do salário mínimo por meio das Ligas Camponesas. Estas organizações proliferaram em inúmeras cidades do interior paulista, não apenas na região Nordeste, com a finalidade de incentivar os trabalhadores a exigirem dos patrões seus direitos, como o salário-mínimo. As Ligas do município de Lins e de Santo Anastácio foram fechadas com a cassação dos direitos partidários do PCB em 1947, pelo Governo Dutra, bem a exemplo das demais em todo o país. Portanto, poucas foram as entidades que resistiram à repressão de policiais e de jagunços⁷, e que continuaram exercendo trabalhos junto aos lavradores brasileiros. Segundo Nestor Vera⁸:

Era preciso orientar os camponeses em suas lutas, espalhar as experiências e protestar contra os crimes que os latifundiários e os governos praticavam contra os que lutavam pelos seus direitos no campo. E foi assim que o Terra Livre apareceu como órgão de luta, de organização e orientação⁹.

A circulação do jornal foi atingida pela crise desencadeada no seio do PCB, em razão das denúncias feitas por Kruschov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, sobre os crimes praticados por Stálin. Partindo desta premissa, as atividades do Terra Livre foram prejudicadas; no ano 1957 saíram apenas dois exemplares o de nº 76 em janeiro e o de nº 77 em abril como observamos no quadro abaixo “Apenas no mês de março de 1958, saiu o exemplar Nº 78, momento em que o jornal retomou progressivamente suas publicações” (COSTA, 1991, p. 52).

Em 1958 e 1959, foram publicados três exemplares do Terra Livre, como observamos no quadro abaixo “Este período coincide com momentos de crises internas no partido e de reajustamentos políticos e neste momento o partido PCB voltou suas atenções para a discussão e redefinição de suas linhas políticas” (MEDEIROS, 1995, p. 209). Portanto, os anos 1958 e 1959 foi conjuntura em que os pecebistas discutiram a necessidade de direcionar as ações do partido, única e exclusivamente em prol da organização dos trabalhadores, sob a forma de sindicatos de trabalhadores rurais, visando à realização da Revolução no Campo.

⁷ O termo Jagunços faz alusão a indivíduos que ofereciam serviços aos grandes latifundiários. Eram caracterizados como espécie de “Polícia Privada”, que utilizavam armas de fogo para defender os grandes proprietários rurais. AZEVEDO, F.A.de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

⁸ Nestor Vera era liderança camponesa e pertencia ao do PCB, responsável por atuar junto aos camponeses no Estado de São Paulo. Vera contribuiu para a formação de organizações sindicais no Estado de São Paulo.

⁹ Nestor Vera. “Terra Livre e as Lutas dos Camponeses”. 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-Suplemento de aniversário. 3. Nos anos 60, alguns números do Terra Livre vinham acompanhados de suplementos especiais. No mês de fevereiro de 1963, foi publicado o suplemento especial TL, ano XIV, nº119. No mês de maio de 1963, foi lançado um exemplar comemorativo, de aniversário de 14 anos de existência do Terra Livre. Em julho de 1963 e em outubro, novembro e dezembro, foram impressos suplementos especiais, relacionados a cada mês, que foram distribuídos a seus assinantes. “Nestor Vera Terra Livre e as Lutas dos Camponeses”. 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-Suplemento de aniversário. p.3.

Neste período assinalado, os comunistas procuraram abandonar a linha política adotada com os manifestos de ocorridos em janeiro de 1948 e de agosto de 1950, que pregava a luta armada como meio para realizar a Reforma Agrária e para a tomada do poder¹⁰. Os comunistas direcionaram suas ações inteiramente para a desestalinização do partido, de modo que o PCB abandonasse a linha política que pregava a utilização de ações armadas, como estratégia para a derrubada do governo Dutra para a conquista do poder.

A direção do periódico desenvolveu autocrítica no que concerne ao trabalho desenvolvido pelo Terra Livre no meio rural e enfatizou que a linguagem utilizada para informar os leitores não deveria ser composta por teorias políticas. Esta medida nos concede a dimensão de que o objetivo central do corpo editorial foi o de estimular o homem do campo a realizar a leitura das notícias veiculadas por este órgão de imprensa. Os redatores do jornal entendiam que a publicação de reportagens com conteúdo teórico marxista impediria os lavradores de compreender as mensagens veiculadas.

Quadro 1. Exemplares publicados entre os anos de 1954-1964.

	Exemplares
1954	Ano V- 1ª quinzena de junho/ 1ª quinzena de julho- Nn° 44-49 Ano VI- 2ª quinzena de outubro/2ª quinzena de dezembro n° 50-51
1955	Ano VII - 1ª quinzena de janeiro/ 2ª quinzena de novembro n° 52-59
1956	Ano VII janeiro/2ª quinzena de julho n° 60-62, 64-68 Ano VIII 1ª quinzena de agosto/1ª quinzena de dezembro n° 69-75
1957	Ano IX- janeiro e n° 76 e 77
1958	Ano X- março, setembro e novembro n° 78,80-81
1959	Ano X janeiro, fevereiro e março n° 84,85-86
1960	Ano XI janeiro, fevereiro, março, abril, junho, julho, setembro e novembro n° 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95
1961	Ano XII janeiro, fevereiro, março, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, Dezembro n° 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

¹⁰ Não propomos discutir de forma aprofundada a política adotada pelo partido na ilegalidade. Trata-se de uma discussão que será realizada no capítulo seguinte. Tais manifestos foram documentos assinados por Luiz Carlos Prestes e pregavam a luta armada como estratégia para a conquista do poder e instituição do regime comunista no país.

1962	Ano XII janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto, setembro, novembro, dezembro n° 107, 108, 111, 112, 113, 114, 116, 117
1963	Ano XIV Janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, outubro, novembro, dezembro n° 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129
1964	Ano XIV janeiro, fevereiro e março n° 130, 131, 132

Fonte: Jornal Terra Livre (1954-1964)

Segundo a análise do contido no Quadro 1, no ano de 1964 teve uma conjuntura na qual houve a publicação de apenas três exemplares do jornal em virtude da instituição do Regime Militar no país. No mês de abril do referido ano, os militares derrubaram o Governo do então Presidente João Goulart e ocuparam o poder, dando início ao Regime Ditatorial. Com a ascensão deste modelo político, o periódico foi fechado definitivamente pela polícia. No Quadro 1 estão listados apenas exemplares publicados a partir do mês de junho de 1954, pois não tivemos acesso aos jornais que saíram desde o período em que o Terra Livre foi criado, ou seja, 1949.

Houve períodos em que exemplares não foram impressos. Isto se deve ao fato de a direção do jornal ter arrecadado pequenas somas financeiras. Nos meses de agosto e setembro de 1963 não foram publicadas edições do jornal. Mesmo nos anos em que foram publicadas quantias consideráveis de edições do periódico, como no ano de 1960, houve meses em que não foram impressos exemplares, ou seja, em maio, agosto e dezembro pela falta de recursos financeiros.

O Terra Livre contou com o trabalho de correspondentes, responsáveis por coletar notícias sobre o campo brasileiro para retratar as condições de vida dos trabalhadores rurais. O periódico contava com o trabalho de repórteres que se mantinham presentes em inúmeras regiões brasileiras. Tais correspondentes foram responsáveis por adquirir informações sobre as lutas dos trabalhadores rurais paulistas.

As reportagens foram escritas e enviadas à redação por meio de cartas para serem publicadas. O quadro de correspondentes era constituído por militantes comunistas, que exerciam trabalho voluntário para o periódico, pois o Terra Livre não tinha condições de pagar salário a jornalistas profissionais para escrever notícias sobre o campo brasileiro. Campanhas financeiras foram realizadas durante a existência do jornal. Esta medida foi adotada pela direção para angariar fundos, para que o jornal continuasse circulando¹¹. O jornal solicitava aos trabalhadores para contribuírem com o jornal por meio do envio de dinheiro ao

¹¹ Aos Nossos Leitores. TL, ano, VI São Paulo, 2ª quinzena de dezembro de 1954, n°51.p.4.

endereço em que se localizava sua redação¹². Os diretores do jornal pediram aos seus representantes¹³, que saldasse as contas e que se mobilizassem para arrecadar recursos financeiros, seja por rifas ou por festas. O Terra Livre sobreviveu com poucos recursos financeiros.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, o preço do papel importado aumentou. “Entre o período de fevereiro de 1958 a julho de 1963 a alta do papel importado da imprensa foi de mais de 3294 por cento” (SODRÉ, 1998, p.411). A alta dos preços da matéria-prima para a publicação de exemplares foi fato que explica a razão pela qual a direção do periódico realizou campanhas para arrecadar fundos e manteve poucos jornalistas trabalhando na redação e como correspondentes em regiões brasileiras. “O periódico passou a ter cinco funcionários permanentes” (COSTA, 1996, p.51).

O jornal Terra Livre não tinha padrão fixo. A quantidade de páginas variava entre seis e 12. No entanto, grandes quantias de exemplares publicados possuíam quatro páginas. Esta pequena soma de laudas se deu em decorrência da falta de recursos financeiros. A direção não possuía dinheiro suficiente para publicar número significativo de notícias. Neste sentido, partimos da hipótese de que houve matérias que não foram publicadas, já que o jornal não tinha condições de inserir mais laudas com notícias. Campanhas foram promovidas pelo periódico com a finalidade de expandir contingentes de representantes do jornal em todo o país. Foram feitas solicitações aos leitores para que se tornassem distribuidores do periódico. Assim, a direção do jornal expandiu a circulação de exemplares em inúmeras regiões brasileiras e a quantia de assinantes, principalmente em locais em que haveria a luta dos camponeses pela melhoria de suas condições de vida, como no interior paulista.

Os agentes do Terra Livre foram responsáveis pela distribuição dos exemplares em regiões próximas aos locais em que residiam. Os distribuidores do periódico eram constituídos majoritariamente por militantes comunistas e membros de sindicatos de trabalhadores rurais.

Os agentes do Jornal tiveram como atribuição a realização da propaganda do jornal perante os trabalhadores rurais com o intuito de adquirir novos assinantes.

¹² A redação do jornal Terra Livre, se localizava na Rua José Bonifácio, n° 29, 10° andar, sala 103.

¹³ Aos Nossos Leitores. TL, ano, VI São Paulo, 2ª quinzena de dezembro de 1954, n°51. p.4.

A realização de concursos para premiar os agentes que conquistassem novos assinantes foi medida adotada pela direção do periódico, com o objetivo de expandir a quantia de leitores¹⁴.

“Em épocas de eleição, o Jornal realizou a propaganda política de candidatos considerados 'nacionalistas'” (MEDEIROS, 1995, p.214). Por permanecer na ilegalidade, no período posterior à cassação dos direitos do partido, os pecebistas utilizaram um importante subterfúgio para se manterem ativos na atmosfera política. Os comunistas passaram a concorrer cargos políticos com outras legendas partidárias, como por exemplo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). A propaganda dos candidatos que concorreram as eleições pelo PSB e pelo PTB, foi recurso utilizado pelo Terra Livre para incentivar os trabalhadores rurais a votarem em candidatos comunistas e elegê-los, de modo que retornassem a cena política do país, mesmo que ocupassem cargos de deputados em outras legendas.

O jornal apoiou a candidatura de Adhemar de Barros, que pleiteava ao cargo de Governador do Estado de São Paulo. Na matéria, os jornalistas procuravam legitimar perante seus leitores, a representação de que o candidato estimularia o desenvolvimento de políticas agrícolas que trariam aos lavradores melhores condições de trabalho e preços consideráveis, principalmente para a lavoura do algodão¹⁵. A candidatura de Adhemar de Barros foi considerada principal matéria do Terra Livre, ou seja, de capa, sendo concedida ao seu título uma letra em tamanho grande com uma foto publicada com tamanho considerável, se comparada aos candidatos que pleiteavam aos cargos de deputados. Não sabemos a razão pela qual o Terra Livre apoiou a candidatura de Adhemar de Barros ao Governo do Estado de São Paulo.

O público-alvo do jornal era analfabeto. A leitura do Terra Livre foi realizada em pequenos grupos. Solicitações foram feitas aos trabalhadores rurais para se reunirem e formarem pequenos círculos de leituras. “Elizabeth Teixeira foi um exemplo descrito de líder camponesa que realizava na Liga Camponesa de Sapé a leitura do jornal em voz alta aos trabalhadores rurais” (MEDEIROS, 1995, p.209). Aqueles que dominassem a prática da leitura deveriam realizá-la em voz alta aos analfabetos. Esta medida nos concede a dimensão de que a direção do jornal teve o temor de que as informações ficassem restritas somente ao alcance dos trabalhadores que tinham instrução escolar. Os trabalhadores rurais brasileiros

¹⁴ Os prêmios variavam de acordo com a quantia de assinaturas adquiridas. Poderia ser uma caneta desde um par de esporas ou até mesmo uma viola. TL, São Paulo, ano V, São Paulo, 2ª quinzena de julho de 1954, n°45.

¹⁵ Operários e camponeses unidos pela vitória de Adhemar de Barros. TERRA LIVRE. Ano X. São Paulo. Outubro de 1958. n°81.p.3.

não tinham instrução escolar, entretanto os diretores do periódico procuraram contornar este obstáculo.

A publicação de desenhos em exemplares foi mecanismo adotado pelos jornalistas para levar ao conhecimento dos lavradores analfabetos as notícias sobre a exploração sofrida pelos camponeses e para denunciar as injustiças cometidas pelos fazendeiros contra os trabalhadores rurais em todo o país. Em uma gravura, apareceu um latifundiário portando um chicote, ao lado de um desenho de uma escola fechada sob sua responsabilidade. Concomitantemente com a imagem foi publicada a seguinte legenda. “Nada de escola na minha fazenda, isso só serve para esses roceiros ficarem sabidos e começarem a reclamar seus direitos”¹⁶.

Figura 1- Um milhão de meninos entre 10 e 14 anos trabalham na lavoura



Fonte: TL, Ano V, 1ª quinzena de agosto 1954, n° 46, p.6.

A utilização da gravura e da legenda foram recursos utilizados pelos jornalistas para explicar aos leitores que latifundiários no país fechavam escolas e que impossibilitavam os filhos dos lavradores de terem vida digna. Assim, o jornal buscou conscientizar os

¹⁶ Um milhão de meninos entre 10 e 14 anos trabalham na lavoura. TL, ano V, 1ª quinzena de agosto 1954, n° 46, p.6.

trabalhadores a recorrerem aos sindicatos, para exigir que as crianças tivessem acesso à educação.

O Jornal denunciou que dentro das propriedades rurais não haviam escolas. Neste sentido, o Terra Livre explicou aos seus leitores que fazendeiros fechavam escolas para impedir que os filhos dos lavradores fossem alfabetizados. A constituição de escolas foi considerada pelo periódico como uma medida importante, para que filhos dos trabalhadores rurais tivessem acesso à educação e a uma vida digna.

Em outro desenho que foi publicado apareceu um dono de usina do Rio de Janeiro, denominado como “Tatuíra” dando leite em uma mamadeira para um bezerro deitado em um carrinho de criança. Concomitantemente com esta gravura, apareceram as seguintes legendas. “Na usina do Ministro Cleofas os bezerros valem mais do que os Trabalhadores Rurais”. “Bebe queridinho, bebe. Se não eu chamo o trabalhador pra bebe o seu leitinho”¹⁷.

Figura 2- Sapucaia, a usina do ministro



Fonte: TL, Ano V, 1ª quinzena de junho-2ª quinzena de julho de 1954, nº 44.p.8.

¹⁷ Sapucaia, a Usina do Ministro. TL, ano V, 1ª quinzena de junho - 2ª quinzena de julho de 1954, nº 44.p.8.

A imagem foi publicada com a finalidade de despertar nos leitores o sentimento de ódio e de repulsa em relação aos latifundiários. Por meio da publicação das legendas e do desenho, o jornal influenciou os leitores para que acreditassem que os bezerros eram melhor tratados que os trabalhadores rurais.

A utilização de desenhos concomitantemente com legendas explicativas foi a metodologia adotada pelos jornalistas para que os leitores entendessem facilmente as mensagens transmitidas. As gravuras não foram os únicos meios encontrados para o jornal transmitir suas mensagens aos leitores, paralelamente a este recurso foram utilizadas mensagens explicativas com a finalidade de conscientizar os trabalhadores rurais sobre as situações vividas pelos demais em todo o Brasil.

Denunciar as injustiças que os trabalhadores rurais sofreram no cotidiano foi o método empregado pelos jornalistas para mostrar aos leitores que o periódico se preocupava com a situação dos homens do campo e que atuava em defesa destes agentes. Neste sentido, o Terra Livre estimulou os trabalhadores rurais a realizarem as leituras das notícias e manterem contato com as idéias comunistas. O jornal denunciou que lavradores de Usinas no Rio de Janeiro sofreram arbitrariedades cometidas pelos patrões, como castigos físicos. Tais práticas foram rotuladas pelo jornal, como desumanas.

Nas notícias do periódico, os trabalhadores foram retratados como indivíduos que foram demitidos das propriedades em que trabalhavam. O jornal acusou os proprietários rurais de não realizarem o pagamento do salário-mínimo. Os homens do campo foram considerados pelo periódico como agentes sociais que viviam em situação de miséria, enquanto que os latifundiários eram alimentados e usufruíram da riqueza. Os patrões foram considerados sujeitos abastados, que não trabalhavam no roçado e que apenas descansavam o dia inteiro. O jornal explicou a seus leitores que a fortuna dos fazendeiros foi conquistada pelo trabalho dos lavradores. A utilização destes argumentos pelos jornalistas visou estimular os camponeses a lutarem contra os proprietários rurais. Tais argumentos nos mostram que os repórteres do periódico conheciam a realidade dos camponeses e os problemas vivenciados pelos mesmos para escrever as notícias sobre o meio rural brasileiro. Ao denunciar arbitrariedades cometidas pelos patrões, como a que foi mencionada anteriormente, o periódico descreveu aos leitores a preocupação com os trabalhadores rurais.

Em outro desenho, dois fazendeiros aparecem puxando a corda, que arrebentou e derrubou um lavrador. Porém na Figura 3, aparecem vários lavradores puxando a corda que

arrebentou e que derrubou os latifundiários. Concomitantemente foi publicada a seguinte mensagem: “A corda arrebenta sempre do lado mais fraco”.¹⁸

Figura 3- A corda sempre arrebenta para o lado mais fraco



Fonte: TL, Ano XI, março de 1960, n° 89. p.4.

O objetivo do jornal ao publicar tais gravuras e a legenda foi de conscientizar os lavradores para que se unissem junto às associações de trabalhadores rurais contra os patrões, na luta pela melhoria das condições de vida.

O jornal realizou a cobertura de reuniões realizadas pelas associações de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. A reunião realizada no município de Padre Nóbrega foi exemplo de que os trabalhadores denunciaram arbitrariedades cometidas pelos patrões, como aumento das taxas de arrendamento¹⁹. Os lavradores, que compareceram nesta assembléia foram representados pelo Terra Livre, como agentes que demonstraram interesse em desenvolver lutas políticas por meio de sindicatos de trabalhadores rurais. A finalidade dos

¹⁸ A corda sempre arrebenta para o lado mais fraco. TL, ano XI, março de 1960, n° 89. p.4.

¹⁹ Colonos de Padre Nóbrega debatem seus direitos. TL, ano X, março de 1959, n°86.p.3.

jornalistas ao publicar esta reportagem foi a de transmitir aos leitores a mensagem de que os trabalhadores rurais brasileiros estavam demonstrando interesse em se sindicalizar.

A publicação de fotos também foi a metodologia adotada pelos jornalistas para transmitir mensagens aos trabalhadores rurais analfabetos, concomitantemente com a utilização de gravuras, como as que foram mencionadas anteriormente. Os membros do corpo editorial do Terra Livre tinham consciência de que as fotografias publicadas possibilitariam aos camponeses analfabetos entender as matérias jornalísticas. Em uma foto publicada aparecia um casal de camponeses pobres da cidade de Dracena com quatro filhos pequenos frente à casa que moravam, coberta de palha e sem condições de higiene. As roupas vestidas pelos membros da família eram simples²⁰.

Fotografia 1- O Protesto de Dracena contra a fome



Fonte: TL, Ano XIII, 2ª quinzena de outubro de 1956, n°78.p.1.

O objetivo dos jornalistas ao publicar a referida fotografia foi de retratar que os trabalhadores rurais analfabetos viviam em casas precárias e que passavam fome. O corpo editorial acreditava que a publicação de fotos possibilitaria aos lavadores que não tinham instrução escolar entender as mensagens.

²⁰ O Protesto de Dracena Contra a Fome. TL, ano XIII, 2ª quinzena de outubro de 1956, n°78.p.1.

Em outra foto publicada aparece um camponês com sua esposa e com seus quatro filhos junto aos pertences jogados para fora da residência.

Foto 2- Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da Terra



Fonte: TL, Ano XII, janeiro de 1961, n° 96.p.3.

Com a publicação das fotografias mencionadas²¹ os diretores do jornal procuravam despertar impacto no leitor, de modo que compreendessem a situação que os lavradores brasileiros estavam submetidos. O corpo editorial sensibilizou e mobilizou os camponeses para a luta, além de relatar as situações vividas por estes agentes sociais.

1.2. Coluna Conheça seus Direitos

O Terra Livre desempenhou papel fundamental na divulgação dos direitos trabalhistas por meio da coluna "Conheça seus Direitos". Esta seção foi utilizada pelos jornalistas, para conscientizar os trabalhadores rurais sobre os direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

²¹ Mato Grosso: 37 famílias de posseiros expulsas da Terra. TL, ano XII, janeiro de 1961, n° 96.p.3. Ver Figura 5.

Desde 1956 a coluna de maior popularidade era Conheça seus Direitos, por um longo período, foi assinada por Lindolpho Silva (dirigente histórico do PCB desde 1946, membro integrante e fundador da ULTAB, e posteriormente fundador e primeiro presidente da Contag) e procurava discutir com base na legislação existente a Consolidação das leis do trabalho (CLT) de 1943, direitos que os trabalhadores rurais tinham, mas que lhe eram negados, tais como: férias, repouso semanal remunerado, direito a habitação, salário mínimo sem distinção de sexo, limitações na cobrança de taxas de arrendamento, entre outros (CASTANHO, 2009, p.22).

Por serem analfabetos, em sua maioria, os trabalhadores desconheciam os direitos que lhes eram garantidos. O jornal chamou a atenção do público que direitos trabalhistas como o salário mínimo, férias e 13º salário eram garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Todavia, Terra Livre se esforçou em explicar aos leitores que tais benefícios foram desrespeitados pelos patrões de todo o país.

Lyndolpho Silva, por meio do Terra Livre informava ao homem do campo os direitos já concedidos pela CLT como o salário mínimo aprovado pela lei 35.450 do Governo Federal, desde 1954. Sua prática, porém foi constantemente desrespeitada pela maioria dos proprietários de terras. Por isso, o jornal sugeriu em 1956, uma campanha pelo cumprimento desta lei por intermédio dos sindicatos (CASTANHO, 2009, p.23).

Por meio desta coluna, o jornal buscou estimular os lavradores a exigir dos fazendeiros os benefícios da legislação trabalhista como salário-mínimo, 13º salário, férias anuais remuneradas sejam por meio de sindicatos ou de associações de trabalhadores rurais.

Muitos camponeses sofreram perseguições de seus patrões por participarem de atividades sindicais rurais e foram demitidos. Todavia, o jornal explicou aos leitores que os trabalhadores rurais que assumissem cargos de direção nos sindicatos não perderiam seus empregos. Após o término do mandato, o trabalhador poderia voltar a seu emprego protegido lei de imunidade sindical.

Para reforçar a tese de que as atividades sindicais poderiam ser desenvolvidas sem interferências de fazendeiros, Silva reproduziu em sua fala um dispositivo da constituição que regulamentava o direito dos trabalhadores em participarem de atividades em entidades sindicais.

Como estas posições os patrões deixam de cumprir o artigo 195 da constituição Federal que diz: É livre a associação profissional ou sindical, regulamentadas por lei a forma de sua constituição, a sua representação, legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício das funções delegadas pelo poder público²².

²² Coluna Conheça seus Direitos. Imunidades Sindicais. Lindolfo Silva. TL, ano VIII, São Paulo, 2ª quinzena de outubro de 1956, nº 74.p.3.

Os lavradores não tinham condições de pagar um advogado para impetrar ações judiciais contra os fazendeiros na Justiça Trabalhista. Entretanto, o jornal demonstrou preocupação em informar que os homens do campo conquistaram o direito à assistência jurídica gratuita.

Essa assistência deve ser dada na justiça penal, civil, militar ou do trabalho. Para que o trabalhador goze desta assistência basta fazer um requerimento ao juiz e apresentar junto com requerimento, atestado de pobreza, passado pelo delegado de polícia local. O trabalhador pode escolher o advogado para defender a sua causa. Basta que o advogado aceite a defesa. Quando o trabalhador não tem advogado, o juiz então o nomeará²³.

Esta lei foi considerada importante para os camponeses, já que reivindicariam seus direitos perante a justiça. O Terra Livre caracterizou o referido benefício como conquista obtida pelos homens do campo pelas lutas sociais como manifestações grevistas e ações judiciais impetradas na Justiça Trabalhista.

As mulheres que trabalhavam 08h diárias tinham o direito de receber o mesmo salário que os homens, que trabalhavam em usinas e fazendas de café. No entanto, este direito sequer foi cumprido pelos patrões em todo o interior paulista. Conforme Silva:

O artigo 461 da Consolidação das leis do trabalho diz: Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo. Em outras palavras, diz esta lei que quando se faz um trabalho para um mesmo patrão e um mesmo lugar, o salário tem que ser igual para todos os trabalhadores, sem fazer diferença entre homens e mulheres. Este direito das mulheres trabalhadoras está também garantido na Constituição Federal²⁴.

Esta coluna foi utilizada pela Ultab com a finalidade de incentivar as mulheres a lutarem pelo direito de receber o mesmo salário que os homens. Neste sentido, Silva conscientizou-as, explicando que elas deveriam participar das atividades dos sindicatos e constituir dentro destas organizações, departamentos femininos. Partindo deste pressuposto, o Terra Livre incentivou as mulheres a se sindicalizarem.

Lindolpho Silva²⁵ comunicou os leitores do Terra Livre que Cícero Viana assinaria as matérias a partir da edição de nº 130. Por ser advogado, Viana conhecia de forma aprofundada as leis trabalhistas e esclareceu os lavradores sobre tais questões. Viana se tornou

²³ A lei federal sobre assistência jurídica gratuita. TL, ano VIII, São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956. nº 71.p.2.

²⁴ Lindolpho Silva. “Conheça seus Direitos”. As Mulheres devem ganhar o mesmo ordenado que os homens. TL, ano VII, São Paulo, 2ª quinzena de julho de 1956, nº68.p.2.

²⁵ Cícero Viana “Conheça seus Direitos”. O aumento de cem por cento sobre o salário. Lindolpho Silva. Ano VIII. Terra Livre. São Paulo. Dezembro de 1962. p 2.

responsável por assinar esta coluna, pois Silva não teve condições de conciliar o trabalho de presidente da Contag com a função de colunista.

Os patrões foram retratados nesta seção como sujeitos que praticavam atos desumanos contra os lavradores, tais como o desconto dos salários dos trabalhadores rurais, pela utilização da habitação e de benfeitorias em propriedades, como tulhas e terreiros para o cultivo de hortaliças por exemplo.

O artigo 29 do Estatuto fixa os descontos admitidos por lei, mas que só podem existir se forem expressamente autorizadas no contrato de trabalho. São eles, o desconto de habitação, de alimentação e de adiantamentos feitos em dinheiro. Qualquer desconto é indevido e nulo de direito, como diz a lei entre estes inclui se o desconto de lenha, bem como outros semelhantes, que o trabalhador não deve admitir de forma alguma. O desconto da habitação refere-se “ao aluguel de casa”, de residência do empregado, se ela se achar dentro do estabelecimento rural, até o limite de 20 por cento do salário-mínimo. Mas neste ponto é preciso muita atenção dos trabalhadores e de seus sindicatos, pois face aos termos da lei e da jurisprudência, pensamos que por enquanto, nada pode ser descontado a título de habitação. Realmente, diz o artigo 32 que “não podem ser produzidos valores correspondentes á habitação, quando o prédio residencial não oferecer os requisitos mínimos de salubridade e higiene, enquanto o artigo 31 diz que “o diploma legal que regulamentará esta lei deverá discriminar os tipos de morada aludidos no artigo 32, além de outros, para os fins de dedução nele prevista²⁶.

Os descontos foram qualificados como práticas ilegais e que deveriam ser extintas. Inclusive, o jornal classificou os sindicatos como entidades fundamentais para por fim a tais práticas.

Os sindicatos foram observados nesta coluna como entidades que eram eficazes na luta contra os fazendeiros em defesa dos direitos trabalhistas. Desta forma, o periódico buscou estimular a organização e a mobilização dos trabalhadores rurais.

A organização de sindicato de trabalhadores rurais é um direito garantido pelas leis: Decreto lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, que estabelece as seguintes normas para a fundação dos sindicatos rurais: Portaria Ministerial Nº 14 de 19 de março de 1945, que regula o processo de seu reconhecimento. Além destas leis que fazem parte da consolidação das leis do trabalho, a constituição federal em seu artigo 159 diz: É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas do trabalho e o exercício das funções delegadas pelo poder público²⁷.

O jornalista explicou ao público quais eram as atribuições destas organizações. Nos sindicatos:

²⁶ “Cícero Viana”. O desconto de habitação nem sempre é legal. Conheça seus Direitos. TL, ano XIV, São Paulo, março de 1964 nº132.p.2.

²⁷ Radoico Guimarães. O sindicato rural e suas vantagens. TL, ano VII, 1ª quinzena de junho de 1955, nº 57.p.2.

Realizam-se assembléias, e outras reuniões de assunto geral para discutir assuntos de interesse geral como pagamento de férias, pagamento do salário-mínimo, aumento na colheita de café, aumento na tonelada de cana, pagamento das horas trabalhadas além das oito horas marcadas pela lei, pagamento dos domingos, feriados e dias santos sem trabalhar (descanso semanal remunerado), e outros direitos desde os mais simples, e já existentes até outros que ainda não foram passados em lei. No sindicato os trabalhadores discutem todos os assuntos de interesse da categoria de associados e aprovam uma ou mais resoluções, as quais, depois de aprovadas por todos, passam a ser cumpridas por dever de honra de cada um de seus associados. Por exemplo, chegou à colheita do café, e o fazendeiro só quer pagar 25 cruzeiros por um saco de café de 110 litros. Os colonos, camaradas, homens e mulheres se reúnem no sindicato e acertam que devem ganhar 50, 00 e não 25, 00, porque a vida está muito cara²⁸.

Os trabalhos dos sindicatos e das associações não ficaram apenas restritos na defesa de direitos trabalhistas. Estas entidades eram responsáveis por prestar serviços de assistência social e de saúde aos homens do campo.

Esta coluna desempenhou papel fundamental nos direitos prescritos no Estatuto da Lavoura Canavieira. Nesta legislação ficaram estipulados os seguintes pontos:

- a) Proibição da redução da remuneração devida ao trabalhador rural, com fundamento na má colheita, resultando de motivo de força maior.
- b) Direito de moradia boa e suficiente, priorizando a família do trabalhador.
- c) Assistência médica odontológica e hospitalar gratuita.
- d) Ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores em idade escolar.
- e) Garantia de indenização quando ocorrer à despedida injusta do trabalhador²⁹.

Os trabalhadores permanentes da cana-de-açúcar e os lavradores temporários tinham os mesmos direitos que os operários. Os funcionários da lavoura canavieira foram apresentados aos leitores como pessoas que não recebiam o salário-mínimo. Silva orientou os trabalhadores das usinas a procurarem associações de trabalhadores rurais ou sindicatos com a finalidade de exigirem dos usineiros o pagamento do salário-mínimo.

Estes direitos, mencionados anteriormente, eram voltados apenas aos funcionários que trabalhavam dentro das Usinas e não para aqueles que atuavam no cultivo da cana-de-açúcar. Por trabalharem dentro destes estabelecimentos foram caracterizados como operários, que gozavam dos direitos garantidos pela CLT. As indústrias de cana-de-açúcar foram descritas como estabelecimentos industriais. Os camponeses que trabalhavam no cultivo e na colheita da cana-de-açúcar não gozavam dos direitos garantidos pela CLT já que na época não havia

²⁸ Radoico Guimarães. O sindicato rural e suas vantagens. TL, ano VII, 1ª quinzena de junho de 1955, n° 57.p.2. Radoico Guimarães era liderança camponesa e pertencia ao quadro do PCB, voltado a organização e mobilização dos camponeses.

²⁹ Conheça seus direitos. Direitos dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira. TL, São Paulo, 2ª quinzena de setembro de 1956. n° 72. p.2.

legislação voltada aos trabalhadores rurais. Portanto, havia diferenciação entre os trabalhadores rurais e os demais empregados, ou seja, tratoristas, motoristas e funcionários que trabalhavam dentro das usinas. Os lavradores que trabalhavam no cultivo e no corte da cana-de-açúcar não tinham direito aos benefícios garantidos pela CLT. Entretanto, este quadro foi modificado com a aprovação do ETR.

Esta seção foi importante com o intuito de popularizar o debate sobre a legislação trabalhista. Nesta perspectiva, ela foi utilizada na tarefa de estimular os lavradores a exigirem do “Estado” a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Ela levou ao conhecimento dos leitores o período em que a legislação trabalhista foi estendida ao meio rural. O ETR foi promulgado pela Lei 4.214, de 2 de março de 1963.

Este estatuto foi caracterizado na coluna como conquista obtida pelos lavradores por meio de ações armadas, greves e manifestações pacíficas.

No entanto, o jornal se preocupou em esclarecer algumas incompreensões aos trabalhadores. Esclareceu aos seus leitores que o Estatuto “não caiu do céu por descuido ou bondade”. Ao contrário disso, o ETR foi produto das transformações da sociedade brasileira, na qual a burguesia industrial já ocupava posição de destaque, adquirindo mais participação no governo e impondo pontos de vista, que muitas vezes entraram em conflitos com o interesse dos latifundiários (CASTANHO, 2006, p.85).

Mesmo considerando que a aprovação do ETR foi conquistada pelos trabalhadores por lutas, Cícero Viana considerou que ela perderia a eficácia, caso os trabalhadores não se organizassem por meio de entidades sindicais. Este advogado acreditava que sem a mobilização e organização, os patrões teriam condições de burlar a lei e desrespeitar os direitos de seus funcionários. Desta forma, Viana estimulou os trabalhadores do campo a se sindicalizarem, visando à garantia dos direitos conquistados pela legislação.

Foram publicadas matérias que se referem à aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural ao campo brasileiro. Nesta seção, o colunista Cícero Viana esclareceu dúvidas dos leitores no que concerne a alguns pontos desta legislação trabalhista. “Um deles é aquele que se referem aos parceiros, meeiros, que a uma primeira vista ficariam fora dos benefícios da lei, pois não recebem um salário de maneira direta e clara, principalmente face ao estabelecido no artigo 33 do Estatuto”³⁰. Relações de trabalho como arrendamento, meação e parceria foram interpretadas por Viana como de caráter assalariado. Portanto, na visão deste advogado parceiros, arrendatários e meeiros deveriam lutar por direitos garantidos aos

³⁰ Começar pela aplicação do Estatuto. Cícero Viana. Coluna Conheça seus Direitos. TL, ano XIV, nº 127, outubro de 1963.p.2.

trabalhadores assalariados com a aprovação do ETR como férias anuais remuneradas, previdência social, 13º salário, salário-mínimo e cumprimento da jornada de 8h diárias de trabalho.

No campo brasileiro, era comum trabalhadores rurais com idade inferior a 18 anos ajudar os pais no cultivo e na colheita de café. Os pais de família que tivessem filhos dispensados pelo patrão, eles poderiam reclamar perante a Justiça a volta deles ou pedir indenização para todos. Conforme o advogado:

Se eles tiverem mais de 10 anos de trabalho na fazenda, tem o direito de reclamar na Justiça a reintegração do serviço com o pagamento de todos os salários do tempo em que tiveram afastados. Se não tiverem 10 anos, devem reclamar a indenização para os filhos pela despedida direta e para o pai por despedida indireta, pois a dispensa dos filhos implica na rescisão do contrato do pai, porque não se pode separar a família como se fosse gado³¹.

Esta seção foi utilizada pelo Terra Livre também para conscientizar os trabalhadores rurais que os arrendatários e meeiros expulsos das terras em que cultivavam, poderiam pedir perante a justiça a indenização pelo tempo de serviço prestado pelos sindicatos. Para defender a tese de que arrendatários, parceiros e meeiros foram enquadrados na categoria de trabalhadores assalariados. Neste sentido, o periódico reproduziu na coluna os seguintes argumentos:

O empregador é a pessoa física que presta serviços ao empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura ou parte em dinheiro e parte in natura, mandando o artigo 33 que, pelo menos 30 por cento do salário seja pago em dinheiro. Isto quer dizer que é empregado rural para gozar da proteção do Estatuto inclusive aquele trabalhador que, até agora, só recebia parte do produto que plantava o meeiro, o arrendatário, parceiro, mas que daqui pra frente o fazendeiro tem que reconhecer a eles a condição de assalariados, pagando pelo menos, 30 por cento do salário, assegurando-lhe, salário-mínimo, descanso semanal remunerado, férias, oito horas só de trabalho por dia, etc.³².

O advogado instruiu os trabalhadores a marcarem em cardenetas as horas-extras trabalhadas para exigirem o pagamento perante a justiça. A coluna comunicou os lavradores que trabalhavam no período noturno para exigirem pagamento adicional de 25% do salário.

1.3. Colunas Poetas do Sertão

³¹ Meeiros e Colonos tem beneficio no Estatuto. Cícero Viana. Conheça seus Direitos. TL, ano XIV, n° 130, janeiro de 1964.p.2.

³² Meeiros e Colonos tem beneficio no Estatuto. Cícero Viana. Parte 2. Conheça seus Direitos. TL, ano XIV, n° 131, fevereiro de 1964.p.3.

As poesias escritas por artistas populares foram enviadas por cartas à redação do Terra Livre, e posteriormente, publicadas na coluna Poetas do Sertão. Com esta atividade artística, os lavradores conscientizavam os demais a lutarem pela realização da Reforma Agrária. O Trovador Zé Goiano, do Município de Catalão de Goiás, foi exemplo de artista popular, que se utilizou da poesia para defender a realização da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária no Brasil
é medida essencial
pra acabar com a miséria
em que vive nosso pessoal.

A Reforma Agrária é benefício
da população em geral
não só dos camponeses Sem-Terra
como do comerciante e do industrial³³.

A publicação deste poema foi estratégia adotada pelos jornalistas para incitar os trabalhadores rurais a lutarem pelo fim dos latifúndios e pela distribuição das terras. O conteúdo do poema descrito diz respeito à política desenvolvida pelo PCB, ou seja, a da realização da Reforma Agrária no país por meio da tomada das terras dos grandes proprietários rurais, por ação revolucionária dos trabalhadores rurais. Esta poesia foi divulgada numa conjuntura em que o partido trabalhou para o fim dos latifúndios e da redistribuição das terras aos lavradores sem-terra, ou com terra insuficiente para sustentar as famílias. Neste período, os comunistas elegeram a Reforma Agrária como estratégia para realizar a Revolução Agrária. Segundo a concepção dos pecebistas, este projeto deveria ser desenvolvido por meio de ações armadas, portanto nos poemas os lavradores foram representados como agentes que deveriam se unir com os comunistas para lutar pelo fim dos latifúndios.

Era constante, em versos publicados, que seus autores procurassem conscientizar os trabalhadores para lutarem pela realização da Reforma Agrária. Foi solicitado pelos poetas que os homens do campo se mobilizassem e se organizassem. Com isso, a união de cada trabalhador com os demais foi caracterizada como condição necessária para que a Reforma Agrária fosse realizada.

Ajunta os homens e as mulheres
Todos com a mesma tenção
A Reforma Agrária vencerá
Só com a força da União³⁴.

³³ Zé Goiano. A Reforma Agrária. TL, ano VII, abril de 1956, n°64.p.3.

O trabalho com esta coluna jornalística pressupõe que não foram apenas poetas desconhecidos que enviaram seus trabalhos para serem publicados.

Além de poetas desconhecidos que, aparentemente mandavam poemas para a redação do Jornal para o concurso, publicavam-se também poemas de artistas populares que posteriormente ganharam projeção como Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa de Assaré, ou mesmo de poetas de outra extração social, já com projeção nacional, que esposavam a causa dos trabalhadores, como Vinícius de Moraes e, com seu celebre “Os Homens da Terra” (MEDEIROS, 1995, p.213).

Constatamos que foram inúmeros poemas de autoria de Patativa do Assaré, publicados no Terra Livre. Uma das poesias divulgadas foi “Calo e Calote”. Conforme o autor:

No decorrer dos meus anos infantis,
Uma escola não tive onde aprender
E por isto não pude receber
Nem o nome de aprendiz

Se um curso nunca fiz
Que nas terras pudesse me envolver
Com certeza não posso conhecer
O programa das leis do meu país

O que eu sei, porque vejo e está provado
É que neste Brasil abandonado
Vive sempre o matuto no chicote

Leva igualmente carga feito um cavalo
Seu trabalho que custa tanto calo
Só lhe pagam o trabalho de calote³⁵.

O autor denunciou problemas sociais existentes no campo, como a exploração sofrida pelos camponeses e a falta de acesso a escolas por parte dos filhos dos camponeses. Os lavradores foram comparados a cavalos, que trabalhavam pesado. Podemos notar que o autor transmitiu por meio deste poema a mensagem aos leitores do periódico, que ele não foi o único trabalhador rural analfabeto, impossibilitado de frequentar a escola durante a infância e fez denúncias relativas às condições de trabalho dos lavradores brasileiros. Portanto, os homens do campo foram caracterizados pelo poeta popular como indivíduos que trabalhavam jornadas extensas e recebiam salários baixos e que eram submetidos a castigos físicos.

³⁴ Sofrimento e Esperança. TL, ano VIII, 2ª quinzena de setembro de 1955, n° 72.p.3.

³⁵ Patativa do Assaré. Calo e Calote. Coluna Poetas do Sertão. TL, ano XIV, n°131, fevereiro de 1964.p.4.

Consideramos que o Terra Livre estimulou os poetas a escreverem seus versos constantemente para que fossem publicados. Os melhores poemas foram premiados por meio de concursos³⁶.

Os artistas procuravam descrever as condições de vida que os trabalhadores rurais estariam submetidos por meio das poesias.

Do jeito que vai o tempo
Todo cheio de ilusão
Ninguém mais pode viver
Nas unhas do tubarão³⁷

O termo “tubarão” descrito nesta estrofe faz alusão aos latifundiários e fazendeiros, considerados principais responsáveis por submeterem trabalhadores rurais à exploração na lavoura. Por meio da utilização desta palavra, procurava-se constituir efeito simbólico na mensagem transmitida pelo poema, a fim de despertar no trabalhador rural a crença de que os latifundiários eram indivíduos repugnantes, que deveriam ser combatidos pela organização dos trabalhadores rurais em entidades sindicais, ora em sindicatos, ora em associações. Desta forma, o jornal estimulou os trabalhadores a se sindicalizarem. O sindicato foi considerado nesta poesia como meio de coibir a exploração dos latifundiários.

Apesar da maioria das poesias considerarem que os trabalhadores rurais estavam sendo maltratados, chamavam a atenção do leitor, que o sofrimento destes sujeitos chegaria ao fim, como podemos observar nas estrofes abaixo.

Minha gente neste mundo
Muita coisa ta por vir
E quem hoje ta chorando
Amanhã já vai sorrir

Os tatuíras desumanos
Ainda vamos vê
Puxando um rabo de enxada
Pra de fome não morrê³⁸

O jornal despertou no trabalhador rural o sentimento de que as injustiças cometidas pelos latifundiários chegariam ao fim e que os trabalhadores rurais deixariam de serem

³⁶ Os dois melhores poemas de cada mês receberiam como prêmio o livro “Eles possuirão Terras”, de Ortiz Monteiro. Os três melhores trovadores ganhariam uma viagem a São Paulo de ida e Volta. Coluna Poetas do Sertão. Concurso Os Melhores Trovadores. TL, ano VII, 2ª quinzena de fevereiro de 1956, n°62. p.3. Os concursos que escolhiam os melhores poemas eram realizados mensalmente.

³⁷ Adhemar Turatti. Tempo de Marcha-A-Ré. TL, janeiro de 1956.p.3.

³⁸ Tiê. O seu dia chegará. TL, ano VII, 2ª quinzena de fevereiro de 1956, n°62.p.3.

explorados e de enriquecer os padrões. Porém, buscou conscientizar seus leitores que estes problemas seriam extintos com a organização dos trabalhadores rurais por meio de sindicatos.

Nesta seção, os lavradores foram pensados pelos jornalistas enquanto pessoas impossibilitadas de propiciar aos seus filhos conforto e educação. A publicação dos poemas foi um mecanismo utilizado pelos jornalistas para legitimar a imagem dos lavradores como indivíduos que dedicavam grande parte do tempo para sustentar seus filhos e que eram explorados pelos patrões.

Consideramos que as poesias foram publicadas com linguagem pronunciada pelos lavradores no cotidiano para facilitar o entendimento, e entendemos que a direção do jornal incentivou os trabalhadores rurais a lerem as poesias.

1.4. Coluna Cartas da Roça

A coluna Cartas da Roça foi um espaço destinado aos leitores do Terra Livre para que escrevessem cartas, contando a situação que estavam submetidos no meio rural, ou que tivessem conhecimento de modo que fossem publicadas. “O jornal recebia cartas de lavradores de diversos pontos do país que narravam suas condições de trabalho, a exploração que eram vítimas, castigos físicos etc.” (MEDEIROS, 1995, p.211).

Nesta coluna, os lavradores denunciaram a opressão sofrida no campo. Por meio de cartas enviadas à redação do jornal e posteriormente publicadas, jornalistas procuravam defender a tese de que os trabalhadores rurais estavam sendo submetidos a extensas jornadas de trabalho diárias e que os direitos trabalhistas foram desrespeitados.

A “Coluna Cartas da Roça” era antiga, pois esteve presente nas páginas da imprensa comunista desde o seu primeiro exemplar em circulação³⁹.

Esta seção levou ao conhecimento dos leitores o cotidiano vivido pelos lavradores brasileiros. Porém esta coluna não foi espaço voltado à divulgação da cultura, das festividades e da religiosidade dos camponeses. Partimos da hipótese de que possivelmente as cartas publicadas foram selecionadas pelos diretores do jornal, sendo divulgadas apenas as que descreveram o sofrimento do homem do campo.

Em uma carta escrita por um trabalhador rural do município de Marília-SP, localizado na região da Alta Paulista, foi enfatizado que os colonos da fazenda Santa Antonieta estavam

³⁹ Por se tratar de uma Coluna que esteve desde o início da publicação dos exemplares do Terra Livre, e que se manteve até o período em que esteve em atividade, entende-se que a quantia de cartas escritas por trabalhadores é considerada alta. TL, ano V, São Paulo, 2ª quinzena, de julho de 1954, n°44.

passando fome porque o latifundiário Bento de Abreu pagava a estes um salário considerado “miserável”.

Vejam que miséria ele paga: dois mil cruzeiros por mil pés de café, e quinze cruzeiros pela colheita de cento e dez litros. Não dá para viver. E no dia 17 de julho esse latifundiário prendeu cinco mulheres e dois homens porque haviam tirado café para vender a fim de comprar comida. O latifundiário deu uns quilos de café ao tenente para bater nesses pobres e agora já está pagando a polícia para vigiar os trabalhadores. A polícia agora está fazendo ronda na fazenda, eu penso que isto é injustiça contra a lei. Se pagassem salário bom aos trabalhadores não aconteceria de nenhum infeliz tirar uma migalha de café para comprar comida a fim de poder trabalhar. Isso acontece porque não temos um governo que dê valor aos camponeses. A justiça não é para os pobres, é só para os latifundiários. Eu, em minha opinião, companheiros, acho que precisamos é de outro governo que nos beneficie, seja, das classes do povo⁴⁰.

Esta carta chama a atenção dos leitores, que grandes latifundiários do município de Marília-SP estavam se enriquecendo à custa do trabalho dos colonos e que ostentavam conforto e luxo, enquanto que os lavradores viviam em casas em péssimas condições de higiene. Este caso como outros foram noticiados pelo jornal na tarefa de conscientizar os lavradores de que estes problemas citados permeavam a realidade dos camponeses e de que não se tratava de um caso isolado.

Ao analisarmos esta coluna, entendemos que os trabalhadores rurais brasileiros foram qualificados como indivíduos que apanhavam de chibatadas e que eram vigiados por jagunços, de modo que fossem impedidos de deixarem as propriedades em que trabalhavam. Publicar cartas em que os lavradores apareciam apanhando e sofrendo castigos físicos foi arcabouço utilizado pelo corpo editorial, no sentido de legitimar a existência de duas classes sociais opostas no campo, ou seja, uma classe explorada e outra exploradora. Os trabalhadores foram retratados como sujeitos pertencentes à classe explorada, enquanto que os patrões qualificados como pertencentes à classe exploradora.

Por meio desta seção, o Terra Livre denunciou arbitrariedades cometidas pelo proprietário da fazenda Anhembi do município de Campo Mourão no Estado do Paraná, Oscar Americano, que segundo a reportagem, não pagou salário aos seus funcionários. Conforme o periódico:

A fazenda é administrada pelo Sr. Luiz Ferraz, que é pior do que Judas Traidor. Ele recebe o pagamento e consome o dinheiro, não pagando os trabalhadores há seis meses não vêem dinheiro. Em vez disso, o que os patrões fazem é tomar dinheiro emprestado a peões e formadores de café e nunca pagam. O povo está morrendo de

⁴⁰Colunas Cartas da Roça. Salários de fome e perseguições. TL, São Paulo, 1ª quinzena de agosto de 1954, nº 46.p.2.

fome: faz seis meses que não sai pagamento e dinheiro não há. Chegou um japonês para trabalhar de peão na fazenda e o administrador tomou dinheiro que ele possuía, e até hoje o pobre está sem receber dinheiro, nem sequer o dele⁴¹.

Esta carta foi publicada pelo jornal com a finalidade de denunciar que trabalhadores rurais de modo geral estavam sendo submetidos a trabalho escravo e que eram vigiados por jagunços, nas fazendas. Portanto, o periódico qualificou esta prática como desumana.

1.5. Seção Almanaque da Terra

A Seção “Almanaque da Terra” foi um espaço que se mantinha presente em todos os exemplares do jornal Terra Livre. Trata-se de seção por meio da qual o trabalhador rural recebia dicas de como obter aumento de sua produção, entre as quais de como evitar a proliferação de pragas e doenças, principalmente aquelas que ameaçavam a lavoura do algodão e do café. Os jornalistas procuraram informar os trabalhadores rurais sobre os períodos que eram propícios ao cultivo de determinados gêneros agrícolas⁴² e foram divulgadas as datas em que eram realizadas festas religiosas, sendo estas apreciadas pelos trabalhadores rurais, como a festa de São João e São Pedro⁴³.

O periódico orientava os trabalhadores rurais para se prevenirem de doenças, como a doença de chagas e o amarelão⁴⁴. Descrevia ao leitor que a doença de chagas era transmitida pelo bicho barbeiro, que vivia em locais com baixo grau de higiene, como casas de taipa ou de pau-a-pique. Buscava, ainda, instruir os lavradores para se prevenirem do ataque de cobras, o qual acontecia frequentemente no meio rural.

Por meio da análise de receitas divulgadas, de dias festivos e das orientações sobre as formas pelas quais se deveria realizar o cultivo de certas plantas, podemos notar que os editores conheciam de forma profunda a cultura e o cotidiano do trabalhador rural e não apenas os problemas que estes vivenciavam. Na seção Almanaque da Terra, o homem do campo foi qualificado como agente social, já que tinha suas práticas culturais e religiosas. Trata-se de uma coluna que não possuía característica política, ao contrário das demais, que foram analisadas anteriormente. Os jornalistas entendiam que não bastava apenas divulgar notícias de cunho político relacionadas ao campo brasileiro, como conflitos, ocupações ou

⁴¹ Esta carta confirma que há trabalho escravo. Maria Bernashi. TL, ano V, 2ª quinzena de agosto de 1954, n° 47.p.5.

⁴² Pequeno Almanaque do Terra Livre. TL, São Paulo, ano XII, n°96, janeiro de 1961.p.6.

⁴³ Pequeno Almanaque de Terra Livre. TL, ano VII, 2ª quinzena de junho de 1956, n° 66.p.3.

⁴⁴ Almanaque. TL, ano VI 2ª quinzena de dezembro de 1954, n°51.p.2.

manifestações grevistas, para estimular o homem do campo a realizar as leituras do periódico⁴⁵.

O periódico divulgou receitas caseiras, como bolo de fubá, cocada, pratos apreciados por grande parte dos trabalhadores rurais. As esposas e filhas dos lavradores recebiam dicas de corte e costura, de modo que tivessem condições de confeccionar blusas⁴⁶.

2. Visões de Mundo dos Comunistas sobre o campo brasileiro

2.1. O ABC de Prestes

Nas colunas do Terra Livre, os patrões foram qualificados como indivíduos maléficos, e sem escrúpulos que impossibilitavam os trabalhadores rurais de ter uma vida digna e confortável. Ao contrário dos proprietários rurais, os lavradores foram classificados pelos jornalistas, como pessoas incapazes de praticar malefícios contra os patrões, como roubos e assassinatos. Inclusive, as seções do periódico foram espaços utilizados para a divulgação dos problemas vivenciados pelos lavradores no cotidiano, como a falta de terra para trabalhar, perseguição aos participantes de atividades sindicais e desrespeito aos direitos trabalhistas como 13º salário e salário-mínimo.

O Terra Livre realizou a propaganda dos sindicatos de trabalhadores rurais, no intuito de estimular a organização dos lavradores na luta por direitos. Tais movimentos sociais agrários, constituídos sob a égide da Ultab foram retratados pelo jornal como forças do bem, cujo objetivo era o de proteger os trabalhadores rurais da ameaça dos fazendeiros.

Na seção poetas do sertão foram publicadas poesias que retratavam as condições de vida dos homens do campo. Ao divulgar poemas, os jornalistas procuravam incentivar os trabalhadores a lutar pela realização da Reforma Agrária, pela melhoria das condições de vida e pela sindicalização.

A coluna Conheça seus Direitos informou os trabalhadores sobre os benefícios garantidos pela legislação trabalhista. O colunista Lindolfo Silva era liderança camponesa e possuía conhecimento sobre os direitos dos lavradores, razão pela qual foi responsável por assinar as matérias desta seção.

⁴⁵ Resoluções da Política de Imprensa do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este documento foi apreendido pelos policiais do DEOPS/SP e anexados aos relatórios de investigações. Todavia, não conseguimos identificar o período que o documento foi escrito.

⁴⁶ Pequeno Almanaque de Terra Livre. TL, n°87, janeiro de 1960, ano XI. p.9.

O Terra Livre possuía linguagem simples, para que os trabalhadores entendessem as mensagens veiculadas. Portanto, este periódico explicou de forma didática as diretrizes do partido aos leitores.

O Programa de Luiz Carlos Prestes foi publicado pelo jornal sem linguagem partidária, para que o homem do campo entendesse as diretrizes do partido, aprovadas no IV Congresso do PCB. Antes de desenvolvermos uma análise sobre este programa, foi necessário transcrever abaixo algumas estrofes do ABC de Prestes.

Aqui cumpadre, de novo
Trago o Programa de Prestes de novo
Programa de todo o povo
Do sul do Norte ou do Nordeste

Belo Programa de fato
Carece muita atenção
Ei só por isso que eu trato
De elogiar sua ação

Confiscar todas as Terras
Dos tais latifundiários
Fazê todo camponês
Também sê proprietário

Dividir as grandes terras
Tendo a lei por garantia
O roceiro vai finalmente
Vai viver feliz um dia

Então terá sua posse
Como um dono verdadeiro
Para sempre libertado
Da mardade do grileiro

Fazê tudo pra acabá
Com a terça e a meação
Não dá serviço de graça
Nem tê vale e barracão...⁴⁷

A linguagem pronunciada pelos trabalhadores no cotidiano foi incorporada nas estrofes pelos editores do jornal Terra Livre, com a finalidade de estimulá-los a lerem as teses do partido para o campo. Os termos “roceiro”, “mardade” e “fazê” eram pronunciados pelos trabalhadores rurais, por esta razão foram incorporados no ABC de Prestes.

Na quarta estrofe, os grileiros foram rotulados como indivíduos que praticaram arbitrariedades contra os lavradores, como violência física para que os últimos fossem expulsos das terras em que trabalhavam. Portanto, o Terra Livre considerou os grileiros como

⁴⁷ O ABC do Programa de Prestes foi publicado pela primeira vez no exemplar TL, ano VII, São Paulo, 1ª quinzena de julho de 1954, n°58.

inimigos da classe trabalhadora no meio rural, com a finalidade de estimular os lavradores a lutarem pela posse das terras que cultivavam. A partir deste pressuposto, o jornal qualificou grileiros, como pessoas sem caráter e sem sentimentos, capazes de praticar assassinatos e violência sexual contra as mulheres dos posseiros. No ABC de Prestes, a Reforma Agrária foi considerada como projeto, que colocaria fim à violência praticada pelos grileiros contra os posseiros. Portanto, a Reforma Agrária foi qualificada como meio de distribuir as terras aos lavradores que estavam sendo expulsos das áreas que cultivavam. O fim dos latifúndios foi considerado pelos comunistas como forma de acabar com a violência no campo e do domínio de fazendeiros.

A publicação do ABC de Prestes foi estratégia adotada pelos jornalistas, no sentido de mobilizar os trabalhadores rurais para a estratégia do PCB que era a tomada do poder, por meio da realização de uma “Revolução Anti-imperialista e Antifeudal”. A referida estratégia foi defendida nos manifestos de 1948 e 1950 e legitimada no IV Congresso do partido realizado em 1954.

A Reforma Agrária foi classificada no poema, como projeto fundamental para o país se libertar do julgo imperialista e dos restos feudais presentes na economia brasileira. Os comunistas interpretavam os sistemas de parceria, colonato e arrendamento como indícios da existência de restos feudais. Na concepção dos pecebistas, a realização da Reforma Agrária extingiria “restos feudais” e que os homens do campo se tornariam pequenos proprietários e sairiam da situação de miséria que se encontravam⁴⁸. Caio Prado Jr manteve posição oposta à tese dos “restos feudais” e defendeu a tese de que na economia brasileira não existia restos feudais. Conforme o autor:

Os pólos principais da estrutura social do campo brasileiro não são o “latifundiário”, ou o “proprietário senhor feudal ou semi-feudal” de um lado, e o camponês de outro; e sim respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador agregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado (PRADO JR, 1966, p.162).

Os comunistas entendiam que o latifúndio era empecilho ao desenvolvimento da economia brasileira e responsável pela miséria que os brasileiros se encontravam. Muitos trabalhadores rurais sequer possuíam terra para cultivar alimentos. Os pecebistas acreditavam que o fim dos latifúndios e que a formação de pequenas propriedades dariam condições aos camponeses para sustentarem seus familiares. Os membros do PCB alegaram que, com a Reforma Agrária, os lavradores deixariam de serem submetidos a jornadas de trabalho que

⁴⁸ PRESTES, L.C. Manifesto de 1950. In; O Partidão: A Luta por um Partido de Massas. São Paulo: HUCITEC, p.142.

ultrapassavam 08h diárias. A defesa da formação de pequenas propriedades no país estava prescrita no manifesto de agosto, porém ela foi reforçada no IV Congresso do PCB. Na visão dos comunistas, o sistema do colonato, de parceria e da meação eram entraves ao desenvolvimento da nação.

É importante compreendermos que a interpretação do partido acerca da existência de restos feudais foi criticada de forma veemente por Caio Prado Jr. De acordo com este intelectual, “trata-se de uma interpretação errônea a de que as relações de trabalho baseadas no regime de parceria e colonato eram indícios da existência de resquícios das relações feudais no Brasil” (PRADO JR, 1966, p.78).

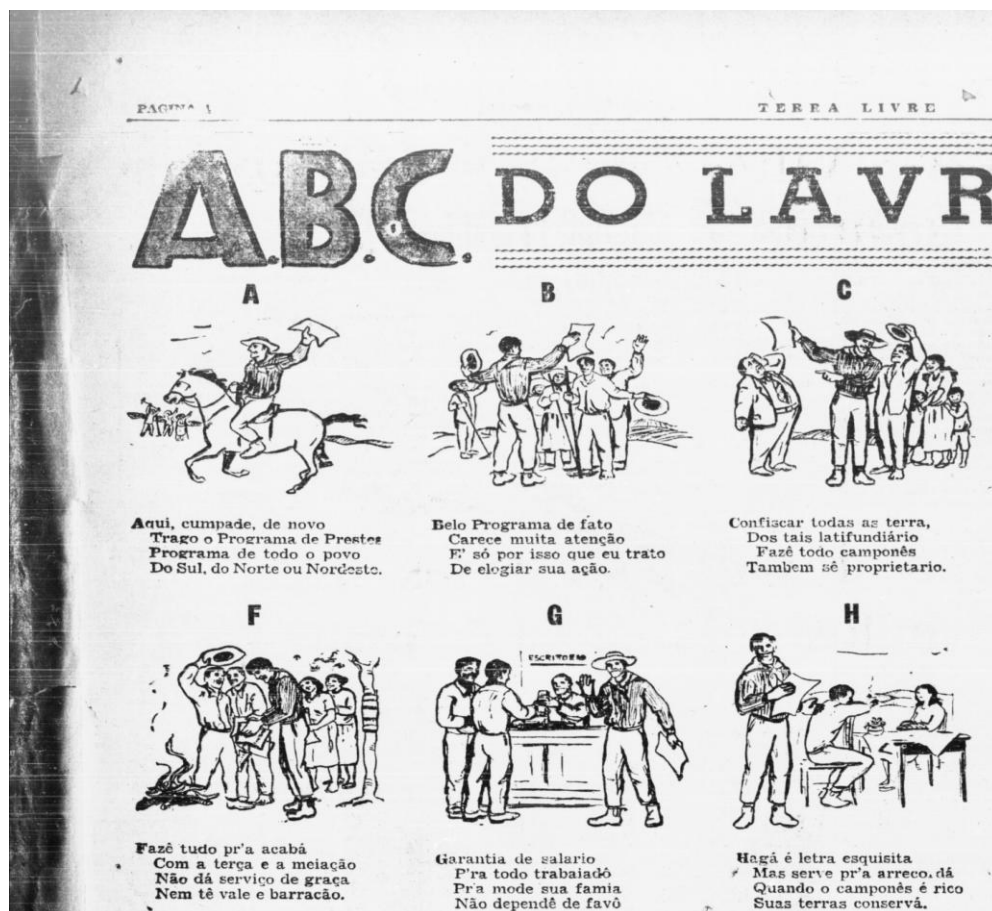
Se o termo “restos feudais” fosse utilizado no ABC de Prestes, o público não compreenderia o seu significado. Trata-se de um termo de cunho partidário, que não era pronunciado pelos homens do campo.

Segundo os comunistas, a extinção dos restos feudais colocaria fim a terça, a meação e o trabalho de graça efetuado pelos trabalhadores rurais durante alguns dias dos anos, prática que na região Nordeste do país, se denominava, “cambão”. Estas práticas foram classificadas por Alberto Passos Guimarães, como “indícios da existência de restos feudais”. Portanto, o autor classificou as mesmas como de caráter pré-capitalista (GUIMARÃES, 1968, p.99). Guimarães considerou que as referidas relações de trabalho não eram de caráter assalariado. Por tais práticas, os patrões procuravam assegurar durante o ano, mão de obra para as atividades agrícolas. Segundo Prado Jr, não existia restos feudais, pois a economia feudal era estruturada por pequenos produtores individuais e constituídas de unidades familiares em que a produção era voltada para a subsistência. Portanto, na perspectiva deste intelectual, “foi erro histórico afirmar que existia feudalismo no Brasil” (PRADO JR, 1966, p.79).

O ABC de Prestes foi publicado pela segunda vez, tendo seu título modificado para ABC do lavrador. Nesta segunda publicação, as estrofes são acompanhadas de desenhos feitos por Virginia Artigas⁴⁹.

Figura 4- O ABC do lavrador

⁴⁹ Uma lacuna está por ser preenchida, pois não conseguimos identificar quem era Virginia Artigas.



Fonte: TL, Ano VII, 1ª quinzena de julho de 1956, nº 67.p.4

Nas gravuras, os trabalhadores demonstram interesse em aderir ao IV Programa do Partido e se mobilizarem em prol da realização da revolução antifeudal e anti-imperialista. TL, Ano VII, 1ª quinzena de julho de 1956, nº 67.p.4

2.2. O Terra Livre e os Regimes Comunistas

Por ser dirigido pela direção pecebista, o Terra Livre realizou a propaganda de regimes comunistas com o objetivo de legitimar perante o leitor a premissa de que o socialismo deveria ser instituído no Brasil. Inclusive, editores do jornal procuraram conscientizar os trabalhadores rurais para que estes acreditassem que a instituição do comunismo no Brasil traria benefícios, como a extensão dos direitos sociais trabalhistas ao campo e à realização da Reforma Agrária.

Representações foram constituídas pelos jornalistas acerca de políticos cubanos, chineses e coreanos. Portanto, homens públicos socialistas foram considerados pelo jornal como pessoas idôneas que trabalhavam em prol dos “interesses do povo” e que lutavam

contra a miséria e contra a exploração do latifúndio. Tais políticos foram representados pelo Terra Livre como indivíduos que manifestaram preocupações com problemas sociais, enquanto que políticos brasileiros pensavam apenas em benefícios particulares.

Existe, também, uma grande semelhança entre os homens públicos do Brasil e os homens públicos dos países que já se libertaram da exploração do homem pelo homem. Em Cuba, por exemplo, os governantes são homens que comem, bebem, vivem, e trabalham em benefício do povo. No Brasil os governantes farreiam, vestem bem, gastam o dinheiro da nação, mas no dia seguinte acordam para fazer o mesmo trabalho⁵⁰.

Foi construída pelo jornal a imagem de que políticos de países socialistas eram pessoas de “bem”, que trabalham em prol dos mais necessitados. “Em Cuba os governantes comem, bebem, vestem bem. Mas trabalham e se entregam a uma preocupação constante na solução dos problemas do povo, que há bem pouco tempo era escravo dos latifundiários e do imperialismo norte-americano”⁵¹. O jornal enalteceu políticos socialistas e qualificou regimes comunistas como modelos políticos e econômicos alternativos ao capitalismo. Partindo desta premissa, o objetivo do periódico foi o de estimular os trabalhadores rurais a aderirem às idéias do PCB.

Enaltecer políticos comunistas como Fidel Castro, Che Guevara e Mao-Tse-Tung foi mecanismo utilizado pelos jornalistas do periódico, para mobilizarem os trabalhadores rurais brasileiros pela realização da Revolução Socialista. Desta forma, a direção do jornal recrutou trabalhadores rurais para compor o quadro da militância pecebista em áreas rurais.

Ao realizar a propaganda de regimes comunistas, o Terra Livre se preocupou em comunicar seus leitores, que políticos socialistas trabalhavam em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Neste sentido, o objetivo do periódico foi o de legitimar a premissa de que os comunistas eram os legítimos defensores dos interesses dos camponeses.

Os regimes comunistas foram classificados como modelos de governo contrários ao latifúndio, cuja função foi a de promover a melhoria das condições de vida dos camponeses e a realização da Reforma Agrária. Partindo desta premissa, o Terra Livre buscou transmitir ao público, a mensagem de que os comunistas brasileiros se preocupavam com os interesses dos camponeses e que defendiam a desestruturação dos latifúndios e a distribuição das terras.

⁵⁰ Homens Públicos são diferentes nos países já libertados. TL, ano XII, nº 105, São Paulo, novembro de 1961.p.4.

⁵¹ Homens Públicos são diferentes nos países já libertados. TL, ano XII, nº 105, São Paulo, novembro de 1961.p.4.

A URSS foi considerada pelos pecebistas como exemplo de nação que se industrializou e que obteve progressos técnicos. Países soviéticos como a Hungria⁵² foram caracterizados como nações que diminuíram a quantia de trabalhadores rurais. Os lavradores soviéticos foram retratados como pessoas que tinham acesso à cultura e à educação de qualidade.

As reuniões que envolviam operários e lavradores foram interpretadas pelo Terra Livre como momentos em que ambos agentes sociais se uniram para lutar pela melhoria das condições de trabalho no campo. Tais reuniões foram qualificadas pelo jornal como indícios de que camponeses e operários estavam se mobilizando pela realização da Revolução de Cunho Democrático-Burguês no país. Segundo o Terra Livre:

Em Ribeirão Preto na sede do Sindicato dos trabalhadores em bebidas, com a participação dos sindicatos dos trabalhadores gráficos, dos trabalhadores na indústria de alimentação e dos ferroviários, realizou-se solene comemoração da data, estado presentes no ato, operários, assalariados agrícolas e representantes da ULTAB e o vereador José Velome⁵³.

A reunião foi realizada no dia 1º de maio, data comemorativa, conhecida como dia do trabalho. Ao divulgar o encontro, o jornal transmitiu a seus leitores a mensagem, que no dia mencionado os trabalhadores do campo e da cidade se reuniam para lutar pela extensão da legislação trabalhista no campo e pela realização da Reforma Agrária. Na concepção dos jornalistas, o dia 1º de maio foi data comemorativa foi em que os operários e camponeses se mobilizaram para a realização da Revolução Democrático-Burguesa.

Os operários foram considerados pelo jornal, como agentes sociais que manifestavam preocupação para com as lutas dos trabalhadores rurais pelos direitos trabalhistas, como salário-mínimo, férias anuais remuneradas. Para reforçar esta tese, o Terra Livre descreveu aos seus leitores que membros dos sindicatos urbanos estavam ajudando os trabalhadores rurais na tarefa de constituir associações de trabalhadores rurais⁵⁴. Desta forma, a mídia classificou os trabalhadores no meio urbano, como agentes sociais que já possuíam tradição, no que concernem as lutas políticas.

Os trabalhadores operários foram caracterizados pelo Terra Livre como irmãos dos camponeses. Nas páginas do periódico, os operários e lavradores brasileiros foram

⁵² Progresso dos países socialistas, na indústria, nas artes e na técnica. TL, ano XIV, nº 132.

⁵³ Trabalhadores da cidade e do campo deram-se as mãos no primeiro de maio. T L, ano VII, 1ª quinzena de junho de 1955, nº 57.p.2.

⁵⁴ Cresce o Sindicato porque tem conquistado vitórias. “Ligação com os operários”. TL, ano V, 2ª quinzena de junho - 1ª quinzena de julho de 1954, nº 44.p.4.

qualificados como pessoas que viviam em clima de união e de fraternidade. A análise das reportagens analisadas neste referido tópico, permitiu-nos compreender que o corpo editorial se preocupou em mobilizar os lavradores para se unirem com o operariado para realizar a revolução democrático-burguesa. O jornal considerou os trabalhadores rurais como força revolucionária, responsável por ajudar o operariado a conquistar o poder. O periódico caracterizou os camponeses como importante força política, responsável pela realização da revolução no campo. Na visão dos comunistas, o proletariado era visto como classe responsável por liderar o processo revolucionário.

Na análise do Terra Livre, a Reforma Agrária seria conquistada com a união dos trabalhadores do campo e da cidade. Segundo o periódico, os operários e camponeses manifestaram interesse em realizar a aliança operário-camponesa. Os jornalistas procuraram estimular os trabalhadores rurais brasileiros a se aliarem com os trabalhadores da cidade para realizar a Revolução Socialista. Os comunistas acreditavam que o operariado urbano era classe social responsável por orientar os trabalhadores rurais a lutarem pela realização da Reforma Agrária e pela Revolução de cunho Democrático-Burguês. Os pecebistas consideravam os operários, como agentes políticos que tinham experiência política.

2.3. O Terra Livre e a Cobertura de conflitos

O Terra Livre divulgou o envolvimento de posseiros e grileiros em conflitos de terras, noticiou as lutas dos trabalhadores rurais da região de Trombas e Formoso⁵⁵, ocorrida no Estado de Goiás.

Os posseiros de Trombas e Formoso foram retratados pelo jornal como vítimas, pessoas que tinham dificuldades em sustentar suas famílias e que estavam sendo expulsos das terras em que trabalhavam. Elegeu os posseiros como agentes políticos que utilizaram ações

⁵⁵ Ao desenvolver uma análise sobre o conflito de Trombas e Formoso, José de Souza Martins reiterou que, no Estado de Goiás, os posseiros liderados pelo Líder Camponês José Porfírio, resistiram às ações dos latifundiários e aos choques com a polícia. Para este autor, os posseiros chegaram à região de Uruaçu e ocuparam terras devolutas. Entretanto, um grupo de fazendeiros e um juiz local grilaram tais terras e fizeram uma proposta de venda aos posseiros das mesmas mediante o pagamento. Os posseiros se recusaram a pagar pelas terras que cultivavam. Diante desta circunstância, grileiros utilizaram-se de jagunços, no sentido de promover a expulsão dos posseiros. Estes sujeitos se organizaram sob a forma de grupos armados, no sentido de resistir à ameaça de expulsão e saíram vitoriosos. Autoridades foram eleitas pelos camponeses no território de Trombas e Formoso como, por exemplo, deputados e vereadores. O PCB havia deslocado seu quando de militantes para a região, no sentido de exercer influência sobre o movimento. José de Souza Martins descreve que no período em que o governador Ludovico havia mandado um contingente para expulsar os posseiros, o PCB havia realizado negociações. O partido havia apoiado a candidatura de Mauro Borges para governador do Estado de Goiás, filho de Ludovico, que havia, distribuído as terras em parcelas. Estas informações foram retiradas das seguintes referências. MARTINS, J.de. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 1995.p.71-72. Moraes, C, S. *História das Ligas Camponesas no Brasil*. Brasília: IATTERMUND, 1997.

armadas para resistirem às tentativas de expulsões promovidas por grileiros. O jornal foi responsável por denunciar assassinatos de camponeses que resistiram às tentativas de expulsões, cometidos por policiais e jagunços que se mantinham a serviço dos grileiros. Neste sentido, o periódico classificou os grileiros como inimigos dos trabalhadores de Trombas e Formoso e dos lavradores brasileiros de modo geral.

Na avaliação do jornal, foram expulsas das terras que trabalhavam cerca de 2 mil famílias que viviam na Zona de Formoso, no município de Amaro Leite. Diferentemente dos grileiros, o líder camponês José Porfírio foi apresentado aos leitores como agente social que ajudou os trabalhadores rurais na região de Formoso⁵⁶ e que demonstrou preocupação com a situação que os camponeses estavam submetidos, por ter viajado a Goiânia para regularizar as posses das terras. Por ser camponês influente entre os posseiros, Porfírio auxiliou os comunistas na formação de grupos armados, visando à defesa das posses. Segundo o olhar do periódico:

Os posseiros só resolveram pegar em armas como último recurso. Os grileiros com a ajuda da polícia já fizeram muito banditismo contra eles. Só crianças por nascer à polícia e jagunços assassinaram 3. Um posseiro ficou louco de tanto horror. Nos choques havidos no começo de julho, perderam a vida três jagunços e o filho do grileiro Capum. No mês passado, um sargento e que estava a serviço dos grileiros também foi morto⁵⁷.

Era comum fazendeiros utilizar serviços públicos, ou seja, ações policiais para defender interesses privados contrários às lutas sociais dos trabalhadores rurais.

⁵⁶ Os lavradores que habitavam a Companhia Agrícola de Goiás (CANG), localizada na região de Ceres, passaram a ocupar a região de Trombas e Formoso pela falta de assistência técnica e de condições para escoar a produção. De acordo com Paulo Ribeiro Cunha, migrantes da região mencionada se juntaram aos posseiros que já viviam na região e com aqueles que vieram de outros Estados. As terras pertencentes a Trombas e Formoso foram valorizadas com a construção da Rodovia Belém-Brasília. Segundo a concepção de Cunha, José Porfírio tentou realizar acordo com grileiros e viajou até Goiânia para regularizar as posses, trouxe documentos que comprovaram que as terras ocupadas eram devolutas. Porém esta liderança não conseguiu regularizar a situação das terras no cartório de Uruaçu. O proprietário deste estabelecimento se mantinha conivente com os grileiros, que por sua vez forjaram documentos com apoio de juízes para terem a posse das terras. Ações violentas como espancamentos foram promovidas por jagunços e policiais que estavam a serviço dos grileiros, no sentido de expulsar os posseiros. Militantes comunistas que atuavam na CANG foram enviados à região para conscientizar os posseiros a resistirem às expulsões por luta armada. O contato de Porfírio com militantes comunistas foi importante ao PCB. Ele facilitou a aproximação com os posseiros, pois este indivíduo era influente. Em 1955 foi constituída a Associação dos Lavradores de Formoso, para mobilizar os trabalhadores contra a expulsão e oferecer atendimento médico e odontológico. Pela mobilização dos posseiros para luta armada, como a de Trombas e Formoso, o PCB procurava realizar a revolução no país. De acordo com Cunha, o Comitê Central enviou militantes, armas e munições a Trombas e Formoso, apoiando a luta dos posseiros. CUNHA, P.R. *Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Unesp, 2007.

⁵⁷ Posseiros enfrentam Ladrões de Terras de Armas na Mão. TL, ano VII, 1ª quinzena de junho de 1955, nº 57.p.6.

O Terra Livre não foi responsável apenas por realizar a cobertura do conflito que envolveu lavradores e latifundiários nesta área. Inclusive concedeu destaque ao desfecho do referido conflito. Portanto, o periódico realizou a cobertura da festividade dos posseiros celebrada na região do Formoso, entre os dias 24, 25 e 26 de agosto de 1956, para homenagear o governador do Estado de Goiás, José Ludovico de Almeida.

Na festividade descrita acima estavam presentes autoridades políticas locais, ou seja, vereadores e o prefeito local, cujo nome não foi citado na reportagem. Descrever a presença de políticos nos festejos dos posseiros foi o meio encontrado pelos editores do jornal para transmitir aos leitores a imagem dos posseiros de Formoso e Trombas como classe social, capaz de ajudar o partido a realizar a Revolução Socialista.

Apesar de o periódico ter concedido publicidade à festividade, esclareceu seus leitores que os grileiros não desistiram de expulsar os lavradores e pediu que os posseiros se organizassem na associação de lavradores de Formoso e Trombas para resistirem às expulsões.

O levante de Trombas e Formoso foi organizado pelos pecebistas, no sentido de estimular os lavradores a realizarem a revolução socialista nos moldes da Revolução Chinesa desencadeada em 1949, conflito em que o campo foi estratégico para a conquista da cidade. O conflito de Trombas e Formoso foi considerado pelo Terra Livre como indício de que os camponeses demonstraram interesse em realizar a Revolução no Campo.

Por ser jornal de orientação pecebista, o Terra Livre qualificou a organização de grupos armados de trabalhadores rurais para a defesa das terras, como momento em que estes agentes aderiram às idéias do partido.

O periódico também publicizou que posseiros no Norte do Estado do Paraná estavam sendo expulsos das terras que cultivavam. Veicular a notícia de que 63 famílias de posseiros foram expulsas das terras no município de Jaguapitã foi artifício utilizado para qualificar os trabalhadores rurais como vítimas, que foram impossibilitadas de realizar o cultivo de alimentos. Na análise do jornal, a notícia foi fornecida por lavradores que viajaram a cidade de São Paulo.

Em suma, o Terra Livre trabalhou com a dualidade bem x mal. Os grileiros, policiais e jagunços envolvidos na repressão aos camponeses no Norte Paranaense foram qualificados pelo periódico como personificação do mal, pois agrediram e assassinaram lavradores de Jaguapitã. Já os posseiros foram caracterizados enquanto personificação do bem, ou seja, como pessoas solidárias que ajudavam os demais trabalhadores rurais.

Ao informar que uma comissão constituída por 23 pessoas viajou a cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para se reunir com o governador Munhoz da Rocha para pleitear a devolução das terras, o jornal qualificou os posseiros como agentes sociais que não se mantiveram passivos frente às expulsões praticadas por grileiros. Portanto, a viagem feita pela comissão de trabalhadores à cidade de Curitiba foi considerada pelo Terra Livre, como forma de luta política. Os posseiros sofreram agressões físicas, cometidas por policiais e jagunços. Além de policiais e de jagunços, o jornal elegeu a Justiça, como inimiga dos posseiros. Em reportagem foi reproduzida a seguinte fala:

O oficial de Justiça que estava sendo apoiado pelos policiais e jagunços disseram que aquele que não acatasse a ordem teria a sua casa imediatamente queimada e que nem as roupas das crianças se salvariam. Ameaçou até a liquidar nossos filhos, se fizéssemos a mínima resistência. 17 famílias foram expulsas na hora e o resto no dia seguinte⁵⁸. E assim, 63 famílias de lavradores foram jogadas das terras que desbravaram e plantaram com o seu trabalho⁵⁹.

O jornal classificou a justiça, como entidade que se manteve contrária aos lavradores e a serviço dos latifundiários na tarefa de expulsar os posseiros.

⁵⁸ Não foi citado na reportagem o nome do Juiz que decretou sentença favorável a expulsão dos camponeses. Entretanto foi considerado pelo jornal agente social que trabalhou em defesa dos grileiros. Juiz de Direito e Polícia a serviço dos grileiros no Norte do Paraná. T L, ano V, 1ª quinzena de setembro de 1954, n° 48.p.5.

⁵⁹ Juiz de Direito e Polícia a serviço dos grileiros no Norte do Paraná. T L, ano V, 1ª quinzena de setembro de 1954, n° 48.p.5.

Capítulo 2

O Terra Livre e as Políticas do PCB para o campo

2.1. A Política do PCB para o campo

Com a cassação dos direitos do partido⁶⁰ e concomitantemente com sua entrada na ilegalidade, militantes comunistas se afastaram destas associações civis, que foram sistematicamente fechadas pela polícia, principalmente no Estado de São Paulo⁶¹.

No sentido de desenvolvermos uma análise sobre a trajetória do jornal Terra Livre e sua atuação, cabe aqui realizar uma discussão sobre os desdobramentos da política do PCB a partir do período em que havia entrado na ilegalidade. Neste momento, foi desenvolvida pelo partido uma reflexão sobre as formas pelas quais deveria atuar junto aos trabalhadores rurais, no período posterior a cassação de seus direitos, por parte do Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Com a entrada na clandestinidade, a direção do PCB manteve postura contrária ao Governo Dutra. Pela repressão imposta contra as Ligas Camponesas, foram revistas as posições do partido sobre o campo. Ao entrar na ilegalidade, o PCB passou a pregar a revolução armada como estratégia para a conquista do poder. Desta forma, seguindo a orientação expressa no Manifesto assinado por Luis Carlos Prestes em janeiro de 1948, o PCB abandonou a postura pacífica em relação ao governo, que foi adotada em 1945, período em que saiu da ilegalidade e retornou a cena política. A ação revolucionária foi considerada pelos membros do Comitê Central, como necessária para a derrubada do Governo conduzido sob a égide do presidente Dutra. A administração deste chefe de Estado foi entendida no documento como ameaça contra a democracia do país. Os comunistas defenderam a tese de que não havia outra saída, senão a derrubada do presidente.

Para compreendermos o comportamento do PCB em relação ao campo, no período posterior a cassação de seus direitos partidários, torna-se importante, caminharmos pela experiência do historiador Ângelo Priori.

⁶⁰ De acordo com a decisão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TRE), o registro do PCB foi cassado no dia 7 de maio de 1947. Concomitantemente com a cassação de seus direitos partidários, os parlamentares eleitos tiveram seus mandatos cassados e as sedes do partido, foram fechadas, tendo documentos apreendidos. Neste sentido, o partido havia retornado a ilegalidade, após ter vivenciado um curto período de na legalidade (1945-1947). No Estado de São Paulo, após ser homologada a decisão judicial que cassava o registro do PCB, o partido entrou na clandestinidade. SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁶¹ As Ligas Camponesas constituídas por militantes comunistas, como a Liga Camponesa de Lins e a Santo Anastácio, são exemplos de Ligas Camponesas que foram fechadas sistematicamente pela Polícia no Estado de São Paulo no Estado de São Paulo, sob a alegação de que não possuíam registro. SILVA, A.da. *O Despertar do Campo: Lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

Sua análise permite identificarmos que o retorno do PCB a ilegalidade fez com que o Comitê Central elaborasse novas formas de o partido analisar a conjuntura e formular políticas organizativas e sociais. Portanto, o partido modificou sua posição em relação às ações para o campo. Se no período em que estava na legalidade, ou seja, entre 1945 e 1947, os comunistas desenvolveram trabalhos com os camponeses por meio das Ligas, com a perda dos direitos, passou a pregar a realização da Revolução Armada como estratégia de luta pela reforma agrária e pela melhoria das condições de trabalho dos camponeses.

Durante a reunião do Comitê Nacional do PCB, em maio de 1948, Luiz Carlos Prestes apresentou um informe. Neste escrito, o secretário do partido recorreu a Stálin para defender a tese de que seria necessária a constituição de uma Frente Nacional de Libertação Nacional. “Caberia a esta, derrubar o governo Dutra e instituir um regime democrático no país” (PRIORI, 2003, p 62).

Neste encontro, Mauricio Grabois reiterava que o partido subestimava o trabalho com as massas camponesas, enfatizando que deveriam existir no campo, condições para que as lutas fossem desencadeadas. Segundo sua análise, haveria ambientes em que os camponeses estariam sendo explorados e submetidos a condições de miséria, sejam colonos, arrendatários, pequenos proprietários.

A estratégia do PCB, para sensibilizar os camponeses e trabalhadores rurais para as hostes do partido, era, principalmente, levantar reivindicações que fossem concatenadas com as necessidades de cada segmento da população camponesa. Reivindicações elementares como melhores condições de trabalho, melhores e maiores prazos nos contratos de arrendamento, abolição dos vales de barracões e armazéns, liberdade para vender os produtos, crédito barato, garantia de preços mínimos, habitação e o pagamento do salário mínimo para os assalariados eram medidas que poderiam facilitar a organização dos camponeses conforme os interesses do partido (PRIORI, 2003, p.65).

Na defesa de tais reivindicações por parte do PCB, não significou que tenha deixado de lado, a luta pela posse da terra. “Considerada por esta força, como a principal responsável pela libertação do país do jugo imperialista e do regime latifundiário” (PRIORI, 2003, p.65). Foi reiterado que o partido deveria conceber entidades camponesas para que meeiros arrendatários e colonos fossem organizados. A organização sob a forma de Ligas Camponesas foi considerada a mais adequada. Porém não deveriam ser deixadas de lado, pelo partido, outras formas de organização como, por exemplo, cooperativas, irmandades e associações.

No manifesto de agosto de 1950, Luiz Carlos Prestes defendeu a tese de que o país estaria sendo entregue a empresas estrangeiras, representantes do imperialismo Norte-Americano.

A dominação estrangeira assume a cada dia em nossa terra aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e de perda total de nossa soberania. As posições-chaves da economia de nosso país são dominadas pelos monopólios Norte-Americanos, o comércio de nossos principais produtos de exportação está sob o controle de firmas Norte-Americanas, a indústria nacional quando já não pertence aos monopólios ianques, está sob a constante ameaça de aniquilamento e no próprio comércio interno avança o controle dos consórcios norte-americanos (VINHAS, 1982, p.142).

O Governo Dutra foi caracterizado no Manifesto como traidor do país, por ter entregado a nação ao domínio de forças imperialistas, responsáveis por submeter os cidadãos brasileiros a condições de miséria. Para que o país fosse libertado do jugo imperialista, e para que a miséria do povo brasileiro fosse erradicada, deveria ser concebida uma Frente Democrática de Libertação Nacional. Deveriam participar desta frente, camponeses, operários, intelectuais, mulheres.

Ao analisarmos o Manifesto, devemos atentar as questões tratadas referentes ao campo brasileiro. Segundo os comunistas, as grandes propriedades rurais teriam que ser confiscadas com todos os imóveis existentes, sem ser realizado o pagamento de indenizações aos latifundiários. Ao serem confiscadas, as terras deveriam ser entregues aos trabalhadores rurais com pouca terra, ou sem terra para trabalhar.

Inclusive, neste documento foi delimitado que deveriam ser confiscadas propriedades rurais pertencentes a empresas estrangeiras e serem abolidas formas de trabalho caracterizadas como feudais ou semif feudais no campo brasileiro, como a “meia” e a “terça”, principalmente o vale. O pagamento aos trabalhadores rurais deveria ser efetuado em dinheiro e as dívidas destes sujeitos com os bancos deveriam de ser anuladas.

Moisés Vinhas considerava que a postura sectária, dogmática e insurrecionalista pelo partido, fez com que o mesmo se afastasse dos sindicatos, locais nos quais o partido mantinha contato com as massas trabalhadoras. Os comunistas consideraram estas organizações como Órgãos do Estado, de Latifundiários e de Burgueses. “Procuraram então, constituir organizações Puras e Autônomas, consideradas revolucionárias. Nas empresas onde desfrutavam de boa influência, procuravam realizar greves”. (VINHAS, 1980, p.129)

De acordo com o autor, a postura sectária havia trazido resultados ruins ao partido.

Além das dificuldades eleitorais, o partido perde o apoio da intelectualidade. Embora intelectuais de destaque, como o escritor Abguar Bastos, após publicamente o “Manifesto de Agosto”, se retrai. As greves fracassam regra geral, métodos empregados como pelas propostas encaminhadas. As conseqüências são de praxe. A rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e, outros setores, sociais se desfazem e muitos abandonam o partido—não conseguem se ajustar

a esta política. Dos 200.000 inscritos em 1947, o partido comunista se vê reduzido, no início da década de 50 a cerca de 20000, ou seja, 10 por cento de seus efetivos (VINHAS, 1980, p.130).

Ao realizar uma crítica a linha política adotada pelo partido na ilegalidade Vinhas observa que esta se deparou com um obstáculo, pois a experiência da militância comunista enfatizava que não seria viável o rompimento com a estrutura sindical existente. Com a cassação dos direitos partidários do PCB, a direção desta organização passou a manter posição contrária a participação da militância nos sindicatos oficiais. “Os ativistas que faziam oposição nos sindicatos eram estigmatizados como omissos no enfrentamento contra o Estado e adesista em relação ao modelo sindical vigente” (COSTA, 1995, p.149).

As entidades sindicais foram qualificadas pelos dirigentes do partido como órgãos a serviço do “Estado” e da “Burguesia” para exercer controle sobre os operários. A direção pecebista entendia que a militância deveria abandonar as entidades sindicais e constituir organizações autônomas em relação ao “Estado”. Membros da direção do PCB consideravam que os sindicatos eram órgãos controlados pelo “Estado”.

Parte dos militantes mantiveram posturas contrárias à direção do partido e continuaram trabalhando em defesa dos operários nas organizações oficiais. Os militantes se recusaram a abandonar os sindicatos existentes. Conforme Hélio da Costa:

Abandonar os sindicatos para esses militantes significava abrir mão de uma parte de suas vidas. Significava dar as costas a uma trajetória de lutas que buscara transformar os sindicatos naquilo que suas convicções acreditavam que deveria ser uma prática que representasse os interesses dos trabalhadores. Significava negar as lutas ocorridas num tempo de ausência de direitos, de suspensão das leis trabalhistas, de congelamento de salários, de prisões, intervenções, mortes e desaparecimentos (COSTA, 1995, p.147).

A direção do PCB modificou em 1952 o comportamento em relação à participação dos militantes nos sindicatos oficiais. A resolução sindical aprovada no mês de julho de 1952 estabeleceu que os comunistas deveriam retornar aos sindicatos existentes e trabalhar em defesa dos direitos dos trabalhadores. A militância pecebista mantinha divergências com a linha adotada pela direção do partido. “Neste sentido, exerceram pressão sobre o Comitê Central do PCB, para que resolvesse convocar um “amplo ativo sindical nacional” em 1952” (VINHAS, 1980, p.130). Ficou estabelecido pelo Comitê Central do partido que deveria ser constituída entre os comunistas e os trabalhadores, uma aliança, visando retornar a luta pela sindicalização.

Tendo como base a resolução sindical, os comunistas passaram a disputar cargos de direção de organizações sindicais. “Naquele contexto da década de 1950, houve perda do poder aquisitivo dos trabalhadores e o aumento do custo de vida, pois houve aumento dos preços de alimentos da cesta básica” (COSTA, 1995, p.168). Os trabalhadores por sua vez não tinham segurança e estabilidade no emprego.

“Com a entrada na ilegalidade, o partido se afastou dos sindicatos e passou a privilegiar formas de luta, ditas “revolucionárias”, a curto prazo e imediatas (VINHAS, 1980, p.130)”. Os comunistas angariaram êxitos na direção de grandes manifestações grevistas. Principalmente a greve dos 300 mil, realizada na cidade de São Paulo. Segundo Hélio da Costa, o PCB teve papel de destaque na greve dos 300 mil, realizada nos meses de março e abril de 1953. De acordo com sua análise, os comunistas foram principais líderes da manifestação, como foi o caso de Antonio Chamorro, “que mesmo estando fora da direção do seu sindicato, foi o grande líder da greve” (COSTA, 1995, p.164). As comissões de fábrica foram lideradas pelos comunistas, tendo exercido papel fundamental na condução do movimento grevista. Principalmente na organização de piquetes, arrecadação de fundos para a realização de reuniões, e na compra de papéis para impressão de boletins, ao contrário dos sindicatos que desempenharam papel de coadjuvante.

“Houve divergências entre sindicatos e comissões de salário, pois estas últimas orientaram os trabalhadores a não colocarem fim a greve até que fosse concedido aumento de 60 por cento” (COSTA, 1995, p.186). Chamorro manifestou posição contrária ao aumento proposto pelo Governador Lucas Nogueira Garcez, de 26%, sendo que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Nelson Rustuci, havia se manifestado favorável à proposta apresentada.

Neste período, houve a realização de uma manifestação de grandes proporções na cidade de São Paulo, ou seja, a greve dos 300 mil teve início na fábrica de tecidos, Matarazzo, no Bairro do Belenzinho, na noite do dia 21 de março de 1953. A referida greve foi realizada com a participação dos operários da cidade de São Paulo, que lutavam por estabilidade no emprego, aumento de 60% do salário e adoção de medidas contra a carestia. “A linha sindical defendida pela militância não havia se mostrado compatível com a adotada pela direção do partido” (VINHAS, 1980, p.132). Esta última estaria preocupada em combater o regime de Vargas e derrubar o seu governo, enquanto a militância acreditava que a participação na estrutura sindical, era o meio encontrado para que os trabalhadores fossem organizados.

Nenhuma mudança foi introduzida no Programa do Partido, que continuou pregando a derrubada do Governo de Latifundiários de grandes capitalistas. “O PCB, de um partido de

massas, havia se tornado um partido dogmático, predominando dentro de sua estrutura, uma escassa democracia interna, com práticas mandonistas impostas de cima para baixo” (VINHAS, 1982, p.129).

A adoção da linha política adotada pelo PCB fez com que deslocasse seu quadro de militantes para áreas de conflitos pela posse de terras, como o de Trombas e Formoso no Estado de Goiás e em Porecatu na região Norte do Estado do Paraná.

O deslocamento de quadro de militantes comunistas foi o meio encontrado pelo PCB para estimular os trabalhadores que lutavam pela posse de suas terras a realizarem a revolução armada e ajudar os comunistas a realizarem a Revolução Socialista.

A Revolução seria obra do partido, que através de um grupo de iluminados, do “herói, positivo”, e das “massas passivas”, tomaria o poder e implantaria o socialismo da noite para o dia. Em qualquer lugar onde surgisse uma luta, essa poderia ser o foco de uma revolução vitoriosa. E nós levávamos isso á prática-e levávamos a sério. Quando surgiu uma luta camponesa em Porecatu, que era uma luta de massa, uma luta de posseiros, uma luta correta, nós nos metemos nela com o objetivo de transformar-la na centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início a revolução, agrária. Fracassamos (DEL PICHIA, 1980, p.23).

O partido passou a reproduzir na Revolta de Porecatu e de Trombas e Formoso a estratégia utilizada na revolução chinesa, em que a cidade foi cercada pelo campo⁶². “Os comunistas se lançaram na Revolta de Porecatu e de Trombas e Formoso, devido à influência da experiência da revolução chinesa de MAO-TSE-TUNG, que conquistou o poder em 1949” (PRIORI, 2003, p.71).

Entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954 foi realizado o IV Congresso do partido. Na assembléia realizada não houve modificação da linha adotada pelo partido com o Manifesto de Agosto. “As teses deste documento foram reforçadas no referido encontro, momento em

⁶² Para Clodomir Moraes, a Revolta Camponesa de Porecatu, havia tido início em 1950 na margem esquerda do rio Paranapanema, que divide os Estados de São Paulo e Paraná. Para este autor havia se gerado um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários, que disputavam várias áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes Gaúchos e nordestinos. A atuação do PCB na Revolta de Porecatu foi analisada pela socióloga Maria Isabel Faleiros, que por excelência, havia considerado que este acontecimento não foi uma decorrência mecânica do manifesto de agosto. As lutas dos posseiros são anteriores à organização levada pelo PCB de acordo com a autora. A estratégia de luta dos posseiros era independente da estratégia da revolução agrária e antiimperialista do PCB, visando apenas à posse das terras que estariam ameaçadas. Portanto, defendiam a condição de proprietários. O partido procurava exercer influência sobre o movimento armado de Porecatu com o apoio concedido pelos seus núcleos que se mantinham presentes nos municípios de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, e Martinópolis. Tendo estes a responsabilidade de fornecer armas, munição, dinheiro, alimentos e medicamentos. FALEIROS, M.I.L. *Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989 p.164-165. MORAES, C. *Ligas Camponesas*. Brasília: IATTERMUND, 1997, p.16.

que houve um debate mais elaborado sobre a questão agrária e a organização dos camponeses” (PRIORI, 2003, p.68).

No Programa do partido aprovado no IV Congresso, ficaram estabelecidos os seguintes pontos no que concerne ao campo brasileiro.

- 1) Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente aos camponeses sem terras ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei, e a cada camponês, será entregue o título legal de sua propriedade. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terra dos latifundiários e do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.
- 2) Abolição das formas semi-feudais de exploração dos camponeses-meação, terça, e todas as formas de prestação de serviços gratuitos -, abolição do vale-barracão, e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os assalariados rurais.
- 3) Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.
- 4) Garantia legal a propriedade dos camponeses ricos. A terra cultivada por eles ou por assalariados agrícolas assim como seus outros bens, serão protegidos por qualquer violação.
- 5) Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, o Estado, e as companhias imperialistas Norte-Americanas.
- 6) Concessão de crédito barato e em longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas etc. Ajuda técnica aos camponeses, amplo estímulo e ajuda ao cooperativismo.
- 7) Construção de sistemas de irrigação, particularmente na região Nordeste assolada pela seca, de acordo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura.
- 8) Garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade, de suas terras, salvaguardando-se ao mesmo tempo de interesses da grande massa consumidora.
- 9) Abolição das restrições injustas ao livre trabalho dos pescadores por meio da concessão de créditos para a construção de casas etc., e fornecimento de instrumentos e embarcações para a pesca⁶³ (COSTA, 1996, p.24).

Estes pontos aprovados no IV Congresso elegiam a Reforma Agrária como medida que modificaria a estrutura econômica do país, caracterizada como “atrasada” e pela existência de “restos feudais” e “semifeudais”. Chamavam a atenção para a necessidade de desenvolver a revolução “antifeudal e antiimperialista”, reforçando que as terras deveriam ser distribuídas aos camponeses, no sentido de torná-los pequenos proprietários rurais. O regime da pequena propriedade rural foi considerado fundamental, para que o país alcançasse o desenvolvimento econômico.

Todavia, este congresso não foi caracterizado apenas pelo debate sobre a questão agrária e pela consolidação da estratégia revolucionária como forma de o partido alcançar o

⁶³As teses aprovadas no IV Congresso do PCB foram extraídas da obra. COSTA, L.F.C. *O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1996.

poder. Durante a realização deste encontro, Oto Santos (Calil Chade) realizou uma intervenção, ao apresentar um informe de sua autoria⁶⁴. Neste escrito, Santos analisou atividades do partido no campo brasileiro. Ao realizar considerações sobre a atuação do partido no campo, Santos descreveu que mesmo na ilegalidade, o PCB havia conquistado importantes experiências no que concerne à atuação no campo. Segundo sua análise, entre os anos de 1948 e 1950, o PCB havia adquirido relevantes experiências nas lutas dos trabalhadores dos municípios de Santo Anastácio, Canápolis, Porecatu.

Apesar de ter considerado tais experiências importantes ao partido, Santos reiterava que o sectarismo estaria sendo um empecilho ao trabalho dos comunistas com os trabalhadores rurais. O sectarismo fez com que outras formas de lutas camponesas fossem desprezadas, sendo foram valorizadas apenas as que privilegiavam determinadas categorias de trabalhadores rurais, que eram minoritárias como a de posseiros. De acordo com a análise deste autor, o partido deveria direcionar seus trabalhos aos demais segmentos do campesinato. Uma atribuição do PCB, segundo sua concepção, seria a de realizar uma avaliação da situação de cada município e desenvolver nestes trabalhos visando à defesa das reivindicações dos trabalhadores de dada localidade.

O trabalho dos comunistas deveria ser estendido aos assalariados e semi-assalariados. Principalmente aqueles que trabalhavam em fazendas de café no interior paulista. Não deveria ficar circunscrito apenas aos camponeses que lutavam pela posse de terras.

A questão da sindicalização dos trabalhadores rurais foi ressaltada no documento. No que concerne a esta questão, Santos havia chamado a atenção dos militantes de que os trabalhadores rurais deveriam ser organizados sob a forma de associações de trabalhadores rurais, sendo auxiliados pelos operários urbanos.

A sindicalização dos trabalhadores rurais foi uma forma descrita por Santos para que as massas trabalhadoras rurais fossem educadas, mobilizadas, de modo que participassem da aliança operário-camponesa. Para este autor, a mobilização dos trabalhadores seria base da formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, responsável pela libertação do país do jugo imperialista.

Com a realização da 1ª CNTA em 1953, da 2ª CNTA em 1954, concomitantemente com criação da Ultab, o PCB passou a conceder apoio à organização e à mobilização dos trabalhadores rurais em inúmeros Estados brasileiros, principalmente no interior do Estado de

⁶⁴ Oto Santos era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Informe de (Calil Chade), analisado, foi encontrado na obra. SANTOS, O. O Programa do Partido, a organização e a luta dos camponeses. In: SANTOS, R. *Questão Agrária e Autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.43-54.

São Paulo, tendo em vista realizar uma aproximação com estes agentes, com a finalidade de transformá-los em células do partido e divulgar suas diretrizes aos demais.

A Ultab foi considerada por Clodomir Moraes, como organização autoritária, que exercia práticas mandonistas de cima para baixo, sendo influenciada pelo Comunismo Internacional. Segundo a análise deste autor, esta entidade não havia constituído líderes camponeses autênticos, por suas lideranças serem predominantemente militantes comunistas que viviam em centros urbanos.

“As lideranças camponesas eram impostas pela Ultab e por organismos locais do partido, como os comitês presentes em municípios do interior paulista” (MORAES, 1997, p.58). De acordo com o Terra Livre, lideranças camponesas se tornaram responsáveis por desenvolver atividades nas associações de trabalhadores rurais e instruir estes agentes a realizarem manifestações grevistas e impetrar ações judiciais contra os patrões.

Mesmo considerando a Ultab como entidade que exercia práticas mandonistas de cima para baixo, Moraes admite que esta organização “era muito bem estruturada e que se mantinha presente em inúmeros Estados Brasileiros e que exerceu fortemente sua influencia na sindicalização dos trabalhadores rurais” (MORAES, 1997, p.58).

Maria Isabel Leme Faleiros ao desenvolver uma análise sobre a atuação do PCB no campo, durante o período em que foi constituído o início do regime militar, considera que a “Ultab não mantinha sua especificidade enquanto representantes dos trabalhadores rurais, em virtude de ter se tornado em inúmeros casos instrumento do partido” (FALEIROS, 1989, p.185).

Na tarefa de constituir uma rede sindical no campo, os comunistas contaram com o apoio do jornal Terra Livre. A partir deste pressuposto, levamos em consideração que este periódico passou a realizar a propaganda de sindicatos de trabalhadores rurais. Como foi reiterado pelo jornal, os trabalhadores rurais deveriam constituir sindicatos de trabalhadores rurais, de modo que seus direitos fossem respeitados⁶⁵, tais como o aviso-prévio, salário-mínimo do menor, salário-mínimo, 08h diárias trabalhadas, férias remuneradas.

O apoio concedido à sindicalização dos trabalhadores rurais, por meio da Ultab, não implicou em mudança de rumos da política do partido. Foi uma forma de o PCB ampliar suas formas de atuar junto aos trabalhadores rurais.

⁶⁵ A Criação e o Fortalecimento dos Sindicatos Rurais. O Caminho para a Vitória. TL, ano VII, 1ª quinzena de julho de 1956, nº 67.

Essa organização vai reforçar as atividades do PCB no campo e ampliar o leque de atuação, flexibilizando as lutas camponesas. Evidentemente, que a partir de 1954, a tese da luta armada não será deixada de lado, Trombas e Formoso são os exemplos mais concretos sobre isso-, mas a ênfase será dada para outras possibilidades (PRIORI, 2003, p.78).

No Estado de São Paulo, a Ultab havia concedido apoio à constituição de associações de trabalhadores rurais em inúmeros municípios do interior paulista. “A diretoria desta organização desenvolvia uma ação conjunta com membros de núcleos do PCB em cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo” (BARROS, 1986, p.98). Estes organismos sindicais foram constituídos em inúmeras regiões paulistas como a Mogiana, a Araraquarense e da região da Alta Paulista. Na região da Alta Paulista os comunistas apoiaram a formação de associações de trabalhadores rurais, tendo em vista a mobilização e a organização dos trabalhadores rurais pertencentes a esta localidade, como foi descrito no Terra Livre.

O objetivo destas organizações sindicais era a constituição de células do partido no campo e o recrutamento de trabalhadores rurais para compor os quadros do partido. Estas entidades procuravam mobilizar os trabalhadores rurais para participarem da aliança operário-camponesa.

O jornal Terra Livre, por ser caracterizado como órgão de orientação comunista estimulava a sindicalização dos trabalhadores rurais brasileiros. Inclusive uma de suas atribuições foi a de conceder destaque à formação de entidades sindicais no interior paulista. Em cerimônias de formação destas entidades sindicais, o periódico concedia destaque à presença de Nestor Vera.

Ao descrever a presença de Nestor Vera, o Terra Livre descrevia ao leitor que a Ultab concedera apoio à formação de associações na região da Alta Paulista e nas demais regiões paulistas, por exemplo⁶⁶. Inclusive concedeu ênfase às ações destas organizações na luta contra arbitrariedades cometidas pelos patrões.

⁶⁶ Em uma reunião festiva realizada no dia 4 de dezembro de 1956, foi realizada a fundação da associação de lavradores e trabalhadores agrícolas de Flórida Paulista como organização rural. No mês de outubro foi registrada no cartório da comarca do município de Pacaembu. Esta organização “camponesa” foi observada pelo Terra Livre, como um mecanismo importante de combate às práticas do barracão, que predominavam em fazendas deste município. Nesta solenidade, Nestor Vera estaria representando a Ultab que fez a leitura da carta do Presidente da República, Juscelino Kubitschek. De acordo com o jornal, o Presidente prometeu aos trabalhadores apoio por parte do governo federal, de modo que eles pudessem desenvolver de forma digna o trabalho no campo e obter melhores condições de vida. Em Dracena, por exemplo, os trabalhadores constituíram inúmeros comitês de trabalhadores rurais em fazendas. Circunstância que culminou na formação da União dos trabalhadores Agrícolas de Dracena. O Presidente da Ultab, Nestor Vera, deu início à conferência de trabalhadores rurais, realizando um discurso em que demonstrava apoio à fundação deste organismo. O evento contava com a presença de autoridades políticas, como prefeitos e vereadores deste município e de municípios vizinhos. A imprensa concedeu destaque à formação apenas destas duas organizações, no que concerne à

As associações de trabalhadores incentivaram os trabalhadores rurais a entrarem na justiça contra seus patrões e a realizarem manifestações grevistas como veremos no capítulo seguinte. Principalmente os colonos das fazendas de café e os trabalhadores de usinas de cana-de-açúcar em cidades do interior paulista que tinham seus direitos trabalhistas desrespeitados.

Cada associação de trabalhadores rurais, localizada em um determinado município do Estado de São Paulo, possuía um departamento jurídico, tendo como atribuição, impetrar ações judiciais contra os patrões caso os trabalhadores necessitassem. Neste sentido, havia, nas sedes destas instituições, advogados que seriam responsáveis por impetrar na justiça processos judiciais dos trabalhadores rurais contra seus patrões.

As associações de trabalhadores rurais, localizadas em cidades interioranas, eram organismos que não diferiam dos sindicatos rurais no que concerne à mobilização e à organização dos trabalhadores rurais. Estas entidades possuíam apenas um diferencial em relação a estas entidades. Eram organizações civis registradas em cartório, por isto recebiam a alcunha “associações”.

Efetivamente, até fins dos anos 1950, havia apenas cinco sindicatos reconhecidos na área rural do país, o que era atribuído em encontros de trabalhadores, a dificuldades interpostas pelo Ministério do Trabalho visando a dificultar a criação e o funcionamento dessas entidades (GRYSNPAN; DEZEMONE, 2007, p.221).

As forças armadas, setores nacionalistas do governo e setores latifundiários foram caracterizados na declaração de março de 1958 do PCB, como segmentos que mantinham contradições com o imperialismo e que deveriam se aliar com operários, camponeses e pequena burguesia urbana para libertar o país do domínio norte- americano. Com a referida declaração, o partido desenvolveu uma política de conciliação com a burguesia, sendo o imperialismo classificado neste documento como entrave ao desenvolvimento do país.

Com base na declaração de março, aprovada em 1958, o partido também modificou seu comportamento em relação ao campo. “Voltou suas lutas pela redução das taxas de arrendamento, pelo prolongamento dos contratos e pela aplicação da legislação social trabalhista ao campo” (MARTINS, 1980, p.85). Neste sentido, entendemos que a agremiação de esquerda abandonou a estratégia de luta armada, visando à realização da Revolução no

fundação de associações da Alta Paulista, no período anterior à realização do V Congresso do Partido. Em Dracena foi fundada a união dos lavradores. ano VII. abril de 1956. n°64.p.3.

país, adotada nos manifestos de 1948 e de 1950, e consolidada no IV Congresso do partido, em 1954.

O PCB formou, por meio de sua militância que residia no interior, associações de trabalhadores rurais. Apesar de o partido ter estimulado a sindicalização dos trabalhadores rurais, visando exercer a representação política destes trabalhadores, deve ser reiterado que dificuldades foram manifestadas na tarefa de mobilizar os trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Mesmo tendo a Ultab direcionado seus esforços para que os trabalhadores rurais fossem organizados por meio de associações e/ou sindicatos, segundo o Terra Livre, era pequena a quantia de trabalhadores rurais que estariam organizados em associações.

Em reunião da entidade mencionada anteriormente, a organização dos trabalhadores rurais foi considerada assunto central das discussões. De acordo com o documento aprovado no encontro, foram apontadas as dificuldades na organização dos trabalhadores. As causas das dificuldades descritas foram as seguintes:

(1) Dispersão dos lavradores e trabalhadores agrícolas, espalhados em fazendas, em muitas vezes em regiões distantes; assim encontram-se eles isolados e sujeitos a pressão dos patrões proprietários da terra;

(2) Os camponeses são comumente submetidos a formas de exploração, de negação de direitos, perseguição e opressão por parte dos latifundiários e dos agentes dos poderes públicos, muito mais duras do que as impostas aos trabalhadores da cidade.

(3) As migrações constantes, em vários sentidos, do norte para o sul, nas varias zonas de um mesmo Estado, de fazendas para fazendas, e o êxodo rural nas cidades como conseqüência do empobrecimento e das dificuldades das massas trabalhadoras no campo.

(4) A própria natureza do homem da roça, disperso, isolado, em geral oprimido, e explorado, torna-o arredio e desconfiado⁶⁷.

O operariado urbano seria caracterizado como uma classe social que poderia orientar os trabalhadores rurais nas atividades sindicais. Eram considerados sujeitos que possuíam uma considerável experiência de luta política, e, sobretudo tradição na organização das massas trabalhadoras⁶⁸.

No V Congresso em 1960, a ação do partido passa ser voltada à constituição de organizações de classe e de mobilização dos trabalhadores principalmente para a organização de assalariados e semiassalariados que trabalhavam nas fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo na luta em defesa de seus direitos.

⁶⁷Relatório sobre a organização dos lavradores e trabalhadores rurais. TL, São Paulo, ano, XI, fevereiro de 1960, n°88.p.3.

⁶⁸O problema da organização rural. Sebastião Dinart. TL, São Paulo, março de 1959. n° 86.p.1.

O PCB procura, neste momento, ampliar seu trabalho na organização dos trabalhadores rurais. A ULTAB recomendará empregar todo esforço no trabalho de organização nas concentrações de lavradores e trabalhadores agrícolas (associações onde os próprios lavradores são administradores e dirigentes e sindicatos rurais onde predomina o assalariamento), tendo em vista legalizar, fortalecer e ampliar as organizações existentes, criar e fortalecer as federações (COSTA, 1996, p.62).

O Terra Livre passou a intensificar o apoio à formação de associações de trabalhadores rurais em inúmeras regiões do interior paulista. Inclusive, a coluna “Sindicatos e Associações Rurais” passou a ser utilizada pela Ultab como um instrumento para divulgar a fundação destas entidades sindicais em regiões do interior paulista. Por esta coluna jornalística, o periódico passa a conceder ênfase às atuações destas organizações sindicais no interior do Estado de São Paulo.

2.2. O debate sobre a Reforma Agrária

A realização da 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas em 1954 resultou na constituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), organização responsável pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil. “A 2ª CNTA foi realizada em setembro de 1954, tendo a participação de 272 Lavradores, 20 Delegados representantes de sindicatos operários, e 11 urbanos” (COSTA, 1996, p.28-29). A 1ª CNTA foi realizada em setembro de 1953 na cidade de São Paulo e contou com a participação de dirigentes de entidades sindicais de outros Estados brasileiros. Segundo Costa:

Convocada por mais de 500 dirigentes sindicais urbanos, a primeira CNTA foi realizada simultaneamente em setembro de 1953 em São Paulo (SP), com 142 delegados; em Campina Grande (PB) com 140 delegados; e no Ceará, através da Conferência dos Flagelados, que reuniu aproximadamente 210 delegados (COSTA, 1996, p.29)

Com a realização das duas conferências descritas acima, o PCB direcionou suas ações na busca pela organização e mobilização dos trabalhadores rurais por meio de sindicatos e associações de trabalhadores rurais. A Ultab foi o órgão utilizado pelos pecebistas para organizar os camponeses no país. Segundo a concepção da referida entidade, os assalariados deveriam ser organizados em sindicatos de trabalhadores rurais, enquanto que os camponeses deveriam se mobilizar por meio das associações de trabalhadores rurais. Entretanto, as associações foram utilizadas para organizar tanto assalariados como camponeses, pois o

Ministério do Trabalho colocou obstáculos para o reconhecimento dos sindicatos como já foi abordado no início do presente capítulo.

Além da preocupação com a organização dos camponeses, a referida entidade lutou pela realização da Reforma Agrária. Diante desta premissa, houve a elaboração da “Carta dos direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil” durante a realização da 2ª CNTA. Apesar de a Ultab ter apoiado a sindicalização dos trabalhadores, a defesa da Reforma Agrária não foi deixada de lado por esta entidade. Neste sentido, compreendemos que as atividades da referida organização camponesa não ficaram circunscritas apenas na mobilização dos lavradores no país.

A carta aprovada durante a conferência estabeleceu que a Reforma Agrária não deveria ser único direito voltado aos trabalhadores rurais. Este documento foi elaborado com o objetivo de garantir direitos trabalhistas aos lavradores de diferentes categorias, ou seja, para posseiros, assalariados, parceiros, arrendatários e trabalhadores da lavoura cafeeira e canavieira. Dentre os direitos prescritos na missiva, encontra-se a garantia de estabilidade no emprego, proibição de despejos no caso de dispensas e direito à previdência social.

Por meio da divulgação da Carta, o Terra Livre⁶⁹ realizou a propaganda da Reforma Agrária. A distribuição das terras aos camponeses foi considerada pelo jornal como justa medida social, que beneficiaria os lavradores com terras insuficientes ou sem terras. A Ultab e o Terra Livre defenderam a distribuição dos latifúndios aos trabalhadores rurais sem-terra ou com terra insuficiente para trabalhar. Na carta ficou estabelecido que o título de propriedade deveria ser entregue aos colonos, posseiros bem como aos demais trabalhadores que fossem beneficiados pela Reforma Agrária⁷⁰, este documento reproduziu a concepção dos comunistas no que concerne ao campo brasileiro.

A defesa da Reforma Agrária gerou desdobramentos. No Teatro Colombo, localizado na cidade de São Paulo, foi realizada reunião no dia 17 de dezembro de 1954, presidida pelo então Presidente da Ultab Geraldo Tibúrcio, e divulgada pelo Terra Livre⁷¹. Ao noticiar a realização do encontro, o jornal destacou a presença de representantes da União Geral dos Trabalhadores do Estado de São Paulo (UGT), da direção da Ultab e de representantes da

⁶⁹ A Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil foi publicada na edição. TL, ano V, 2ª quinzena de setembro-1ª quinzena de outubro de 1954, n° 49. p.4

⁷⁰ A Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. TL, ano V, 2ª quinzena de setembro -1ª quinzena de outubro de 1954, n° 49.p.4.

⁷¹ O líder camponês Geraldo Tibúrcio, Presidente da União dos Camponeses de Goiás, foi eleito Presidente da Ultab em uma votação unânime dos participantes da 2ª CNTA. TL, ano V, São Paulo, 2ª quinzena de setembro - 1ª quinzena de outubro de 1954, n°49.p.2.

Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). A CTB e a UGT foram consideradas, pelo periódico, entidades que demonstraram interesse em defender a reforma agrária.

O Terra Livre qualificou o operariado urbano como agente importante para trabalhar na coleta de assinaturas em fábricas, ou seja, para contribuir com a Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

A Ultab direcionou seus esforços no sentido de reivindicar o fim da concentração dos latifúndios. Portanto, esta entidade organizou sob seus auspícios a Campanha Nacional da Reforma Agrária. O jornal foi responsável por realizar a propaganda da referida campanha.

A reunião mencionada anteriormente foi momento em que os comunistas deram início à Campanha Nacional da Reforma Agrária. O objetivo central desta campanha foi o de coletar uma quantia de aproximadamente 5 milhões de assinaturas. Na mesma reunião, a Comissão executiva da Ultab aprovou o Memorial da Campanha Nacional pela Reforma Agrária⁷².

Pelos termos usados no memorial, buscava-se falar não só para os trabalhadores do campo, mas para a sociedade, no momento em que se enfatizava o desenvolvimento do mercado interno e mostravam a relação entre Reforma Agrária e o progresso da economia mundial. O evento foi lançado em São Paulo, no teatro Colombo, com apoio de dois senadores, três generais, 81 deputados federais, dezenas de deputados estaduais, secretários de Estado, juizes, promotores públicos, prefeitos, jornalistas, professores e outras personalidades (CASTANHO, 2009, p.92).

O jornal enfatizou, reiteradamente, que não foram apenas trabalhadores rurais que reconheceram a importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento da nação. Os jornalistas procuravam estimular a população de forma geral a assinar o documento e se mobilizarem, visando à distribuição de terras aos camponeses. Portanto, foi reiterado que a campanha conquistou a adesão dos demais segmentos da sociedade brasileira. Segundo Castanho:

A campanha interessou a todo povo brasileiro, como se observa pelo memorial da ULTAB, que recebeu assinaturas de camponeses, operários, intelectuais, e outras camadas populares. Segundo o jornal, tratava-se de uma campanha patriótica da maioria do povo pelo progresso (CASTANHO, 2009, p.93).

O jornal demonstrou a preocupação de informar os leitores que a quantia de assinaturas coletadas era pequena. Porém, ressaltou que com o decorrer do tempo, mais assinaturas seriam recolhidas. O periódico buscou estimular os camponeses a lutarem pela

⁷² A campanha nacional da Reforma Agrária foi lançada no Teatro Colombo, numa reunião realizada no dia 17 de dezembro de 1954. A Campanha pela Reforma Agrária. Ampla União de Forças pelo Progresso do Brasil. TL, São Paulo, 1ª quinzena de março de 1955, n°53.p.1.

defesa deste projeto, alegando que ele traria benefícios aos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra para trabalhar como, por exemplo, renda digna⁷³.

Nesse documento, era denunciado o fato de que dez milhões de trabalhadores agrícolas e lavradores não possuíam nenhuma terra, centenas de milhares possuíam terra insuficiente, enquanto cento e quarenta e nove mil grandes proprietários dominavam dois terços da área de todas as propriedades do país. A Reforma Agrária era apresentada como medida que impunha para o amplo desenvolvimento do mercado interno como condição para o progresso da economia nacional e como medida de justiça social. Na medida em que era lido e divulgado em diferentes encontros de trabalhadores do campo, servia de instrumento para a progressiva tradução de diversas vertentes em que se manifestavam as tensões em torno do uso da terra, transformando a Reforma Agrária numa palavra pertencente ao vocabulário político do “campesinato” mobilizado (MEDEIROS, 1995, p.107).

O jornal pediu para os trabalhadores rurais formarem comissões diretoras para coletarem assinaturas e exercerem pressão sobre autoridades para a realização da Reforma Agrária. Partindo desta premissa, entendemos que o jornal se preocupou em expandir o contingente destes órgãos, com o intuito de obter a quantia de 5 milhões de assinaturas.

Tendo em vista a realização da propaganda da Reforma Agrária, o Terra Livre passou a divulgar as experiências das Reformas Agrárias realizadas em outros países. A coluna “Reformas Agrárias no Mundo”⁷⁴ foi incorporada no periódico, concomitantemente no período em que teve início a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. A referida seção foi utilizada pelos diretores do periódico para comunicar os camponeses que os projetos de redistribuição de terras pôs fim aos latifúndios na Itália, na Bolívia, na Rússia e na China. Segundo a versão do Terra Livre, os camponeses destas nações melhoraram suas condições de vida e saíram da situação de miséria que se encontravam. Ao divulgar que os projetos de reforma agrária trouxeram índices elevados de desenvolvimento a tais países descritos anteriormente, os jornalistas procuraram estimular os lavradores a lutarem pela realização da Reforma Agrária no país.

O periódico considerou que a campanha apresentou conquistas importantes como, por exemplo, a constituição de comissões diretoras de luta pela Reforma Agrária no interior do Estado de São Paulo. Entretanto, os leitores foram esclarecidos que mais comissões deveriam ser criadas.

Após um ano do lançamento da campanha, a Comissão Executiva da Ultab apresentou um relatório em que foi constatado o atraso na coleta de assinaturas. O Terra Livre foi

⁷³ Da luta dos próprios lavradores dependerá a Reforma Agrária. ano XII. 2ª quinzena de fevereiro de 1956. n°62.p.1.

⁷⁴ A Coluna “Reformas Agrárias de todo o Mundo”, passa a ter espaço no Terra Livre, a partir do exemplar, TL, ano VII, São Paulo, 1ª quinzena de janeiro de 1955, n° 52.p.3.

responsável pela divulgação deste documento, afirmando que “a causa principal deste atraso consiste em que há incompreensões quanto à possibilidade de conquista de Reforma Agrária e quanto ao tipo de Reforma Agrária pela qual luta a ULTAB” (CASTANHO, 2009, p.93).

Mesmo trabalhando em defesa da Reforma Agrária, a Comissão Executiva da Ultab considerava que a Reforma Agrária por si só não mudaria as condições de vida dos “camponeses brasileiros”⁷⁵. O jornal solicitou que os trabalhadores exigissem do “Estado”, além da Reforma Agrária, a aplicação de medidas parciais, como leis que regulamentavam o regime de arrendamentos e acesso a crédito barato e em longo prazo para todos os lavradores. Os jornalistas se preocuparam com o desempenho obtido na campanha Nacional pela Reforma Agrária. Neste sentido, o jornal pediu para as comissões intensificarem os trabalhos, visando à conquista de mais assinaturas, pois para os comunistas a meta de 5 milhões estava distante de ser alcançada.

Neste sentido uma história em quadrinhos⁷⁶ foi publicada no Terra Livre sobre a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Nesta historinha, o personagem João Carreiro, agricultor sem-terra, foi à cidade comprar remédio para a esposa que se encontrava enferma. O médico, que atendeu a esposa, disse ao lavrador que a Reforma Agrária traria benefícios aos trabalhadores rurais e aos comerciantes.

João Carreiro encontrou o operário Leonídio que havia lhe conscientizado de que a Reforma Agrária somada à ajuda do Estado na compra de adubos e inseticidas colocaria fim à miséria no país. O agricultor foi caracterizado como personagem que se interessou pela Campanha Nacional e que iniciou a coleta de assinaturas na localidade em que vivia.

Figura 5- João Carreiro e a Reforma Agrária

⁷⁵ Novo Rumo à Campanha pela Reforma Agrária. TL, São Paulo, ano VII, abril de 1956, n°64.p.1.

⁷⁶ João Carreiro e a Reforma Agrária. TL, ano VI 2ª quinzena de novembro de 1955, n°59. p.3.

João Carreiro e a reforma agrária



1 — João Carreiro foi na cidade comprar uns remédios para a mulher, que andava perrengue, e lá na farmácia viu o dr. Benedito conversando com o Juca alfaiate. Enquanto esperava o remédio, João ficou assuntando. Ele achou que era até interessante o que aquela gente falava.



2 — Saiu pela rua pensando nisso. O doutor dizia que toda a gente que trabalha na roça devia ter o seu pedacinho de terra. Que para o povo do comércio era muito melhor assim do que a terra ser de poucos donos — os tais de latifundiários ou tucuiras.



3 — João Carreiro tinha na cidade um grande amigo e foi lhe pedir um esclarecimento. Seu amigo é o carpinteiro Leonídio, operário danado de inteligente. Não era aquela a primeira vez que João tinha ouvido dizer que todo lavrador ia ter o seu pedaço de chão.



4 — Leonídio ficou satisfeito com a chegada do amigo. De fato a terra tinha que ser de quem trabalha nela. Os tais de latifundiários são como morcegos ou rodeleiros que chupam o sangue da gente, sem trabalhar. Por causa deles é que a maioria do povo vive na maior pobreza, passando necessidade.



5 — E vivendo assim, na maior pobreza, o lavrador não pode comprar nada no comércio, nem roupa, nem sapato, nem pode ir consultar o doutor quando fica doente, nem ir ao dentista tratar dos dentes. Agora, se cada um fosse dono do seu pedaço de chão e não tivesse que pagar arrendo, então a coisa era diferente. Todo lavrador ia ter dinheiro — e isto havia de ser bom também para os comerciantes, para o doutor, o dentista. Por isso é que o doutor Benedito, lá na farmácia, falava que a reforma agrária vai trazer o progresso da nação.



6 — Leonídio explicou que reforma agrária é justamente isso. É entregar as terras dos latifundiários para os lavradores sem terra ou com pouca terra, tendo a lei por garantia. Com a lei da reforma agrária, o governo fica na obrigação de ajudar o lavrador com financiamento, máquinas, adubo, veneno, etc. Mas — explicou Leonídio — para ser feita a reforma agrária é preciso cada um de nós fazer a sua força.

E como andavam, por toda a parte, colhendo as assinaturas do povo pedindo a reforma agrária, João Carreiro arranhou umas dessas tais listas e chamou todos os lavradores do sítio para assinarem também.

ALCIDES HELOU
Corretor de Imóveis
Sindicalizado

Edifício "Uberlândia Club"
— Uberlândia — Estado
de Minas Gerais

Fonte: TL, Ano VI 2ª quinzena de novembro de 1955, nº59.

O jornal transmitiu aos leitores a mensagem de que a Reforma Agrária somente poderia ser desenvolvida pela desapropriação das terras dos latifundiários e da distribuição aos camponeses sem-terra ou com pouca terra para trabalharem. No final da narrativa, João Carreiro passou a recolher assinaturas em áreas rurais concomitantemente com operário e conscientizou os trabalhadores rurais da importância que constituía a Reforma Agrária ao desenvolvimento do país. Por esta narrativa, o Terra Livre buscou incentivar os trabalhadores rurais a realizarem a coleta de assinaturas e conscientizar os lavradores sobre a importância da formação de pequenas propriedades rurais.

Os editores do jornal classificaram Leonídio como agente importante na liderança da revolução democrático-burguesa e para conscientizar os trabalhadores a lutarem pela Reforma

Agrária. Isto se deve ao fato de os operários serem considerados pelos comunistas agentes que já possuíam tradição no que concerne às lutas políticas. Todavia, foi reiterado pelos pecebistas que os operários deveriam liderar a revolução socialista. Portanto, para os comunistas, o campesinato ficaria num segundo plano, sendo força de apoio do operariado. Ou seja, os editores do periódico defendiam a realização da aliança operário-camponesa, visando revolução de cunho democrático-burguês.

A campanha nacional da Reforma Agrária defendida pela Ultab e pelo Terra Livre foi caracterizada nas reportagens como projeto que conquistou a adesão em municípios do Oeste paulista. Neste sentido, o jornal divulgou um evento realizado na cidade de Marília, no dia 5 de fevereiro de 1955, segundo a versão apresentada pelo periódico a respeito do comício, o evento não contou apenas com a participação de camponeses do município de Marília. O Terra Livre destacou o comparecimento de trabalhadores rurais de cidades vizinhas, como Garça, Pompéia e Vera Cruz.

O comparecimento de 2 mil pessoas ao comício, provenientes de áreas urbanas do município de Marília, foi interpretado pelo Terra Livre como exemplo de que a sociedade, de modo geral, demonstrou interesse em participar da Campanha Nacional da Reforma Agrária⁷⁷. Neste sentido, o jornal destacou que não foram apenas os lavradores que perceberam a importância da Reforma Agrária para desenvolvimento da nação, haja vista que os participantes da reunião, no Teatro Colombo, em São Paulo assinaram o texto do memorial. Nesta reportagem não foi citado pelo correspondente o dia em que foi realizado o comício e quem foi o responsável pela organização.

Os operários foram enaltecidos e elogiados pelo jornal, por terem ajudado os camponeses a recolherem assinaturas no meio rural e urbano até fevereiro de 1956⁷⁸. A Ultab e o Terra Livre acreditavam que a ajuda do operariado na campanha era importante, para a conquista de 5 milhões de assinaturas. Todavia, o periódico fez uma ressalva: a quantia de assinaturas coletadas até o mês de julho de 1954 alcançou a margem de 66.723. O Estado de São Paulo foi a federação que angariou maior quantia de assinaturas, cerca de aproximadamente 38.000 até o mês de julho de 1954. Não identificamos a quantia de assinaturas recolhidas no fim da campanha.

⁷⁷ Comício de Marília, um exemplo para o Brasil. Ano VIII. São Paulo, 2ª quinzena de março de 1955. n°54, p.4.

⁷⁸ Participação os operários da coleta de assinaturas pela Reforma Agrária. TL, ano VII, 1ª quinzena de fevereiro de 1956, n° 51.p.2.

O monopólio das grandes extensões de terras foi interpretado pelo Terra Livre e pelos comunistas, como o principal responsável pelo atraso do campo⁷⁹.

Na verdade, na visão que se afirmou o atraso no campo, em decorrência do latifúndio, operava como uma ancora que impedia o desenvolvimento do país, tornando-o vulnerável aos interesses imperialistas. Segundo análises que se tornaram correntes, isso ocorria porque, relegando a pobreza e ao isolamento, as populações rurais que, até a década de 1950, representavam cerca de 70% da população total do país, o latifúndio impedia o alargamento do mercado interno e o processo de industrialização (GRYNSPAN; DEZEMONE, 2007, p.214).

A desestruturação dos latifúndios e a divisão das terras em pequenos lotes aos trabalhadores rurais foram consideradas pelos comunistas, medidas que beneficiariam os colonos, parceiros e arrendatários que foram expulsos das terras que trabalhavam, a exemplo dos lavradores do interior paulista expulsos⁸⁰.

O jornal defendeu a tese de que houve aumento da concentração de terras no país, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores rurais de que este problema seria solucionado somente com a Reforma Agrária.

Na avaliação do jornal, a queda da produção agrícola e a fome do povo brasileiro poderiam ser extintas por meio da Reforma Agrária. Este argumento foi utilizado pelo jornal, para mobilizar os leitores a assinarem o texto do memorial da Reforma Agrária. Baseando-se em dados estatísticos divulgados pelo Serviço Nacional de recenseamento referente aos anos de 1940 e 1950, mostrou o processo de concentração de propriedades rurais, período que diminuiu o número de pequenas propriedades rurais, de 252.615 para 221.609 em todos os Estados⁸¹. Pela divulgação de tais dados, o periódico buscou informar seus leitores sobre a distribuição das terras no país.

Em reunião da Ultab realizada na capital paulista entre os dias 18 e 20 de setembro de 1959, foi aprovado um texto, intitulado, “Carta sobre Reforma Agrária”⁸². “Este documento reproduzia os elementos básicos contidos na declaração de março, aprovada pelo Comitê Central, no ano anterior” (FALEIROS, 1989, p.224).

Neste documento, os comunistas consideraram que a realização da Reforma Agrária se tornou projeto indispensável para o desenvolvimento da industrialização e da economia

⁷⁹ Avança o Latifúndio, Desaparecem os patrimônios. TL, ano V, São Paulo, 1ª quinzena de agosto de 1954, n°46, p.1

⁸⁰ 70 mil latifundiários dominam 62% das terras. TL, São Paulo, ano VII, 1ª quinzena de janeiro de 1955, n°52, p.1.

⁸¹ Avança o latifúndio. Desaparecem os patrimônios. TL, ano V, São Paulo, 1ª quinzena de agosto de 1954, n°46, p.1.

⁸² Carta sobre a Reforma Agrária. TL, ano XI, n°87, janeiro de 1960, p.10.

nacional. Este escrito foi divulgado pelo Terra Livre e elegeu a Reforma Agrária como projeto que favoreceria milhões de brasileiros que trabalhavam na lavoura e que não tinham sequer uma pequena extensão de terra para cultivar.

Apesar de a Reforma Agrária ter sido caracterizada pela Ultab e pelo Terra Livre como medida que traria aumento do desenvolvimento econômico ao país, o jornal informou seus leitores que esta medida por si só não melhoraria as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Não Basta naturalmente que cada agricultor possua um lote como propriedade. O objetivo, da Reforma Agrária, é o aumento da produção em benefício da maioria do povo. A Reforma Agrária compreende, por isso, uma grande serie de outras providencias, tais como a organização da assistência do Estado em vários terrenos: agro-técnica, crédito, educação, saúde, cooperativismo e outros⁸³.

Segundo a avaliação dos comunistas, o “Estado” deveria facilitar a compra de instrumentos agrícolas modernos, de inseticidas, de adubos e estimular o cooperativismo entre os trabalhadores rurais. Portanto, o jornal trabalhou na conscientização de seus leitores, de modo que estes exigissem do Estado, não somente a Reforma Agrária, mas a aplicação de tais medidas descritas anteriormente.

Na concepção dos pecebistas, os latifúndios deveriam ser desapropriados, mediante o pagamento de indenização aos proprietários. Os comunistas acreditavam que pequenos lotes deveriam ser vendidos aos trabalhadores rurais com pouca terra para trabalhar ou sem terra em um prazo longo.

Tendo em vista a defesa da Reforma Agrária no Brasil, foi realizada no Estado de São Paulo a primeira Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de São Paulo⁸⁴ no dia 12 de novembro de 1961, organizada pela Ultab⁸⁵. Este evento foi caracterizado pelo jornal como espaço de discussões sobre a Reforma Agrária. Trata-se de uma assembléia preparatória para o Congresso Nacional de Camponeses de Belo Horizonte, realizado em 1961.

Os jornalistas entenderam que os trabalhadores rurais⁸⁶, participantes do evento exigiram do Estado a realização da Reforma Agrária, mediante a desapropriação de

⁸³ Carta sobre a Reforma Agrária. TL, ano XI, n°87, janeiro de 1960, p.10.

⁸⁴ Conferência de Lavradores Paulistas propõe desapropriação da grande propriedade agrícola: Interesse Social. TL, São Paulo, ano XII, dezembro 1961, n°106, p.6.

⁸⁵ Lindolfo Silva, Presidente da Ultab, participou da mesa que dirigiu os trabalhos durante a realização da Conferência de Lavradores Paulistas.

⁸⁶ De acordo com o Terra Livre, participaram da Conferência 189 delegados, eleitos em assembléias de lavradores e trabalhadores agrícolas. A região da Alta Mogiana contava com 26 delegados, A Alta Paulista tinha

latifúndios, o pagamento de indenizações, a aplicação medidas graduais no campo, tais como financiamento em longo prazo, direito de sindicalização, assistência técnica, direito de organização no campo e extensão dos direitos trabalhistas nas áreas rurais. Segundo a concepção dos comunistas para com o campo, estas medidas somadas à Reforma Agrária colocaria fim à situação de miséria vivida pelos brasileiros.

O Terra Livre elegeu o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores⁸⁷ realizado entre os dias 15, 16, e 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, como ocasião em que os lavradores se mobilizaram e exigiram do Estado a eliminação do latifúndio, distribuição das terras gratuitas aos camponeses sem-terra ou com pouca terra para trabalhar. Dentre as principais conclusões do congresso⁸⁸ ficou estabelecido que:

“A Reforma Agrária pela qual lutamos, tem como objetivo central a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominavam no campo e que são os principais entraves ao livre e próspero desenvolvimento do país”⁸⁹.

Ao conceder publicidade à questão da Reforma Agrária, o periódico divulgou um documento aprovado pelos 1.800 delegados camponeses⁹⁰ que representaram os trabalhadores no Congresso Camponês em Minas Gerais. De acordo com o documento ficaram aprovados os seguintes pontos no que concerne à estrutura agrária brasileira:

(A) Atual transformação da estrutura agrária do país, com o monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifúndios, principalmente com a desapropriação do Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou estatal;
B) Máximo acesso a posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, a base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifúndios e da distribuição gratuita das terras devolutas⁹¹.

51 delegados; a Alta Sorocabana - 47; a região Noroeste contava com 23 delegados, enquanto que a região Bragantina contava com dois a de Araraquara 17 e a central um delegado. Composição social da Conferência. TL, TL, São Paulo, ano XII, dezembro 1961, n°106, p.6.

⁸⁷ Mil e oitocentos delegados camponeses exigiram em Belo Horizonte a Reforma Agrária. TL, São Paulo, ano VIII, n°105, novembro de 1961, p.1.

⁸⁸ O Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores foram realizados na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1961. Foi considerado o primeiro congresso nacional de lavradores organizado pela Ultab. Aos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo. TL, ano, VII, São Paulo, junho de 1961.p.8

⁸⁹ Mil e oitocentos delegados camponeses exigiram em Belo Horizonte a Reforma Agrária. TL, São Paulo, ano VIII, n°105, novembro de 1961, p.1.

⁹⁰ Dos mil e oitocentos delegados que estiveram no congresso 215 pertenciam aos quadros das Ligas Camponesas, 38 eram do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), e o restante pertencia a ULTAB. Moraes, C, S. *História das Ligas Camponesas no Brasil*. Brasília: IATTERMUND, 1997.

⁹¹ Mil e oitocentos delegados camponeses exigiram em Belo Horizonte a Reforma Agrária. TL, São Paulo, ano VIII, n°105, novembro de 1961, p.1.

As Ligas Camponesas defenderam no congresso a tese de que a “Reforma Agrária Radical” beneficiaria camponeses sem-terra ou com pouca terra para trabalharem.

As concepções das Ligas a respeito da Reforma Agrária Radical, não deixavam de sensibilizar mesmo os trabalhadores vinculados a outros grupos. Quando se realizou o primeiro congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte, no mês de novembro de 1961, esse fato se tornou claro (MARTINS, 1981, p.90).

Durante o congresso, as Ligas realizaram proposta a Ultab. As primeiras organizações camponesas expressavam o radicalismo no campo e defenderam as tomadas das terras dos latifundiários por meio de ações armadas, sem que estes recebessem indenizações. Portanto, entendemos que o congresso foi espaço em que as Ligas e os pecebistas mantiveram posições divergentes a respeito da Reforma Agrária.

O Congresso de Belo Horizonte explicitou assim, uma intensa disputa pela representação do campesinato, que se desenvolvia envolvendo o PCB e as Ligas Camponesas de Pernambuco, lideradas por Francisco Julião. Como mencionado acima, discutia-se o próprio sentido do que ser “radical” e sua vinculação com o processo revolucionário no Brasil. Num contexto de efervescência política, o que passava a contar eram as ações e seus efeitos políticos e a elas a imprensa passou dar maior destaque (MEDEIROS, 1995, p.116).

Na concepção da Ultab e do Terra Livre, a Reforma Agrária não deveria ser realizada de forma radical, visto que ambos os segmentos seguiam a orientação do comunismo internacional. Portanto, tais entidades entendiam que o projeto deveria ser desenvolvido de forma lenta e gradual, com a adoção de medidas parciais, tais “como a diminuição das taxas de arrendamento, melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais”. (MARTINS, 1980, p.90).

Os comunistas entendiam que a legislação trabalhista deveria ser estendida aos camponeses. Para a referida entidade camponesa, os trabalhadores rurais deveriam se sindicalizar e lutar por direitos trabalhistas como férias, 13º salário, salário-mínimo, dentre outros. Para esta organização comunista, os contratos de arrendamento e de parceria deveriam ser regulamentados. Na visão dos comunistas, a conquista de tais reivindicações descritas anteriormente possibilitaria a realização da Reforma Agrária Radical. Julião se posicionou contrariamente ao projeto do PCB de Reforma Agrária. Para este líder camponês, a tomada imediata das terras dos latifundiários e a estatização das propriedades rurais eram medidas que colocariam fim à concentração de terra no país. Esta liderança considerou que a Revolução Socialista deveria ser desenvolvida em uma única etapa. Em contrapartida, os pecebistas

entendiam que a conquista do poder e a realização da Reforma Agrária passaria pela etapa Democrático-Burguesa. Os pecebistas consideravam que a exploração sofrida pelos assalariados rurais era determinante para que estes últimos realizassem a revolução no campo. O PCB preconizou a luta por direitos e pela organização camponesa ao invés do projeto de Reforma Agrária proposto por Julião, pois os comunistas procuraram realizar aliança com a burguesia. Os membros do partido entendiam que a burguesia mantinha contradição com o imperialismo e com o latifúndio. O partido classificou o imperialismo e o latifúndio como entraves ao desenvolvimento da burguesia.

O projeto de Reforma Agrária Radical do PCB estipulava que o Estado deveria entregar os títulos definitivos das terras devolutas aos posseiros que as ocupavam e o direito de permanência aos posseiros que trabalhavam nas terras por mais de cinco anos.

O congresso foi o momento em que as Ligas romperam com a Ultab. Membros da primeira organização foram recrutados por Julião para compor quadros guerrilheiros. Estes grupos foram compostos visando o desenvolvimento da luta armada no país, no sentido de realizar a Revolução Socialista.

“A partir do Congresso de Belo Horizonte foram realizados encontros e assembléias. Nestes eventos a Reforma Agrária se manteve como o centro de discussões” (MEDEIROS, 1995, p.116). Neste sentido, foi organizada uma conferência pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Cosmópolis e realizada em Cosmópolis-SP⁹², no dia 3 de dezembro de 1961. Segundo o olhar deste órgão de imprensa alternativo, a “Reforma Agrária Radical” foi o tema central das discussões dos camponeses. O Presidente da Ultab, Lindolfo Silva, foi responsável por presidir a reunião. Pela divulgação deste evento, o Terra Livre realizou a propaganda da Reforma Agrária Radical, visando mobilizar o campesinato, para que trabalhassem em defesa do projeto citado anteriormente. Portanto, na versão do jornal, as medidas aprovadas pelos 1.800 delegados no Congresso de Belo Horizonte interessa todos os trabalhadores rurais que estavam presentes na conferência de Cosmópolis.

Por ser veículo de orientação da Ultab, o Terra Livre foi instrumento de propaganda da bandeira da Reforma Agrária Radical, defendida por esta organização desde a realização do Congresso Nacional. Na perspectiva do jornal, a defesa da bandeira da Reforma Agrária Radical não ficou circunscrita apenas ao congresso nacional de camponeses. Neste sentido, o periódico realizou a cobertura da 2ª Conferência Estadual dos Trabalhadores Agrícolas⁹³,

⁹² Conferência em Cosmópolis. TL, ano XII, n°106, dezembro de 1961, p.2.

⁹³ Esta conferência estadual foi realizada pela Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (Fataesp) e pela Ultab.

realizada entre os dias 6 e 8 de setembro de 1963, sendo caracterizada a participação dos trabalhadores neste evento pelo olhar jornalístico, como exemplo de que os lavradores paulistas se mobilizaram pela realização deste projeto descrito anteriormente⁹⁴. O periódico chamou a atenção de seus leitores, de que os lavradores brasileiros demonstraram interesse pela distribuição das terras aos camponeses sem-terra ou com pouca terra para trabalharem.

Os participantes do evento foram qualificados pelo jornal como politizados e inimigos dos latifundiários. A publicação desta reportagem foi à forma adotada pelos editores do jornal para estimular os trabalhadores a recorrerem aos sindicatos de trabalhadores rurais para lutarem pela Reforma Agrária.

2.3 O Terra Livre e a divulgação de eventos

O jornal Terra Livre contribuiu com a divulgação de encontros e conferências de trabalhadores rurais. Estas assembléias foram organizadas sob a égide da União Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Utlab) em inúmeros Estados brasileiros, independentemente de ser de pequeno, de médio ou de grande porte.

Os congressos, encontros, e conferências podem ser pensados como espaços de discussões, tomadas de decisões produção de demandas, socialização de conhecimentos e palavras de ordem. Neste sentido eles tiveram grande importância no sentido de dar a conhecer (principalmente aos participantes e, a partir de um determinado momento a sociedade, na medida em que teve repercussão na chamada grande imprensa) uma realidade pela qual os comunistas pretendiam falar e permitir a constituição de elementos para a sua interpretação. Para eles afluíram carências e demandas que se buscou codificar através das teses do partido, dos instrumentos legais e institucionais existentes. Esse processo de elaboração das reivindicações era, ao mesmo tempo, produtor de significações que passavam a incorporar às atividades políticas cotidianas dos trabalhadores do campo (MEDEIROS, 1995, p.216).

Ao noticiar a realização dos eventos, o Terra Livre se esforçou em estimular a participação dos trabalhadores rurais, visando à conquista de quantias significativas de participantes. A realização de eventos organizados sob a égide da Utlab foi estratégia adotada pelos comunistas para se manterem próximos aos trabalhadores rurais e para divulgar a estes agentes sociais as idéias do partido. Desta forma, o PCB buscou recrutar lavradores para compor o quadro de militantes no meio rural.

O Terra Livre desempenhou papel fundamental na divulgação da 2ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (CNTA), realizada na cidade de São Paulo no

⁹⁴ Reforma Agrária se consegue unindo todos os sindicatos. TL, Suplemento Especial, outubro de 1963, p.7.

ano de 1954. Ao realizar a propaganda deste evento, o periódico o considerou importante aos trabalhadores rurais brasileiros. Esta conferência foi eleita pelo jornal, como momento propício aos lavradores, para que estes exigissem do “Estado”, a realização da Reforma Agrária. Neste sentido, o jornal incentivou os camponeses brasileiros a comparecerem na assembléia nacional.

Por ocasião da preparação da 2ª CNTA, a imprensa instruíra seus leitores no sentido de que deveria ser iniciada a realização de assembléias de “assalariados agrícolas” e “camponeses” nas fazendas, nas usinas e nos locais de arrendamento, zonas florestais, povoados, feiras e outros locais” (MEDEIROS, 1995, p.219).

A publicação do manifesto de convocação foi mecanismo adotado pelos jornalistas, com o intuito de estimular os trabalhadores a realizarem reuniões preparatórias para escolherem os delegados para a 2ª CNTA.

Além de divulgar a realização do evento e de incentivar os trabalhadores a participarem, o periódico foi responsável por dar publicidade à realização de conferências preparatórias para a conferência nacional. Dentre estas, se encontra a Conferência dos Trabalhadores das Fazendas de Café, efetuada no dia 29 de julho de 1954, na cidade de Ribeirão Preto e a Conferência dos Produtores de Algodão, realizada na cidade de Presidente Prudente no dia 29 de julho de 1954. Os trabalhadores que participaram destas reuniões foram considerados, pelo Terra Livre, indivíduos politizados que se empenharam e que participaram ativamente na escolha dos delegados. Na visão do jornal, a escolha dos representantes para participarem da conferência foi indício de que os trabalhadores rurais brasileiros reconheceram a importância que o evento se constituía na luta pelos direitos trabalhistas, como salário-mínimo, 13º salário e sindicalização rural. Neste sentido, as reuniões realizadas em fazendas para escolha dos delegados foram consideradas exemplos de lutas políticas.

A realização da 2ª CNTA foi matéria de capa da edição do Terra Livre. A utilização deste recurso teve como finalidade atrair a atenção do leitor para que despertasse a curiosidade e iniciasse a leitura da referida matéria.

A direção do jornal teve a iniciativa de imprimir uma página a mais, ou seja, página de capa. Os trabalhadores foram instruídos a recortarem-na e colarem em portas de casa, muros e porteiros⁹⁵. Portanto, jornalistas solicitaram aos lavradores que divulgassem aos demais a realização do evento.

⁹⁵ A página que deveria ser recortada pelos assinantes está localizada no exemplar. TL, ano V, 2ª quinzena de agosto de 1954, p.1.

Figura 6- A página que deverá ser recortada pelos assinantes está localizada no exemplar



Fonte: TL, Ano V, 2ª quinzena de agosto de 1954.p.1.

O governo do Estado de São Paulo concedeu assistência médica aos delegados e cedeu o Ginásio do Ibirapuera para a realização do evento. “Estas atitudes adotadas pelo “Estado”, favoráveis a 2ª CNTA, foi o resultado do reconhecimento do campesinato como ator político” (MEDEIROS, 1995, p.221). Os políticos concederam apoio à realização do evento, visando à conquista de parcelas eleitorais, necessárias para elegê-los a cargos que viessem concorrer.

O Terra Livre buscou mostrar aos seus leitores os segmentos sociais que apoiaram a realização de congressos de trabalhadores rurais. Nesta perspectiva, o periódico destacou o apoio concedido pelos operários na realização da 2ª CNTA, por terem cedido à sede dos sindicatos gráficos na capital paulista, para a reunião da Comissão Permanente, realizada

entre os dias 17, 18 e 19 de setembro de 1954⁹⁶. Os jornalistas procuraram transmitir aos leitores a mensagem de que os operários passaram a reconhecer os lavradores brasileiros como membros de uma importante força política, por terem ajudado a comissão permanente a organizar o referido congresso de lavradores.

Ao divulgar a realização do encontro de lavradores na cidade de São Paulo, o jornal divulgou, de antemão, que o objetivo do congresso seria o de constituir a Ultab, com a finalidade de organizar a sindicalização dos trabalhadores rurais.

No Terra Livre foi publicada historinha em quadrinhos do meeiro Joaquim. O personagem era lavrador da Fazenda Santa Maria, no Estado de São Paulo, e pai de cinco filhos. Conforme a história, o meeiro não tinha condições de comprar remédios e sapatos aos seus filhos e sua família vivia em situação de miséria. Na narrativa, o fiscal da fazenda disse a Joaquim que ele deveria sair da propriedade, pois o patrão decidiu plantar capim. Joaquim ficou com raiva do patrão por ter recebido esta notícia e por ter visto o patrão dirigindo um carro de luxo.

Figura 7- O meeiro Joaquim vai a conferência

⁹⁶ Vão se reunir em São Paulo Trabalhadores Agrícolas de todo o Brasil. TL, 2ª quinzena de junho -1ª quinzena de julho de 1954, nº44, p.2.

O MEEIRO JOAQUIM VAI À CONFERENCIA



1 — Joaquim é um meeiro da fazenda Santa Maria, no Estado de São Paulo. Ele mora num rancho tão pequeno que mal cabe a sua família. Tem a mulher e cinco filhos e ainda cuida da sua avó, que é velhinha, e que ficou rega há mais de um ano. Toda a família dorme num quartinho só. Do outro lado é a cozinha.

2 — Hoje em dia, Joaquim vive na maior pobreza. Seus filhos choram às vezes de fome e ele nada pode fazer. Se não fosse um homem duro, acostumado com o sofrimento e com o trabalho, era capaz de perder o juízo vendo os filhos em tamanha miséria, sem roupa, sem calçado, sem remédio e sem ter o que comer.

3 — Mas na sua vida ele não conheceu só a miséria. Quando Joaquim era menino, seu pai tinha um sítiozinho, duas vacas e um cavalo. Até engordava de vez em quando um porco no chiqueiro. Não viviam bem, pois tinham que pagar impostos caros e era pouca a terra que possuíam, mas fome não passavam.

4 — Um dia, apareceu no sítio um oficial de justiça com uma citação, dizendo que aquela terra era do coronel Bastião. Poucos dias depois, a polícia e os jagunços do coronel expulsaram o pai de Joaquim, com seus oito filhos, do sítiozinho. Outros lavradores da redondeza foram também expulsos pelo latifundiário grileiro.



5 — Isso faz muitos anos, foi em 1915, no Estado de Minas. Nesse tempo Joaquim tinha somente 10 anos. Seu pai morreu logo depois, de febre, e ele foi criado na fazenda de um tal Filogônio, que judiou muito dele. Sua mãe teve que empregar os filhos maiores, porque não podia tratar de todos. Com ela só ficaram os três menores: os outros se espalharam pelo mundo, cada qual cuidando de si.

6 — Joaquim, depois que ficou homem, trabalhou para os maiores fazendeiros daquelas bandas. Eles pagavam muito mal os seus empregados. Joaquim somente juntou um dinheirinho para comprar um par de botinas depois que fez 18 anos de idade. Tinha até vergonha de ir passear no comércio descalço. Foi justamente nesse ano, em 1923, que sua mãe faleceu. Ele veio então para o Estado de São Paulo.

7 — Joaquim não conheceu na sua vida as alegrias da mocidade. Sempre trabalhando de sol a sol, de estrela a estrela, não tinha tempo para diversões. Bem que gostava de violão e quase comprou uma para aprender a tocar. Mas não tinha gosto, pois não gozava muita saúde e quando era de noite ele estava com o corpo tão moído de cansaço que só pensava em dormir para pegar no serviço no dia seguinte antes do sol nascer.

8 — Casou aos 25 anos, com a filha de seu Justino, um morador antigo da fazenda onde ele trabalhava. Logo vieram os filhos — uma escadinha de meninos. Sua mulher o ajudava muito desde que casou. Joaquim tocava roça a meia. Daí para cá não mudaram de fazenda. Ele via que era bobagem estar andando de um lado para outro. Os que vêm do norte falam da miséria que existe por lá. Os que vêm do sul contam os sofrimentos da gente do sul. Os que vêm de Minas contam os sofrimentos da gente de Minas.

Fonte: TL, Ano V, 1ª quinzena de agosto de 1954, nº47.p.3.

Ao receber exemplar do Terra Livre o meeiro foi informado que no dia 17 de dezembro de 1954 seria realizada a 2ª CNTA, evento em que os lavradores exigiriam a melhoria das condições de vida. Joaquim foi classificado no conto, como agente político, que convidou os trabalhadores da vila, ou seja, seus vizinhos para participarem da reunião para escolha dos representantes para conferência. Na reunião realizada na fazenda no domingo, Joaquim⁹⁷ foi escolhido o representante dos trabalhadores para participar da 2ª CNTA. Por esta historinha, o jornal buscou estimular os trabalhadores rurais a realizarem assembléias

⁹⁷ O meeiro Joaquim vai a conferência. TL, ano V, 1ª quinzena de agosto de 1954, nº47, p.3.

preparatórias para escolherem nos locais de trabalho os delegados para participarem do evento. Portanto, a publicação desta história em quadrinhos nos informa a dimensão de que o jornal possuía função explicativa para que os trabalhadores entendessem as mensagens transmitidas.

O periódico designou os congressos como celebrações em que os trabalhadores rurais despertaram para a mobilização e organização por meio dos sindicatos para lutarem por direitos. A participação dos lavradores em eventos foi considerada pelo periódico como indício de que estes agentes sociais aderiram às idéias comunistas e que despertaram interesse em realizar a Revolução Camponesa. Noticiar eventos foi o meio encontrado pelos jornalistas para classificar os homens do campo, como agentes sociais capazes de realizar a revolução de cunho Democrático-Burguês junto com o operariado.

O periódico ofereceu importantes contribuições para a divulgação do 1º Congresso Nacional de Lavradores Agrícolas do Brasil⁹⁸ na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Esta assembléia foi realizada entre os dias 1º, 2, e 3 de novembro de 1961. Trata-se de um evento de grande porte, que contou com a participação de camponeses de todo o país.

Ao noticiar a realização deste evento organizado pela Ultab⁹⁹, o jornal solicitou aos trabalhadores que formassem comissões em fazendas e usinas para escolherem os delegados para participarem do Congresso de Belo Horizonte. O periódico esclareceu seus leitores, que o evento contaria com a participação de diversas tendências do movimento camponês, para discutir questões que permeavam a realidade dos lavradores brasileiros, como o desrespeito aos direitos trabalhistas, a concentração de terras, a não existência de contratos que regulamentassem as relações de arrendamento, extensão da legislação trabalhista, direito de organização no campo, estímulo financeiro do Estado e assistência técnica. Ao tornar público os assuntos que entrariam em debate no Congresso de Belo Horizonte, o Terra Livre estimulou os trabalhadores rurais a escolherem seus delegados e/ou participarem do evento. O periódico também explicou aos leitores que os lavradores brasileiros organizaram nas fazendas assembléias preparatórias para o evento. Para o jornal, os homens do campo se mostraram interessados em participar do evento, por terem escolhidos os delegados para participarem do congresso.

O Terra Livre transmitiu ao público a mensagem de que não foram apenas os trabalhadores rurais que perceberam a importância que o congresso constituía na luta pela

⁹⁸ 1º Congresso Nacional de Lavradores. Trabalhadores do campo e de todo o Brasil vão discutir seus problemas em Belo Horizonte. Ano XII. nº99. Terra Livre. Maio de 1961, p.1

⁹⁹ Aos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo. TL, ano XII, nº 100, junho de 1961, p.8.

Reforma Agrária. Para reforçar esta tese, o periódico enfatizou que os operários se mobilizaram em prol da realização deste evento, ou seja, que realizaram na cidade o trabalho de propaganda pela distribuição de panfletos e da utilização de carros de som. Segundo a ótica do jornal, os operários eram agentes que demonstraram interesse para com os problemas dos trabalhadores rurais.

O periódico ao realizar a divulgação do Congresso de Belo Horizonte explicou aos seus leitores que na assembléia seriam discutidas as seguintes questões relacionadas ao campo.

1-Soluções Para o Problema da Propriedade e do uso da Terra no Brasil

- A Reforma Agrária e a constituição federal
- A Reforma Agrária e o código brasileiro
- Terras públicas (da União, dos Estados e Municípios); Terras de propriedade privada.
- Condições de venda da terra (prazos, juros, etc.).
- Limites (máximo e mínimo) da propriedade da terra.
- A propriedade dos posseiros.
- Formas de propriedade da terra.
- Problemas de colonização.
- Empréstimos e financiamentos.

2-Medidas imediatas e parciais de Reforma Agrária

- Utilização de terras do Estado, para formação de núcleos de colonização.
- Legalização da situação dos atuais posseiros.
- Defesa contra grilagem.
- Medidas imediatas para o Nordeste.

3- Formas de arrendamento e parceria

- Regulamentação legal dos contratos de arrendamento.
- Taxas (limites máximos), prazos contratuais, indenização por benfeitorias etc.
- Lei do inquilinato e do aluguel da terra.

4-Direitos dos pequenos e médios proprietários rurais

- Defesa das propriedades.
- Impostos, taxas e coação fiscal.
- Imposto Territorial Rural.

5-Ajuda aos cultivadores agrícolas

- Ajuda técnica e financeira.
Créditos.
- Preços mínimos.
- Incentivo a mecanização e à técnica.
- Estímulo ao cooperativismo.
- Fomento da produção agrícola.
- Defesa contra a ação dos monopólios, açambarcadores e atravessadores.

6-Assalariados e Semi-Assalariados Rurais

- Legislação trabalhista (aplicação e extensão).
- Salários atuais e salário-mínimo.
- Melhoria das condições de vida e de trabalho ¹⁰⁰.

O jornal classificou o congresso como palco de discussões acerca de problemas sofridos pelos camponeses. O Terra Livre destacou que a Reforma Agrária seria o centro das discussões. Porém, como podemos observar na transcrição acima, o jornal deixou claro aos leitores que o projeto assinalado não seria o único item da pauta de discussões. Os termos indicam os problemas no campo, como a falta de legislação trabalhista, falta de incentivo financeiro do Estado, não pagamento salário-mínimo e dificuldade de organização no campo e a não existência de leis que regulamentassem os contratos de arrendamento. Tais problemas eram relacionados às diferenciadas categorias profissionais no campo, como assalariados, colonos, posseiros, arrendatários, dentre outros.

Ao noticiar a realização de eventos, o Terra Livre deu destaque ao apoio concedido por políticos. O Prefeito de Belo Horizonte, Amintas de Barros, o Governador, Magalhães Pinto, e o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foram eleitos pelo periódico como indivíduos que manifestaram apoio à realização da conferência nacional¹⁰¹. Portanto, tais políticos foram classificados como sujeitos que demonstraram preocupação com as lutas dos camponeses.

A presença, sempre ressaltada das autoridades, tinha diferentes significados. Por um lado legitimava os encontros, numa conjuntura de afirmação política dos trabalhadores do campo e de acirramento das disputas políticas. Essa legitimação podia se dar em dois planos. O primeiro era o da sociedade em geral, uma vez que, muitas vezes a simples presença de uma autoridade transformava o encontro desse tipo, que de outra maneira seria silenciado, em notícia da grande imprensa, “produzindo” seu existir político. Por outro lado, essas presenças também ganhavam significado na disputa com outros grupos concorrentes, reforçando ou fragilizando as posições do PCB (MEDEIROS, 1995, p.222-223).

Na tarefa de desenvolvermos uma análise acerca da divulgação de eventos, torna-se importante enfatizar que o periódico caracterizou as conferencias como ocasiões em que houve pronunciamentos de lideranças camponesas. A publicação de discursos pronunciados por líderes camponeses foi metodologia adotada pelo corpo editorial do jornal para eleger tais indivíduos, como pessoas que se preocupavam com as condições de vida dos trabalhadores

¹⁰⁰ Reforma Agrária. 1º Congresso Nacional de Belo Horizonte, nos dias 1º, 2 e 3 de outubro de 1961. Temário. TL, ano XII, nº101, julho de 1961, p.3.

¹⁰¹ Impressionante apoio ao Congresso Nacional pela Reforma Agrária. TL, ano XII, julho de 1961, nº101, p.1.

rurais e como agentes políticos capazes de organizar e mobilizar os trabalhadores rurais na luta por direitos.

Por meio da publicação de discursos pronunciados por lideranças camponesas, os editores do Terra Livre também procuraram denunciar as injustiças cometidas pelo Estado e pelos fazendeiros contra os camponeses. A fala de Francisco Julião no Congresso de Belo Horizonte, foi matéria do Terra Livre. Pela publicação do discurso desta liderança camponesa, o jornal denunciou as más condições de vida de crianças nordestinas. Julião considerou que 70% dos filhos recém-nascidos dos camponeses nordestinos morreram, sem sequer terem completado um ano de idade. A divulgação deste discurso foi instrumento utilizado pelos redatores ao denunciarem a falta de assistência médica no campo brasileiro. E assim, o periódico elegeu o “Estado”, como principal responsável pelo índice elevado de mortalidade infantil, problema que permeava a realidade dos demais trabalhadores rurais brasileiros.

O Terra Livre não concedeu destaque apenas às falas de líderes camponeses que participaram dos congressos. “Havia destaque as falas de trabalhadores que vinham de diferentes regiões e contavam suas histórias, entendidas como expressões dos sofrimentos do campo” (MEDEIROS, 1995, p.225). Um exemplo que foi apresentado pelo jornal foi o do trabalhador rural Manoel Renato Rattes de Moraes, que no congresso camponês de Belo Horizonte denunciou as ações cometidas pelos fazendeiros da cidade de Vera Cruz contra os trabalhadores rurais. Os lavradores deste município foram caracterizados no discurso como indivíduos que estavam submetidos a jornadas de trabalho superiores a 08h diárias e sequer recebiam salário-mínimo. A fala transmite aos leitores a imagem dos trabalhadores de Vera Cruz-SP como agentes que foram explorados pelos patrões e que se posicionaram de forma contrária a estes, seja através de manifestações grevistas e de ações judiciais.

Não foram apenas congressos nacionais e estaduais que tiveram destaque nas páginas do Terra Livre. A partir deste pressuposto foram divulgados inúmeros congressos de porte regional, principalmente aqueles realizados em regiões do Estado de São Paulo. “A realização de congressos em regiões paulistas se deve ao fato de esta localidade ser considerada uma das maiores áreas de investimento do trabalho político do PCB no campo” (MEDEIROS, 1995, p. 218). Dentre os congressos regionais noticiados pelo Terra Livre, encontra-se a Conferência dos Produtores de Algodão da Alta Sorocabana, que foi realizada na cidade de Presidente Prudente e organizada pela Ultab. Não foi citada a data em que foi realizado o Congresso. O público ao qual foi voltado o evento era constituído majoritariamente por arrendatários. Segundo Lima:

Na Alta Sorocabana, extremo sudoeste do Estado de São Paulo, a maioria dos trabalhadores rurais também era de arrendatários e pequenos proprietários, como Alta Paulista e na Noroeste. Fugindo dos grileiros que atraídos pela construção da rodovia Rio - Bahia expulsava-nos de suas terras inúmeros trabalhadores rurais vieram tentar a sorte nessa região e, terminaram como arrendatários ou colonos, nas terras de latifundiários. Uma das condições de contrato de arrendamento era o plantio exclusivo de algodão. Diante da falta de mercado para esse produto, e a conseqüente impossibilidade de se escoar a safra, esses camponeses se viam obrigados a deixarem a lavoura (LIMA, 2010, p.127).

Independentemente de ser congresso de médio porte teve a cobertura do jornal Terra Livre¹⁰². Na concepção deste meio de comunicação, o evento foi momento em que os cotonicultores da região da Alta Sorocabana discutiram os preços do algodão e aprovaram uma resolução. Ao relatar que os trabalhadores exigiram do Governo um preço mínimo de 150 Cruzeiros por arroba e a diminuição das taxas de arrendamento, o periódico classificou-os como agentes politizados, que se mostraram participativos no que concerne à aprovação de tais resoluções.

Os cotonicultores foram vistos pelo olhar do Terra Livre como agentes que acusaram as empresas americanas Anderson Clayton e a (Sanbra) de monopolizarem o fornecimento de sementes e o beneficiamento do algodão e a sua exportação.

As manifestações desses pequenos produtores, constituindo-se também em frente de investimento político do PCB, foi um dos espaços por excelência de um novo oponente: as “empresas imperialistas americanas”, detentoras do monopólio do fornecimento de sementes (MEDEIROS, 1995, p.159).

A presença dos lavradores no Congresso da Lavoura do algodão foi interpretada pelo Terra Livre, como forte indício de que os camponeses se tornaram inimigos do imperialismo norte-americano, numa conjuntura em que o PCB pregava a expulsão das empresas estrangeiras do país, conforme a orientação do Manifesto de 1950, assinado em agosto, por Luiz Carlos Prestes. Os participantes do evento foram rotulados pelo periódico como agentes que estavam constituindo consciência de classe revolucionária e que se mobilizaram para participarem da Frente Democrática de Libertação Nacional. O Manifesto de 1950 estabeleceu que os lavradores deveriam se unir com o operariado e com os demais segmentos sociais para participarem da frente citada anteriormente. Entretanto, caberia ao operariado liderá-la, segundo o documento. Porém os cotonicultores não mantiveram posições contrárias ao imperialismo e sequer aderiram às idéias comunistas. Os jornalistas tinham visão ingênua e romantizada ao enfatizarem que a participação dos camponeses em eventos e em greves eram

¹⁰² Quinhentos mil produtores de algodão reclamam com urgência um preço mínimo justo e compensador. TL, ano VI São Paulo, 2ª quinzena de outubro -1ª quinzena de novembro de 1954, nº50, p.1.

indícios da formação de consciência de classe. Os arrendatários apenas reivindicaram o fim do monopólio do beneficiamento de sementes.

Independentemente de os eventos terem sido de pequeno, médio ou grande porte, foram pensados pelo Terra Livre como reuniões para celebrar a luta dos trabalhadores rurais pela melhoria das condições de vida e contra as injustiças cometidas no campo. Os lavradores foram considerados pelo jornal como agentes que entenderam que os eventos eram momentos propícios para reivindicar a realização da Reforma Agrária e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, como o pagamento do salário-mínimo, o direito de sindicalização no campo, dentre outros. A participação dos lavradores nas assembleias foi observada pelo jornal como indício de que os camponeses despertaram interesse em participar das atividades dos sindicatos e das associações de trabalhadores rurais. Os patrões foram qualificados pelo Terra Livre como agentes que procuraram impedir os lavradores de participarem de eventos através da vigilância de jagunços.

O PCB atuava junto aos trabalhadores rurais por meio de associações e sindicatos constituídos sob a égide da Ultab. Partindo desta premissa, os eventos organizados por esta entidade e divulgados pelo Terra Livre foram meios encontrados pelos comunistas para ampliar a margem de atuação do PCB junto aos trabalhadores rurais, visando mobilizá-los para a realização da Revolução Socialista. Os congressos como os que foram divulgados e abordados neste tópico, eram espaços em que os comunistas procuravam estimular os lavradores a se organizarem, seja por meio de associações ou de sindicatos rurais. Os eventos voltados às discussões sobre o campo brasileiro reforçam a tese de que os pecebistas investiram no meio rural.

Capítulo 3

As Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais nas páginas do Terra Livre

3.1. Relações de Trabalho no Interior Paulista

Diante da tarefa de analisar o olhar da imprensa comunista acerca das lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, torna-se necessário realizar uma discussão no que concernem às relações de trabalho vigentes no campo paulista. Antes de realizarmos análise sobre as lutas dos trabalhadores interioranos, desenvolveremos uma contextualização sobre as relações de trabalho. Desenvolver a análise sobre a relação do colonato é tarefa importante para uma discussão sobre as manifestações de trabalhadores desta categoria do interior paulista que tiveram cobertura do jornal Terra Livre.

O colonato era relação de trabalho predominante no interior do Estado de São Paulo e foi classificada fundamental pelos fazendeiros para o desenvolvimento da cafeicultura. Os trabalhadores rurais consideraram as mulheres e os filhos com idade superior a 14 anos como pessoas adultas, que tinham como responsabilidade ajudar os colonos no cultivo de uma determinada quantia de cafeeiros. No interior paulista, o colono recebia uma quantia de pés de café para cultivar, ou seja, entre 2 a 3 mil por pessoa adulta. O cultivo dos cafeeiros consistia na realização de carpas, de arruações e na retirada de cipós, de trepadeiras e de brotos.

Os fazendeiros pagavam salário anual aos colonos que variava de acordo com a quantia de pés de café cultivados. “O padrão de referência costumeiro do salário era o preço pago por mil pés de café tratados” (SALLUM JR, 100, p.100). Deve-se levar em consideração que o pagamento da colheita era efetuado de forma separada da quantia paga pelo trato dos cafeeiros, e variava de acordo com a soma de café apanhada pela família. A remuneração dependia da capacidade da família de realizar a colheita. Crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos ajudavam seus pais na safra cafeeira.

Os fazendeiros permitiam que os colonos realizassem o cultivo de cereais entre as ruas de café, sendo que os patrões não cobravam dos lavradores taxa pela utilização das terras. Os colonos aproveitavam o tempo em que realizavam o trato dos cafezais para cultivar os alimentos. As extensões de terras destinadas ao plantio de gêneros variavam de acordo com a quantia de cafeeiros cultivados pela família do colono. Caso houvesse excedentes da produção, os colonos comercializavam os mesmos em áreas urbanas ou até mesmo vendiam a seus patrões, desta forma complementavam a renda familiar, principalmente nos períodos em que os salários eram baixos. O colonato possibilitava aos patrões diminuir o salário dos colonos, caso houvesse queda no preço das sacas de café.

O colonato era sistema de trabalho, cujo contrato de vigência durava um ano. Os contratos de trabalho iniciavam em outubro e terminavam em setembro do ano seguinte,

período caracterizado como ano agrícola. “As condições contratuais, isto é, o preço por tarefa, pelo cultivo do café ou a divisão do produto, eram renegociadas anualmente, de acordo, com as condições de mercado e os níveis dos preços” (STOLCKE, 1986, p.237). Durante o ano agrícola, os colonos tinham direito de utilizar a moradia e tulhas, de criar porcos e galinhas e de cultivar hortaliças.

Em alguns dias do ano, os colonos e os lavradores com idade adulta trabalhavam como diaristas, ou seja, no conserto de cercas, das benfeitorias e na manutenção de estradas. A quantia recebida por dia trabalhado ajudava o colono a complementar a renda familiar, principalmente nos períodos em que os salários estavam baixos. As colônias se localizavam perto de um curso d’ água, em terrenos inadequados para o plantio de café. As moradias dos colonos tinham tamanho variado. Embora as casas fossem construídas com pau a pique, geralmente não tinha água encanada, sendo o chão de terra batida. O colono não pagava pela utilização da moradia e das benfeitorias descritas anteriormente.

As terras utilizadas pelos colonos para cultivar cereais se localizavam entre os cafeeiros, estavam prontas e não precisavam ser preparadas, ao contrário das terras solteiras, que deveriam ser trabalhadas antes de ser realizado o cultivo de alimentos.

O plantio de gêneros alimentícios em roças separadas, não era muitas vezes inexecutável, como também indesejável, pois significava que as famílias de colonos despendiam maior tempo na produção de sua subsistência do que, de outra forma, o fariam com o plantio intercalado. Os próprios colonos se opunham a roças separadas, a menos que recebessem uma compensação monetária pelo tempo adicional exigido (STOLCKE, 1986, p.128).

Houve caso de patrões que proibiram os colonos de realizarem o plantio de alimentos em meio aos pés de café. “Através da proibição, os cafeicultores almejavam aumentar a produção” (STOLCKE, 1986, p.68-69). Os cafeicultores defendiam a premissa de que os plantios de alimentos entre as ruas de café trariam futuros prejuízos como, por exemplo, o desgaste dos solos que era a causa da diminuição da produção cafeeira.

Na concepção do periódico, os colonos no interior do Estado de São Paulo eram indivíduos que encontravam dificuldades de realizar o cultivo de alimentos em meio aos cafeeiros. O periódico procurou atuar em defesa destes agentes e denunciou as práticas dos patrões de proibir o plantio de cereais em meio às árvores de café. Entretanto, os lavradores paulistas foram rotulados pelo jornal como agentes que não se mostraram passivos em relação a tais atos e que lutaram pelo direito de cultivar feijão, arroz e outros gêneros em meio aos pés de café.

Os “camponeses” Diolino Ferreira, José Moises e Laturino Ferreira do município de Adamantina foram retratados pelo Terra Livre como pessoas que lutaram pelo direito de cultivar alimentos por meio do sindicato dos trabalhadores autônomos do município de Adamantina. A utilização do termo “agentes” foi forma de os jornalistas classificarem os lavradores como células comunistas no meio rural, que passaram a divulgar as idéias pecebistas aos demais lavradores adamantinenses, visando à realização da revolução no campo.

O administrador por ordem do patrão mandou cortar 120 kilos de feijão que havia plantado nas ruas de café, ganhavam apenas 24 cruzeiros por pé de café, e quando fizeram alguma plantação entre o cafezal “para melhorar a vida, mandaram arrancar”. Os barões do café só pensavam em melhores preços e se enfartaram de dinheiro para serem gastos no cabaré e boates, enquanto os trabalhadores morreram de fome. Os homens do campo já sentiram a necessidade de se organizarem para lutar contra estes tatuíras que mandavam cortar as plantações e dizer que deus era o culpado pela miséria¹⁰³.

A procura destes camponeses pelo sindicato do município de Adamantina foi interpretada pelo Terra Livre como indício de que os trabalhadores adamantinenses estavam se sindicalizando e se organizando para lutar contra os fazendeiros que obrigaram os colonos a cortar as lavouras cultivadas em meio aos cafeeiros.

O Sindicato de Trabalhadores Autônomos de Adamantina trabalhou em defesa do direito dos colonos de plantar gêneros alimentícios. O jornal buscou conscientizar os lavradores a recorrerem aos sindicatos, caso os patrões coibissem o plantio de alimentos em meio às árvores de café.

O jornal procurou legitimar a representação de que o processo de reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais estava acelerado em todo interior paulista, assim, o periódico buscou estimular os lavradores a solicitarem perante o Ministério do Trabalho, o reconhecimento das associações de trabalhadores rurais¹⁰⁴. Os colonos armazenavam cereais em tulhas para assegurar uma reserva de sementes para não ter a necessidade de comprar sementes.

¹⁰³ Sindicato de Adamantina abre luta contra as injustiças do latifúndio. TL, 5 de maio de 1949 a 5 de maio de 1963-SUPLEMENTO ESPECIAL, p.7.

¹⁰⁴ A partir do período em que o reconhecimento dos sindicatos rurais passou a ser um direito dos trabalhadores, o Terra Livre passou a divulgar instruções para a constituição de sindicatos rurais e de como realizar eleições para que fossem escolhidos os membros que iriam compor a diretoria. Para que o sindicato fosse criado, deveria ser coletada cerca de 50 assinaturas nas atas de informação, que já vinham prontas do Ministério do Trabalho. Os sindicatos rurais deveriam por excelência, atingir num prazo de dois anos da data de seu reconhecimento, a quantia de 200 sindicalizados. COSTA, L.F.C. O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção. Rio de Janeiro: Forense Universitária p.97. WELCH, C; GERALDO, S. *Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.p.177.

Deve-se levar em consideração que houve casos de fazendeiros que concederam aos colonos terras localizadas fora dos cafezais, ou seja, “terras solteiras”. Estas extensões se mantinham localizadas em áreas distantes, exigindo dos colonos trabalho extra. Tais faixas de terras não possuíam fertilidade se comparadas àquelas que eram localizadas em terrenos elevados. “As terras utilizadas para o plantio de café eram férteis, localizadas em áreas altas, menos expostas a geadas” (STOLCKE, 1986, p.82).

Pela análise de matérias do Terra Livre, compreendemos que arrendatários do interior foram expulsos das propriedades e resistiram diante desta arbitrariedade. Diante das expulsões das terras que cultivavam, os arrendatários pediram ajuda aos departamentos das associações de trabalhadores. Para discutirmos as ações da referida categoria profissional, realizaremos uma breve discussão sobre a relação de arrendamento.

A relação de arrendamento entre os proprietários rurais e os trabalhadores rurais foi rara no interior paulista. Fazendeiros arrendavam suas terras para os trabalhadores cultivarem alimentos, em contrapartida os proprietários rurais recebiam dos arrendatários uma quantia anual pelo uso da terra.

Para entendermos o funcionamento da relação de trabalho baseada na prática do arrendamento, utilizamos como referência a experiência do geógrafo francês, Pierre Mombeig. Na perspectiva deste autor, os arrendamentos poderiam ser de pequenas quantias de terras, ou superfícies grandes, de aproximadamente 40 alqueires. “Caso o arrendatário não tivesse condições de desenvolver o cultivo da cotonicultura em um espaço elevado, o fazendeiro concedia ferramentas, sementes, defensivos etc”. (MONBEIG, 1984, p.285). O arrendatário pagava ao proprietário rural uma determinada soma financeira que variava conforme a quantia de terras utilizadas para o cultivo. As áreas utilizadas pelos arrendatários não eram aproveitadas pelos fazendeiros para cultivar o café, pois não tinham fertilidade abundante.

O regime de parceria era a relação de trabalho estabelecida no campo paulista somente em épocas que ocorriam geadas. Durante o período em que as árvores de café eram recuperadas, os colonos e seus familiares realizavam o cultivo de cereais em áreas cedidas pelos cafeicultores. Neste sentido, os colonos se tornavam parceiros e destinavam em torno de 30 a 40% da produção ao proprietário rural, como pagamento pela utilização das terras. Dependendo do acordo estabelecido no contrato, o parceiro deveria destinar 50% dos alimentos obtidos nas colheitas aos proprietários das terras. “Isto não quer dizer que a parceria substituiu o colonato, pois dois ou três anos após a geada, ou até menos, voltava-se novamente aos contratos de colonato” (PRIORI, 1996, p.24).

Grande parte das matérias concernentes às lutas de trabalhadores rurais paulistas descrevia que os envolvidos nas ações contra patrões eram constituídos majoritariamente por colonos. Porém, havia a existência de categorias profissionais diferenciadas no meio rural. Entender o funcionamento de relações de trabalho no campo paulista é uma questão importante para que no momento posterior possamos analisar as ações dos trabalhadores paulistas.

No campo paulista havia trabalhadores de diferentes categorias que se dedicavam às atividades cafeeiras. Grande parte dos trabalhadores rurais da lavoura cafeeira era colonos. Todavia, devemos levar em consideração que o cultivo do café contava com os serviços dos camaradas, funcionários que trabalhavam no transporte das sacas de café, na fiscalização dos serviços, na secagem e na armazenagem dos grãos. A exemplo dos colonos, os camaradas foram funcionários importantes para o desenvolvimento da cafeicultura no interior paulista.

Entre os camaradas havia aqueles que trabalhavam como administradores, ou seja, profissionais que exerciam as funções dos cafeicultores na gerência do processo de trabalho. O proprietário rural dava poderes aos administradores para realizar a contratação, a demissão de colonos e a fiscalização das atividades cafeeiras. É importante considerarmos que havia diferença entre os camaradas especializados e os camaradas volantes. Os trabalhadores pertencentes à primeira categoria exerciam as funções de feitor, de tratorista, de carroceiro, cocheiro dentre outras. Já aqueles que pertenciam à segunda categoria “eram responsáveis por quebrar milho, capinar as plantações de café” (SALLUM JR, 1985, p. 105), tarefas que não estavam sob a responsabilidade de colonos, como roçar pastos, consertar caminhos, movimentar café no terreiro. Segundo Sallum Jr:

Entre estes últimos, distinguiam-se os carreiros, que lidavam com carros ou carretas de boi, os carroceiros, que trabalhavam com carroças puxadas com burro, os cocheiros que cuidavam do serviço da cocheira, e outros especialistas que podiam surgir como frutos das necessidades da fazenda (SALLUM JR, 1982, p.105).

O camarada enquadrado na categoria de especialista poderia desempenhar outras funções como, por exemplo, debulhar milho no paiol em dias chuvosos.

Entendemos que havia uma característica que diferenciava os camaradas. Aqueles que eram casados recebiam além do salário mensal, lenha, leite, fubá e café. “Os casados moravam em casas isoladas, localizadas perto das benfeitorias centrais da fazenda, (terreiro, paiol, galpão e cocheira etc.) ou, então, às vezes em uma casa vaga de alguma colônia” (SALLUM JR, 1982, p. 104). Todos os camaradas solteiros moravam em uma casa e

recebiam a comida preparada por um cozinheiro contratado pelo patrão. Já as refeições dos camaradas casados eram preparadas pelas esposas. Os camaradas diaristas recebiam remuneração por dia de trabalho, enquanto que os mensalistas recebiam por mês trabalhado.

3.2. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais

As paralisações das atividades nas fazendas, Monte Alegre Pau d' Alho, Santa Rosa e Santa Augusta, do município de Marília-SP, organizadas por 130 famílias de colonos foram interpretadas pelo jornal como lutas sociais para exigir dos patrões o pagamento do salário mensal. A greve teve início no dia 1º de fevereiro de 1963 e terminou no dia 8 do referido mês. O periódico se preocupou em transmitir aos seus leitores a mensagem de que as lutas sociais dos colonos contaram com a solidariedade do Sindicato de trabalhadores da construção civil do município de Marília. Partindo desta premissa, os jornalistas procuraram sustentar a tese de que estaria em curso, no município de Marília, uma aliança operário-camponesa em prol da realização de uma revolução de cunho democrático-burguês. No entanto, devemos realizar uma importante ressalva. Enfatizamos que os comunistas consideravam o operariado a única classe que deveria liderar o processo revolucionário. Para os pecebistas, os camponeses não tinham tradição política no que concerne à mobilização e à ação política.

Na versão do Terra Livre, o acordo realizado entre o presidente da associação, cujo nome não foi informado, o fazendeiro havia delimitado que cada colono receberia 400 cruzeiros por 08h de trabalho, e 4.500 cruzeiros pelo trato de mil pés de café, descanso semanal remunerado e férias. “Na Fazenda Pau d’Alho, os diaristas passariam a receber 12 mil cruzeiros, incluindo o desconto de 33 por cento, cobrado pelo patrão para habitação e luz. Na Fazenda Santa Rosa e Santa Augusta, os colonos conseguiram aumento de 2500, para 3500 cruzeiros pelo trato de mil pés de café”¹⁰⁵.

O Terra Livre elegeu a “Polícia Local” e o “Sindicato dos Padres”, como inimigos das ações grevistas desencadeadas nas fazendas descritas anteriormente. Portanto, ambos os segmentos sociais foram classificados pelo jornal, como “farinha do mesmo saco”. Pela utilização deste termo, o jornal procurou despertar nos leitores o sentimento de repulsa em relação aos grupos mencionados. Entendemos que a igreja católica e os latifundiários foram

¹⁰⁵ Movimento Grevista em Marília obtém importantes conquistas. TL, ano XIV, nº 120, São Paulo, março de 1963, p.8.

caracterizados pelo periódico como membros de uma mesma classe social, oposta à classe constituída por trabalhadores rurais.

O Terra Livre trabalhou na construção de representações de mundo acerca do sindicato de orientação católica de Marília, caracterizando-o como organismo que atuou em defesa dos patrões do município de Marília, contra a iniciativa dos trabalhadores rurais em desenvolver lutas pelo direito de receber o salário-mínimo. Ao eleger o sindicato católico como inimigo das lutas dos trabalhadores, os jornalistas consideraram ilegítimas as atividades exercidas por esta entidade camponesa. A construção desta representação reflete a estratégia do corpo editorial, de impedir o aumento do círculo de influência da igreja sobre os camponeses, por meio dos sindicatos constituídos pela Fecoesp. Esta entidade foi constituída pela Igreja Católica, em 1961, para fundar associações de trabalhadores rurais em todo o Estado de São Paulo e assim estimular a sindicalização dos camponeses paulistas. “Através de um documento elaborado pelos bispos de São Paulo a Igreja Católica passa a conceder apoio ao projeto de revisão agrária do Governador Carvalho Pinto” (BARROS, 1986, p.103).

Segundo a concepção do Terra Livre, o sindicato local, de orientação da Fecoesp tinha como finalidade entravar as lutas camponesas na cidade de Marília. A partir da análise deste caso, entendemos que o jornal camponês procurou levar ao conhecimento de seus leitores as lutas envolvendo comunistas e católicos pela representação dos camponeses. Portanto, a disputa pelo direito de agir e falar em nome do campesinato paulista teve espaço nas páginas do periódico.

Ao descrevermos que o sindicato de orientação da Fecoesp foi desqualificado pelo Terra Livre, surgiu a necessidade de entendermos as funções exercidas pela primeira instituição. Portanto, levamos em consideração que a federação de orientação católica foi constituída pela Igreja Católica, para lutar pelo monopólio da representação do campesinato. Esta organização teve como principal função coibir a influência do comunismo sobre os trabalhadores rurais em municípios do interior paulista. Na região da Alta Paulista, a diocese de Marília teve papel fundamental na constituição de associações de trabalhadores rurais, visando barrar o projeto de sindicalização desenvolvido pela Ultab em nível local.

Os comunistas e a Igreja Católica lutavam pelo direito de falar e agir em nome do campesinato do Estado de São Paulo. Por ser órgão de orientação comunista, utilizado para estimular a mobilização dos trabalhadores rurais, o Terra Livre estigmatizou o sindicato de orientação Católica, descrito na reportagem¹⁰⁶. Portanto, o periódico trabalhou com a

¹⁰⁶ Não temos informações sobre o período em que este sindicato foi constituído pela diocese de Marília.

dualidade bem x mal na reportagem descrita anteriormente. A associação de orientação comunista foi retratada enquanto força do bem, cuja função era a de proteger os trabalhadores rurais dos malefícios causados pelos latifundiários. Já o sindicato de orientação católica foi considerado pelo jornal força do mal, responsável por impedir os lavradores de lutarem pelos seus direitos.

Entender a relação entre Igreja Católica e a Ultab foi importante para compreendermos que a disputa envolvendo estas entidades foi divulgada pelo periódico. Se no Estado do Paraná foram organizadas frentes agrárias para barrar a influência dos comunistas entre os trabalhadores rurais, no Estado de São Paulo foram constituídos círculos operários para esta tarefa¹⁰⁷.

“Foi criada em 1961 a Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo (Fecoesp), sendo esta entidade composta por leigos, que procuravam conceder apoio ao associativismo cristão” (BARROS, 1986, p.103). Por meio desta organização, a Igreja passou a estimular no interior paulista a organização e mobilização dos trabalhadores rurais sob a forma de associações. As associações de trabalhadores rurais foram constituídas diante da necessidade da igreja católica de impedir o contato dos trabalhadores rurais com os comunistas. A igreja teve medo de perder os lavradores como aconteceu com o operariado.

O sindicato descrito na reportagem foi constituído pela Igreja Católica com a finalidade de barrar, em nível local, a influência da Ultab, que atuava junto aos trabalhadores rurais marilienses, mobilizando os mesmos na luta por melhores condições de trabalho e por direitos como salário-mínimo e 13º salário.

“Grupos marianos foram constituídos por leigos pertencentes a uma determinada diocese” (BARROS, 1986, p.103). Nas palestras, os membros dos grupos marianos procuravam conscientizar os lavradores que o comunismo deveria ser combatido por meio de associações de trabalhadores rurais constituídas pela Igreja Católica. Ao fundar uma associação num determinado município, o círculo se retirava e se direcionava a outra cidade, e assim se realizavam outras palestras, e sucessivamente em outros municípios.

A constituição de associações civis no meio rural paulista reflete a estratégia da Igreja Católica de impedir a luta pela Reforma Agrária. Para a Igreja, as associações comunistas incentivavam os lavradores a exigirem do Estado a distribuição das propriedades rurais. Os clérigos entendiam que a Reforma Agrária ameaçava o direito natural à propriedade

¹⁰⁷ Sobre a questão da Frente Agrária Paranaense (FAP), ver o livro. PRIORI, A. *O Protesto do Trabalho: História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná. (1954-1964)*. Maringá: Eduem, 1996.

privada¹⁰⁸. Entretanto, os sindicatos de orientação da Ultab não orientavam os camponeses a lutar pela Reforma Agrária. Como podemos observar, os sindicatos comunistas conscientizavam os camponeses a lutar por reivindicações imediatas, como direito ao sindicato, ao salário-mínimo, descanso semanal remunerado, dentre outros.

A atuação da Fecoesp na fundação dos sindicatos, nos mostra que o campo paulista não foi um espaço caracterizado apenas pela atuação dos comunistas. Os sindicatos constituídos pela Ultab direcionavam suas atividades junto aos trabalhadores assalariados e semiassalariados no interior paulista. Diferentemente dos sindicatos dirigidos pelos comunistas, os trabalhos desenvolvidos pelos sindicatos de orientação católica eram direcionados aos pequenos produtores rurais. Entretanto, as associações fundadas por leigos vinculados às dioceses modificaram suas formas de atuação no campo. A Igreja entendia que os trabalhos associativistas não deveriam ficar restritos aos pequenos proprietários, portanto, a referida instituição demonstrou interesse em organizar e sindicalizar os assalariados rurais. Segundo Barros:

O trabalho associativista da FECOESP se desenvolveu mais intensamente entre os pequenos produtores, devido aos vínculos que uniam estes a igreja. Tais vínculos comportavam a satisfação de mútuos interesses: por um lado, o interesse material de muitas paróquias que podia ser suprido pelos pequenos produtores de diversas formas, e, por outro lado, a preocupação desses trabalhadores em ser integrados e reconhecidos nas comunidades locais, o que era possível através das diversas atividades sócio-culturais desenvolvidas pelas paróquias. Num segundo momento, a FECOESP buscou atingir os assalariados, com a preocupação em agir de forma moderada, evitando os conflitos sociais e sempre procurando estabelecer acordos nas questões trabalhistas. Contudo, essa conduta não encontrava muito eco entre os assalariados, á medida que suas reivindicações básicas esbarravam na intolerância dos empregadores e eram, em boa parte, descaracterizados pelas atitudes de acomodação da FECOESP frente às entidades patronais (BARROS, 1983, p.107-108).

O PCB considerou que a formação de associações de trabalhadores rurais era importante para organizar e mobilizar os trabalhadores rurais na luta por direitos. Partindo desta premissa, o partido utilizou a Ultab para apoiar a criação de sindicatos em cidades do interior paulista. Inúmeras entidades sindicais foram constituídas pelos comunistas em municípios do Estado de São Paulo. Ao fundar entidades sindicais, o PCB esperava exercer influência sobre os trabalhadores rurais. Os pecebistas entendiam que a sindicalização era boa oportunidade para conquistar a confiança dos trabalhadores e mobilizá-los para a realização

¹⁰⁸ Sobre a concepção da Igreja Católica no que concerne à Reforma Agrária. Ver: SIGAUD, D. G.P; MAYER, D.A; OLIVEIRA, P. C. de; FREITAS, L. *Reforma Agrária- A Questão de Consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1962, p.1.

da Revolução de cunho Democrático-Burguês. Orientar os camponeses paulistas na realização de manifestações grevistas foi o método adotado pela militância do PCB, na tarefa de estreitar os laços com os camponeses no interior paulista.

A Igreja Católica constituiu associações de lavradores em cidades do interior paulista sob influência da encíclica *Mater Et Magistra*. A organização dos camponeses paulistas, sob a forma de entidades sindicais católicas, foi ao encontro da encíclica publicada pelo Papa João XXIII no dia 15 de maio de 1961. O documento assinado pelo Pontífice estabeleceu que os trabalhadores rurais deveriam ser organizados sob a forma dos sindicatos ou associações profissionais.

A Fecoesp, braço da Igreja, constituiu inúmeras associações de trabalhadores rurais no interior do Estado de São Paulo para depois transformá-las em sindicatos. Pela mobilização e pela organização dos lavradores, a Igreja Católica buscou manter relação de proximidade com os camponeses com o intuito de barrar a influência dos comunistas no campo. O clero temia que as idéias comunistas influenciassem os trabalhadores. O socialismo foi considerado pelos clérigos, como doutrina que ameaçava a família e os valores cristãos. A formação de sindicatos de orientação católica reflete o medo que a Igreja tinha do comunismo penetrar no campo.

O jornal *Terra Livre* considerou as greves, recursos utilizados pelos trabalhadores rurais, pois os patrões não manifestaram interesse em negociar com os membros de sindicatos. As tentativas de negociações foram meios encontrados pelos trabalhadores rurais para exigir seus direitos. Os lavradores procuraram negociar com os fazendeiros, com o objetivo de evitar a paralisação das colheitas. O periódico considerou os colonos da fazenda de café Califórnia, no município de Inúbia Paulista, agentes sociais que manifestaram interesse em dialogar com o fazendeiro Max Wirth para reivindicar aumento salarial. O *Terra Livre* qualificou o fazendeiro como sujeito que recusou a atender a solicitação proposta por seus funcionários, razão pela qual os lavradores paralisaram a colheita de café. Era comum, os patrões se recusarem a pagar o salário-mínimo aos funcionários. A greve realizada pelos lavradores fez com que o fazendeiro realizasse o pagamento de 1.390 mil cruzeiros a aproximadamente 56 famílias.¹⁰⁹

O *Terra Livre* denunciou a demissão de lavradores envolvidos em manifestações grevistas; o periódico buscou chamar a atenção de seus leitores, que membros de associações de trabalhadores foram presos pela polícia. Na reportagem acima foi relatado que as famílias

¹⁰⁹ A associação dos trabalhadores rurais de Adamantina foi constituída no dia 20 de julho de 1962. Mais organizações Camponesas. Ver: TL, ano XIII, n° 114, São Paulo, setembro de 1962, p.6.

envolvidas na greve foram demitidas e que o líder camponês, Orlando Vicente, foi preso por praças. Era comum em greves, os fazendeiros contar com o apoio de policiais para impedir que as paralisações das atividades prosseguissem. A polícia era deslocada da cidade para áreas rurais com o intuito de impedir a continuação das greves. Os policiais realizavam a prisão de trabalhadores grevistas e de líderes de sindicatos para impedir a organização de greves em outras fazendas. As associações constituídas pela Ultab sofreram com a repressão, cometida por praças, portanto entendemos que a polícia estava a serviço dos latifundiários para impedir a atuação dos dirigentes sindicais junto aos trabalhadores rurais na organização dos movimentos grevistas.

O objetivo do periódico foi o de exercer sobre seus leitores o poder de crença de modo que aceitassem passivamente a representação de que ação conjunta, envolvendo os colonos e a associação, havia repercutido em toda a região de Marília, não apenas no município de Adamantina e que estimulou os demais trabalhadores desta localidade a realizar paralisações. O jornal procurou destacar que a intervenção da organização mencionada se mostrou eficaz na resolução do impasse. Padres do município de Adamantina que dirigiam um sindicato de orientação da Fecoesp foram rotulados pelo jornal como “reacionários”, que procuraram desmoralizar a luta política desta associação camponesa¹¹⁰. Nesta perspectiva, o Terra Livre buscou despertar nos leitores o sentimento de que o único objetivo da Igreja Católica era o de entravar as lutas por direitos trabalhistas e de atuar em defesa dos latifundiários do município de Adamantina. Portanto, o objetivo do jornal foi o de eleger os comunistas como os verdadeiros defensores da classe trabalhadora no meio agrário, com a finalidade de aproximar os lavradores dos militantes pecebistas, que exerciam cargos na direção das associações constituídas pela Ultab.

Com a aprovação da Portaria 209-A¹¹¹ no mês de maio de 1962, o Ministério que era chefiado por André Franco Montoro passou a reconhecer sindicatos de trabalhadores rurais. “O Ministro era membro do Partido Democrata Cristão, favorecia sindicatos de influência da Igreja Católica” (COSTA, 1996, p.98). A Fecoesp passou a lutar pelo reconhecimento das associações bem como a Ultab. A Igreja Católica queria obter controle sobre a Confederação de Trabalhadores Agrícolas que fosse constituída. Grande parte dos sindicatos reconhecidos,

¹¹⁰ Fazenda Califórnia pagou mais de 1 milhão de indenização. TL, ano XIII, n° 116, novembro de 1962.

¹¹¹ De acordo com a portaria aprovada pelo Ministro André Franco Montoro, foi regulamentada a sindicalização dos homens do campo em quatro grupos profissionais diferentes no campo. 1° grupo: Trabalhadores na lavoura - assalariados, parceiros, autônomos, 2° grupo: trabalhadores na pecuária e similares, 3° grupo: trabalhadores na produção extrativa rural, 4° grupo: empregados na administração. Estas informações foram extraídas da obra. COSTA, L.F.C. *O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, p.95.

em cidades do interior paulista, era de orientação católica. Portanto, entre estas duas entidades houve luta pelo reconhecimento dos sindicatos, visando desta forma obter o controle da Confederação de Trabalhadores Agrícolas, no período quando fosse constituída.

O Jornal elegeu a Associação dos trabalhadores rurais do município de Marília¹¹² como a legítima representante dos lavradores, por ter exercido papel fundamental na organização do movimento grevista. Não foi mencionado pelo periódico o período de duração da greve. Porém, o jornal esclareceu os leitores que os trabalhadores conquistaram por meio da paralisação o direito de receber o salário-mínimo.

O Terra Livre atuou na conscientização de seus leitores, explicando-lhes que as mobilizações dos trabalhadores rurais sob a forma de associações e de comissões nas fazendas impediriam as expulsões das famílias terras. Nestes termos, estes argumentos estimulavam os camponeses a constituir entidades sindicais. Num primeiro momento, o jornal enfatizou que os lavradores deveriam constituir comissões em fazendas, para que num momento posterior, transformassem tais entidades em associações de trabalhadores rurais.

O jornal comunista não foi responsável apenas por noticiar lutas de trabalhadores rurais pelo direito de receber o salário-mínimo, 13º salário, férias anuais remuneradas. Em uma reportagem, o periódico realizou a cobertura de uma manifestação de trabalhadores pelo direito de participarem de atividades sindicais. Os trabalhadores da Usina Nova América, em 1962, decretaram paralisação das atividades¹¹³. Por meio da greve, os funcionários lutaram pelo direito de participar das atividades da Associação Profissional dos Trabalhadores da Alimentação. As associações profissionais dos trabalhadores da alimentação, como a que foi citada, eram entidades sindicais voltadas à defesa dos direitos dos funcionários de Usinas, independentemente de estes trabalharem na lavoura ou dentro da indústria. As paralisações foram meios utilizados pelos camponeses para lutar pelo direito de participar dos sindicatos em cidades do interior paulista, pois estes agentes sociais entendiam que tais organizações trabalhavam em defesa dos direitos trabalhistas.

O jornal classificou a greve como ato que não teve apenas a participação dos funcionários da usina.

O movimento que teve início dia 14 último, com os operários da Usina, recebeu logo a seguir o apoio dos assalariados das lavouras açucareira, de café, algodão e milho.

¹¹² A associação dos trabalhadores agrícolas do município de Marília foi constituída no dia 18 de dezembro de 1960. No ato compareceram representantes de organizações de municípios vizinhos, de vereadores, do padre local, e de Nestor Vera, diretor da Ultab. TL, São Paulo, ano XII, nº96, janeiro de 1961, p.4.

¹¹³ Usina Nova América: Greve vitoriosa em Assis incentiva Novas Lutas. TL, ano XIII, nº111, São Paulo, junho de 1962. p.1.

Ainda no terreno da solidariedade, destacou-se a presença de vários dirigentes sindicais da capital, e do deputado Luciano Lepera e da Delegação da Associação dos Ferroviários da Sorocabana¹¹⁴.

Esta matéria foi publicada pelo Terra Livre para comunicar os leitores que os lavradores paulistas tinham dificuldades de participar das reuniões nos sindicatos, pois os fazendeiros procuraram impedir a sindicalização dos camponeses. O jornal elegeu a prática dos patrões, como mecanismo de os latifundiários coíberem a luta dos camponeses por direitos. Com a publicação da referida notícia, os editores procuraram estimular os lavradores a lutar pelo direito de se tornarem membros dos sindicatos, caso fosse desrespeitado pelos patrões. As ações de policiais e de jagunços armados buscavam impedir os homens do campo de participar das atividades das associações constituídas pela Ultab. No interior paulista, a polícia utilizou a repressão para coibir a ação dos sindicatos. Desta forma, os praças procuravam impedir as lutas dos trabalhadores por reivindicações. Além de lutar contra as associações concebidas pela Fecoesp pela representação dos camponeses paulistas, as associações de trabalhadores rurais de orientação comunista tinham que lidar com a coação no campo. Os sindicatos constituídos pelos comunistas¹¹⁵ foram alvos da ação policial no interior paulista, pois eram dirigidas por militantes pecebistas e por incentivar os camponeses a paralisarem as atividades. A repressão policial aos sindicatos eram obstáculos que os comunistas tiveram que contornar para exercer as atividades no meio rural junto aos camponeses.

3.3. As Greves

Os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo desenvolveram lutas políticas pelo direito de receber o salário-mínimo, seja por meio de ações judiciais ou por meio de manifestações grevistas.

Na análise do jornal, o município de Marília, localizado na região da Alta Paulista era uma importante zona cafeeira do Estado de São Paulo. Entretanto, o Terra Livre procurou chamar a atenção de seus leitores que, em Marília, cerca de 14 famílias de tarefeiros da Fazenda Santa Rosa e da Fazenda Santa Ângela viviam em condições difíceis, pois não teriam recebido o salário-mínimo. O jornal relatou que tais famílias de trabalhadores paralisaram as

¹¹⁴ Usina Nova América: Greve vitoriosa em Assis incentiva Novas Lutas. TL, ano XIII, nº 111, São Paulo, junho de 1962, p.1.

¹¹⁵ Não conseguimos identificar se os sindicatos de orientação da Fecoesp sofreram ações repressivas por parte das delegacias de polícia no interior paulista.

atividades agrícolas entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 1963 para exigir do patrão o pagamento do salário-mínimo.

O Terra Livre procurou levar ao conhecimento de seus leitores que os grevistas das fazendas mencionadas anteriormente passaram a receber salário-mínimo. Neste sentido, o periódico caracterizou a atuação conjunta da Associação de Trabalhadores Rurais do município de Marília com os trabalhadores da fazenda como vitoriosa. Era comum o periódico caracterizar as atuações conjuntas dos lavradores e das associações de trabalhadores rurais como ações vitoriosas. Neste sentido, o jornal incentivou os homens do campo a lutar por direitos trabalhistas. Tais atuações foram entendidas pelo Terra Livre como indícios de que os lavradores se mostraram interesse de participar das atividades sindicais.

As famílias que trabalhavam na carpa recebiam cerca de 1.800 cruzeiros por dia de trabalho, no período de 10h diárias. O Terra Livre concedeu publicidade à atuação dos líderes camponeses que exigiam do patrão, por meio de negociação, aumento da remuneração mensal. Grande parte das lideranças camponesas, que atuaram na negociação com fazendeiros, era constituída por dirigentes de entidades sindicais e foram procurados por trabalhadores rurais. Apesar de grande parte dos líderes serem oriundos de áreas urbanas, ressaltamos que havia lideranças de origem camponesa.

Segundo a ótica do Terra Livre, líderes camponeses eram pessoas com bons sentimentos, que trabalhavam em defesa dos direitos trabalhistas, ao contrário dos fazendeiros, que foram retratados pelo periódico como indivíduos que exploravam os empregados. Ao mencionar a participação de dirigentes de sindicatos em defesa dos lavradores, o Terra Livre procurou qualificá-los como agentes sociais capazes de mobilizar os trabalhadores pela realização de uma Revolução Camponesa.

As manifestações grevistas divulgadas pelo periódico eram ações sociais realizadas pelos trabalhadores rurais para exigir dos patrões o pagamento do salário-mínimo. As associações de trabalhadores rurais exerceram papel fundamental na organização das greves. Os lavradores procuravam os sindicatos para reivindicar dos patrões o salário. Em contrapartida, os membros das entidades sindicais exerceram papel fundamental na organização das paralisações das atividades agrícolas, principalmente da colheita do café. Os líderes sindicais explicavam e orientavam os camponeses que as greves eram importantes formas de lutas sociais para exigir dos patrões o pagamento da remuneração mensal. O Terra Livre destaca o papel exercido pelas lideranças camponesas na organização e na condução das greves. Com a divulgação de ações grevistas, os jornalistas procuravam conscientizar os trabalhadores rurais que a paralisação das atividades era luta por direitos.

As greves eram momentos em que os trabalhadores rurais exerceram pressão sobre os patrões, visando à conquista de direitos trabalhistas como o salário-mínimo. O trabalho com as manifestações grevistas noticiadas pelo Terra Livre, nos possibilita entender que os camponeses paulistas eram agentes sociais capazes de desenvolver lutas políticas na busca pelos seus direitos. Com a paralisação das atividades, os lavradores conquistavam o direito de receber salário-mínimo. A participação dos sindicatos na condução dos movimentos grevistas foi estratégia adotada pelos comunistas, para o PCB conquistar a representatividade entre os camponeses. Trata-se de uma tarefa difícil analisar se houve influência do periódico na realização das greves. Porém, ressaltamos que o referido meio de comunicação incentivou os lavradores a paralisarem a colheita, visando à conquista do salário-mínimo.

As reportagens sobre as greves realizadas por trabalhadores rurais do Estado de São Paulo nos possibilitam entender que as relações entre patrões e empregados nas fazendas eram conflituosas. Os proprietários rurais não realizavam o pagamento do salário-mínimo e desrespeitavam os direitos dos trabalhadores.

O jornal enfatizou que os trabalhadores rurais da Fazenda Jacutinga eram agentes sindicalizados, ou seja, filiados à associação dos trabalhadores rurais de Garça - SP. A organização do movimento grevista na referida fazenda para reivindicar o salário-mínimo foi interpretada pelo periódico, como exemplo de luta política. O Terra Livre mencionou o apoio do prefeito e dos vereadores do município de Garça ao movimento grevista, para defender a tese de que as lutas políticas no campo paulista contaram com o apoio e a solidariedade de segmentos sociais.

A veiculação de notícias em que os trabalhadores grevistas contaram com o apoio de autoridades políticas, como a que foi mencionada na reportagem, foi estratégia utilizada pelos jornalistas para qualificar os trabalhadores rurais como força política local, capaz de desenvolver lutas camponesas. Porém, observamos que a adesão de políticos às lutas dos camponeses, nos permite compreender que tais agentes lutavam em nível local pela representação dos trabalhadores rurais, visando obter parcelas eleitorais, capazes de elegê-los nas eleições que viessem a concorrer.

“Nos dias em que as manifestações foram realizadas, os camponeses percorreram o comércio local e pediram ajuda”¹¹⁶. Os comerciantes foram designados como agentes sociais que se solidarizaram com a luta dos grevistas, por terem levado alimentos aos grevistas à sede do sindicato.

¹¹⁶ Derrotados os patrões na Fazenda Jacutinga. TL, ano XIII, nº 114, setembro de 1963, p.3.

O Estado também atuou na tentativa de resolver os impasses entre patrões e empregados. O jornal concedeu visibilidade à atuação do “Estado” na resolução do conflito descrito anteriormente. Na análise do periódico, o Delegado Regional do Trabalho de Bauru, Dr. Carlos Gomes, exerceu a função representante da Justiça Trabalhista ao ter organizado uma mesa-redonda. A associação de trabalhadores rurais foi entidade que exerceu papel fundamental na resolução do impasse, pois convocou a realização da mesa-redonda. Como podemos observar, os sindicatos exerceram tarefa fundamental ao convocar a realização de mesas-redondas, pois trabalhavam em defesa dos lavradores na luta por direitos. Estas reuniões eram oportunidades que os trabalhadores e os líderes sindicais tinham para negociar e dialogar com os patrões, visando à defesa das reivindicações dos grevistas.

Conforme foi relatado pelo jornal, a reunião contou com a presença do fazendeiro Sebastião Simões Carvalho e dos trabalhadores Cícero Belo Torres, Francisco Caetano. O patrão foi retratado pelo periódico como sujeito que não teve interesse em dialogar com os grevistas. Neste sentido, o Terra Livre elegeu o fazendeiro como inimigo dos lavradores a exemplo dos demais proprietários rurais brasileiros.

Nesta reunião foram debatidas questões relacionadas às reivindicações dos trabalhadores, atendidas na seguinte ordem:

- (1) Aos empregados mensalistas fica assegurado o salário mensal de 7000 cruzeiros sobre o qual não incidirá desconto de qualquer natureza.
- (2) Para complementar o salário-mínimo previsto em lei, o empregador fornecerá aos empregados habitação, lenha café, transporte, e a cota de 25 watts de luz para cada habitação.
- (3) A assistência médica será oferecida pelo empregador correndo por conta do empregado a despesa de transporte do médico, quando a visita for domiciliar.
- (4) Aos diaristas, fica assegurada a diária de 240 cruzeiros, ou seja, 7.200 cruzeiros mensais, gozando dos mesmos direitos dos mensalistas.
- (5) Aos empregados menores, fica assegurado o salário correspondente a 50 por cento do salário-mínimo em vigor na região.
- (6) Todos os descontos, apenas incidirão ao chefe de família, ficando aos demais membros da família, assegurados o salário integral.
- (7) Aos trabalhadores fica assegurado o descanso semanal remunerado.
- (8) Aos colonos e meeiros, fica assegurado o salário diário 249 cruzeiros, quando chamados para serviços diários.
- (9) Aos trabalhadores, ficam o gozo anual de férias, pagas de acordo com a lei e o salário vigente.
- (10) O empregador se obriga a proceder a reformas nas casas que fornece aos trabalhadores.
- (11) Os trabalhadores não serão dispensados por participação no movimento de paralisação, ficando, todavia, assegurado ao empregador, o direito de demitir empregado desde que pague os direitos garantidos em lei.
- (12) Aos trabalhadores diaristas e mensalistas, fica assegurada, a jornada de 8 horas de trabalho¹¹⁷.

¹¹⁷ Derrotados os patrões na Fazenda Jacutinga. TL, ano XIII, nº 114, setembro de 1963, p.3.

Ao analisarmos as conquistas dos lavradores acima, entendemos que as mesmas se deram num período de vigência do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de autoria do deputado Fernando Ferrari¹¹⁸. Os direitos garantidos pelos trabalhadores rurais da Fazenda Jacutinga, como salário-mínimo, descanso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, jornada de trabalho de 08h diárias e direito de os trabalhadores menores receberem metade da remuneração estavam legitimados pelo Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), legislação trabalhista promulgada pelo “Estado brasileiro” no dia 02 de março de 1963¹¹⁹.

De acordo com o nosso entendimento, a justiça concedeu por meio da DRT, ganho de causa com base na legislação estendida ao campo, ou seja, com base no Estatuto do Trabalhador Rural¹²⁰.

Entretanto, devemos ressaltar que mesmo no período anterior à promulgação do Estatuto, a Justiça do Trabalho era acionada no Estado de São Paulo e, em diversos casos, concedeu ganho de causa aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, entendemos que a extensão da legislação social trabalhista no campo não minimiza a importância das ações sociais dos trabalhadores na luta por direitos.

Com a aprovação da ETR, os lavradores passaram a ter direito ao salário-mínimo, férias e aviso-prévio, previdência, sindicato e direito dos filhos dos trabalhadores receberem 50% do salário em vigor etc. “Direitos garantidos pela CLT que nunca eram respeitados pelos patrões” (PRIORI, 1996, p.13).

As ações judiciais e manifestações grevistas noticiadas pelo jornal foram ações promovidas pelos trabalhadores rurais, pois os patrões não respeitavam os direitos trabalhistas garantidos pela CLT, como férias anuais remuneradas, 13º salário, salário-mínimo, direito a previdência etc. Os camponeses reivindicavam o cumprimento destes direitos, seja pelas

¹¹⁸ Caio Prado Jr desenvolveu uma análise acerca da legislação social-trabalhista existente no país. Este historiador marxista enfatizou que a tal legislação mostrou ser ineficaz ao ser aplicada no campo brasileiro. Concebida segundo este teórico, com base nas relações de produção da cidade e não do campo. Não deveria simplesmente ser estendida aos trabalhadores rurais, pois foi elaborada de acordo com as atividades urbanas, industriais e do comércio em que vigorava o trabalho puramente “assalariado”. Na perspectiva de Prado Jr, deveria ser entendida uma legislação social-trabalhista ao campo, levando em consideração a diversidade das relações de trabalho, de modo que os patrões não tivessem condições de cumprir com suas obrigações. Este autor também faz uma ressalva: deveria segundo a sua concepção, ao ser entendida, impedir que os trabalhadores rurais fossem expulsos das terras em que realizavam o cultivo de alimentos. Neste sentido, deveria restringir o avanço do plantio de capim em cidades do interior paulista. PRADO JR, C. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Revista Brasiliense, V.47, p.1-9.

¹¹⁹ Estatuto do Trabalhador Rural. Lei nº4.204 de 02 de março de 1963.

¹²⁰ Não discutiremos os pormenores desta legislação trabalhista aprovada. Sobre a Questão de o ETR ver: PRIORI, A. *O Protesto do Trabalho; História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais no Norte do Estado do Paraná (1954-1964)*. Maringá: Eduem, 1996.

paralisações de atividades agrícolas ou pelas ações impetradas na justiça trabalhista. ”O fato é que o Sindicato incentivou os trabalhadores a impetrarem na justiça ações contra os seus patrões” (PRIORI, 1996, p.28). Os sindicatos tinham departamentos jurídicos que contavam com a participação de advogados, responsáveis por impetrar processos contra os fazendeiros, caso os trabalhadores necessitassem.

Ao analisar as manifestações grevistas e as ações trabalhistas impetradas pelos trabalhadores rurais na Justiça do Trabalho no Norte do Estado do Paraná, Ângelo Priori argumenta que estas foram formas de protestos sociais postas em prática contra o não cumprimento da legislação trabalhista existente (PRIORI, 1996, p.13). As greves e os processos impetrados pelos trabalhadores rurais paulistas foram formas de protesto social, ou seja, resistência promovida contra a exploração dos patrões, visando à defesa dos direitos trabalhistas.

Para Edward Palmer Thompson, as classes sociais em determinadas conjunturas históricas forjam suas próprias formas de lutas contra a opressão sofrida (THOMPSON, 1998, p.26). As paralisações das atividades agrícolas e os processos impetrados na justiça do trabalho foram meios encontrados pelos trabalhadores rurais do interior paulista para lutarem contra a opressão sofrida no campo na conjuntura em que se encontravam, já que os patrões desrespeitavam os direitos trabalhistas.

A Justiça Trabalhista era acionada pelos trabalhadores rurais para reivindicar seus direitos. Neste sentido, entendemos que as lutas dos camponeses pelos benefícios da legislação trabalhista não se restringiam apenas à realização de paralisações das atividades. Os sindicatos citados nas reportagens do Terra Livre eram organizações constituídas sob a égide da Ultab e trabalhavam em defesa dos direitos dos lavradores. Os camponeses procuravam tais organizações e pediam orientação sobre a forma como deveriam agir para garantir os benefícios da CLT. As sedes de tais organismos eram locais em que os líderes sindicais orientavam os camponeses a impetrar ações na justiça do trabalho. O PCB deslocou militantes com experiência em atividades sindicais no meio urbano para atuar como dirigentes de associações no meio rural. Cada associação do interior paulista possuía um departamento jurídico, que contava com os trabalhos de um advogado. Os advogados das organizações sindicais eram militantes comunistas que trabalhavam como voluntários na formulação de ações judiciais.

Ao divulgar a conquista obtida na justiça pelos trabalhadores rurais, o Terra Livre legitimou a representação perante seu público de que os trabalhadores rurais da Fazenda

Jacutinga eram agentes políticos, que deixaram a condição de marginalizados e subalternizados.

O caso da Fazenda Jacutinga foi um exemplo de que o Terra Livre concedeu destaque à participação da esfera do “Estado” na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, atuando por meio da Justiça do Trabalho. Entretanto, devemos fazer uma importante consideração “A imprensa comunista sempre deu destaque ao reconhecimento de direitos trabalhistas pelo poder judiciário” (MEDEIROS, 1995, p.243). Portanto, enfatizamos que este não foi um caso isolado em que houve a participação do “Estado” como mediador de conflitos envolvendo fazendeiros e trabalhadores rurais.

O jornal construiu a imagem de que os trabalhadores grevistas deixaram a condição de explorados pelo fazendeiro Sebastião Simões Carvalho, e que assumiram posição de membros de uma força política camponesa local muito importante.

Sob a ótica dos editores do jornal, os lavradores do município de Vera Cruz, pertencente à região da Alta Paulista, estavam desenvolvendo lutas camponesas em inúmeras fazendas pelo direito ao salário-mínimo. “As lutas dos trabalhadores rurais do município de Vera Cruz deixaram “furiosos” os latifundiários, que queriam fechar a organização camponesa”¹²¹. Por meio da utilização do referido termo, os editores procuraram dar efeito simbólico à mensagem, tendo em vista legitimar a representação de que os fazendeiros de Vera Cruz mantinham posições contrárias às atividades do sindicato¹²². Sob a ótica do periódico, os lavradores impediram o fechamento da entidade sindical citada. O jornal interpretou esta ação como forma de luta política, a exemplo da luta por direitos trabalhistas, como salário-mínimo e 13º salário. Por esta matéria, os jornalistas procuraram levar ao conhecimento de seus leitores, que os fazendeiros estavam fechando entidades sindicais. O Terra Livre conscientizou seus leitores para impedir o fechamento das associações camponesas. Portanto, o jornal comunista buscou estimular os lavradores a lutar contra o fechamento dos sindicatos. Esta reportagem analisada nos mostra a dimensão de que o Terra Livre denunciou a atitude dos patrões, de fechar sindicatos de trabalhadores rurais, seja por policiais ou por jagunços. As organizações sindicais eram alvos visados de ações policiais, pois mantinham posições contrárias aos fazendeiros, quando estes desrespeitavam os direitos dos trabalhadores. Em contrapartida, os trabalhadores rurais lutavam contra o fechamento dos sindicatos, pois estes órgãos trabalhavam em defesa dos camponeses.

¹²¹A associação de Trabalhadores Rurais de Vera Cruz foi fundada em uma assembleia realizada no dia 28 de agosto de 1960 na sua sede. “Sindicatos e Associações Rurais”. TL, ano XI, nº 95, novembro de 1960, p.2.

¹²²Difícil impedir a organização camponesa. TL, ano XII, nº 99, maio de 1961, p.6.

O jornal denunciou o dono da fazenda Alvorada, localizada no município de Garça, na região da Alta Paulista, por não ter cumprido com contrato de trabalho assinado com os colonos que estabeleceu o preço de 95 cruzeiros por 50 litros de café colhidos. Ao realizar a cobertura deste caso, o jornal conscientizou os trabalhadores rurais, que os patrões desrespeitaram os acordos estabelecidos nos contratos de trabalho.

O Terra Livre considerou as associações de trabalhadores rurais como entidades que orientavam os lavradores a paralisar as atividades, visando à defesa do direito ao salário-mínimo. A Associação de Trabalhadores do Município de Garça¹²³ foi caracterizada na reportagem como entidade que orientou os lavradores a paralisarem a colheita para que recebessem o direito mencionado. Neste caso, o jornal noticiou a ação repressiva dos patrões contra os sindicalistas, que orientaram os agricultores a paralisarem as atividades. Portanto, foi divulgado que os líderes camponeses foram expulsos da fazenda pelos jagunços a mando do fazendeiro. Descrever tal ação repressiva foi meio utilizado pelos jornalistas para denunciar a prática de atos violentos contra membros de organismos sindicais. Lideranças camponesas no interior paulista eram presas e agredidas dentro das delegacias. Por meio da utilização da violência, os policiais e os patrões procuravam combater a ação política dos membros dos sindicatos junto aos grevistas.

A tarefa da polícia foi a de impedir que os membros dos sindicatos organizassem movimentos grevistas. Jagunços ajudavam a polícia na repressão aos movimentos grevistas e agrediam os trabalhadores e líderes camponeses. A greve foi interpretada pelo Terra Livre como ação que resultou no pagamento do salário-mínimo aos colonos¹²⁴. Caracterizar manifestações grevistas como atos vitoriosos, como o que foi mencionado na reportagem, foi recurso utilizado pelos jornalistas para legitimar perante os leitores a representação de que os sindicatos estavam conquistando associados.

Ao narrar manifestações grevistas realizadas na região no interior paulista, o jornal deu destaque à participação das associações de trabalhadores rurais na busca pela resolução impasses envolvendo fazendeiros e empregados, como neste que foi citado anteriormente. Estes organismos foram responsáveis por incentivar os lavradores a impetrar ações judiciais.

As manifestações grevistas foram momentos em que o Terra Livre identificou as lideranças camponesas, atribuindo-lhes importância na resolução de conflitos. No caso da

¹²³ No município de Garça, foi fundada a Associação de Trabalhadores rurais no dia 11 de setembro de 1960 em uma assembléia realizada no Grêmio Teatral Leopoldo Froes. O membro da Ulta Vera Nestor Vera, discursou em apoio a este organismo, que seria uma conquista dos trabalhadores em suas lutas políticas. TL, ano XI, novembro de 1960, n°95, p.2.

¹²⁴ Greve Vitoriosa mais uma vez (Garça). TL, ano XIII, n°113, São Paulo, agosto de 1962, p.8.

Fazenda Alvorada, Vicente Rena e João Batista foram identificados pelo jornal como importantes lideranças camponesas locais e taxados, como agentes sociais que lutavam em prol do bem-estar dos trabalhadores rurais de Garça. O jornal considerou lideranças camponesas rurais como agentes que trabalhavam em defesa dos trabalhadores rurais, por se tratarem de membros de sindicatos de orientação da Ultab, entidade que dirigia o Terra Livre. A estratégia do periódico foi a de conquistar sócios para os sindicatos dirigidos pelos comunistas. Desta forma, o jornal considerou líderes sindicais como pessoas de boa índole e com bons sentimentos.

Ao realizar a cobertura das greves, o Terra Livre informou seus leitores a quantia de pessoas envolvidas em tais atos. Ao relatar a paralisação das atividades na Fazenda São Benedito, ocorrida entre os dias 18 e 21 de fevereiro de 1963, no município de Garça, o jornal mencionou a quantia de famílias envolvidas na greve, ou seja, 23 famílias que somavam cerca de 100 trabalhadores. Além de noticiar a quantia de pessoas envolvidas nas paralisações, o periódico divulgou o período de duração das greves. Trata-se de uma tarefa difícil mensurar a quantia de pessoas envolvidas em atos grevistas. O jornal cometeu exageros ao descrever o número de lavradores que participavam das paralisações, por se tratar de um veículo de comunicação de orientação comunista, dirigido pela Ultab. Na visão do periódico, os grevistas exigiram do patrão, salário-mínimo pelo trato do café, na base de mil pés, tendo as devidas conquistas:

Trinta e oito mil cruzeiros pelo trato de mil pés de café, ficando a varreção e a colheita a duzentos e dez cruzeiros por saca de cento e vinte litros, passando o café colhido no pano para duzentos e cinquenta e dois cruzeiros. A colheita do café, “cerejao”, passou de duzentos cruzeiros para duzentos e oitenta cruzeiros, e o dia de serviço, que era de cento e cinquenta cruzeiros, passou a duzentos e dez cruzeiros. Anteriormente, o trato de mil pés de café, era pago a vinte e dois mil cruzeiros; a varreção, por saca de cento e vinte litros, era paga a cento e cinquenta cruzeiros, o café colhido no pano a cento e oitenta cruzeiros, a colheita do café cerejao a duzentos cruzeiros e o dia de serviço a cento e cinquenta cruzeiros¹²⁵.

Neste caso, o jornal destacou o papel exercido pelo presidente da associação dos trabalhadores rurais do município de Garça, na negociação pelo aumento no trato dos cafezais com o administrador da fazenda. “Foi acertado, que no mês de março de 1963, os colonos passariam a receber o aumento de quarenta por cento no pagamento dos salários”¹²⁶. Os administradores de fazendas exerceram papel fundamental não apenas na fiscalização das atividades, mas também na negociação com líderes sindicais em caso de paralisação das

¹²⁵ Vitoriosos os colonos da Fazenda São Benedito. TL, ano XIV, n° 121, São Paulo, abril de 1963, p.2.

¹²⁶ Vitoriosos os colonos da Fazenda São Benedito. TL, ano XIV, N° 121, São Paulo, Abril de 1963, p.2.

tarefas. Levamos em consideração que o patrão não teve condições de comparecer à negociação, portanto concedeu plenos poderes ao seu encarregado para que lhe representasse na reunião com o sindicalista no caso citado anteriormente. As lideranças camponesas procuravam realizar acordo com os fazendeiros e conquistar a confiança dos trabalhadores rurais, visando à conquista de sócios para os sindicatos.

O Terra Livre buscou explicar aos leitores, que as manifestações grevistas de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo foram eficazes, principalmente nos períodos de colheita. Portanto, o periódico esclareceu o público que o período de colheita era propício ao atendimento das reivindicações dos grevistas como, por exemplo, o aumento do pagamento por sacas de café colhidas. Caso a paralisação perdurasse por um longo tempo, ela poderia trazer prejuízos aos fazendeiros.

3.4. As Lutas por Direitos Trabalhistas (13° salário e outros direitos)

O periódico não foi responsável apenas por noticiar as lutas sociais dos trabalhadores rurais pelo direito de receber o salário-mínimo. O jornal chamou a atenção de seus leitores sobre o direito ao 13° salário para os trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. Os patrões não realizaram o pagamento do salário-mínimo aos funcionários durante o período que ficaram de férias.

Era atitude comum dos fazendeiros desprezarem o direito dos camponeses. Esse desprezo desencadeou a greve por cerca de 32 famílias de trabalhadores rurais da Fazenda Lajeado no município de Ourinhos que exigiram o pagamento do 13° salário. “O patrão Mario Cintra Leite se recusou a pagar o 13° salário”¹²⁷. Trata-se de uma paralisação que ocorreu na cidade de Ourinhos em março de 1963, localizada na região da Alta Sorocabana. O caso citado foi o único noticiado de greve realizada por agricultores da lavoura cafeeira nesta localidade, devido o predomínio da relação de arrendamento. Entretanto, não conseguimos identificar o dia em que foi iniciada a greve.

Pressionados pela miséria e conscientes de seus direitos, os trabalhadores tentaram por várias vezes, entendimentos com o patrão, para acertar o pagamento do salário-mínimo em vigor na região de 25.000 cruzeiros pelo trato de 1000 pés de café, férias e o pagamento do 13° salário. Frente às negativas da fazenda, só restou o caminho da greve, a exemplo do que vem fazendo vitoriosamente os trabalhadores do campo nestes últimos tempos. Mesmo durante a greve tentaram vários entendimentos. Para desfazer calúnias dos fazendeiros e dos demais reacionários, contra as greves, os grevistas, com o objetivo de esclarecer o povo e reclamarem seus direitos,

¹²⁷ Greve em Ourinhos (Fazenda Lajeado). TL, ano XIV, N°120, São Paulo, Março de 1963, p.1.

realizaram pelas ruas principais de Ourinhos, passeata conduzindo cartazes contendo suas reivindicações, mostrando as injustiças de que são vítimas e pedindo solidariedade moral e material dos moradores daquela cidade¹²⁸.

O jornal interpretou a passeata realizada como ato de protesto contra o fazendeiro e um exemplo de que a sociedade se solidarizou com as lutas dos trabalhadores rurais em todo o país; também mencionou que a ação dos grevistas contou com o apoio de aproximadamente 4 mil pessoas, porém este dado não foi confirmado por nós. Foi interpretado pelo jornal que a paralisação não se tratou de ato isolado e que segmentos da sociedade civil reconheceram os trabalhadores rurais de Ourinhos, como agentes que estavam constituindo consciência de classe revolucionária. Mas, os trabalhadores rurais desenvolveram lutas sociais e contaram com a participação de pessoas que trabalhavam no comércio. Portanto, indivíduos que moravam em áreas urbanas demonstraram apoio e solidariedade às lutas dos grevistas por direitos.

Os trabalhadores rurais reivindicavam dos seus patrões o pagamento do 13º salário por meio das greves. A paralisação das atividades trata-se de um recurso utilizado pelos lavradores diante da recusa dos fazendeiros em atender as reivindicações. Os lavradores e os membros dos sindicatos acreditavam que a paralisação das colheitas era importante para exercer pressão sobre os patrões, visando o 13º salário.

O jornal elogiou a associação dos trabalhadores rurais do município de Ourinhos, por ter convocado a realização de uma mesa-redonda, que foi presidida pelo Delegado Dr. Roberto Gusmão, titular da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Nesta reunião, houve a participação do líder camponês Roque Pedroso da Silva.

O fazendeiro foi caracterizado pelo Terra Livre, como sujeito que foi obrigado pela Justiça do Trabalho a comparecer à Mesa-Redonda.

A simples possibilidade de chamar o patrão á justiça mudava a qualidade da relação, na medida em que se rompia o controle absoluto que aquele que detinha no interior das fazendas. Abria-se espaço para o exercício de outra forma de poder, através da discussão e cobrança do que era percebido e socialmente elaborado como direito. Dessa perspectiva, a greve aparecia como momento privilegiado de inversão de relações, o que se constituía na faceta mais recorrente enfatizada nos jornais (MEDEIROS, 1995, p.133).

Relatar que o patrão foi obrigado pela Justiça Trabalhista a comparecer à reunião foi argumento utilizado pelo Terra Livre para defender a premissa que houve inversão das relações de poder. No entendimento do periódico, os grevistas deixaram condição de

¹²⁸ Greve em Ourinhos (Fazenda Lajeado). TL, ano XIV, N°120, São Paulo, Março de 1963, p.1.

dominados dentro da propriedade rural e assumiram a posição de agentes sociais que obrigaram o patrão a pagar a quantia de 424 cruzeiros por dia de trabalho; para os mensalistas, o salário de 12.730 cruzeiros e aos colonos o salário de 212 cruzeiros para trabalhos avulsos. É importante enfatizar que além da conquista do 13º salário, os lavradores conseguiram aumento de salário. Os trabalhadores rurais do interior paulista recorreram à Justiça do Trabalho para exigir o pagamento do 13º salário, direito garantido pela CLT, que não era cumprido pelos patrões. Os camponeses não se comportaram de forma passiva frente às injustiças cometidas pelos patrões. A Justiça Trabalhista possibilitou aos trabalhadores da Fazenda Lajeadozinho a conquista do direito ao 13º salário e ao salário-mínimo.

O Terra Livre realizou a cobertura das manifestações dos trabalhadores rurais no município de Adamantina nas Fazendas Suíça, Núbia e Califórnia no mês de agosto de 1962. No referido município, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de Adamantina atuava junto aos lavradores e orientava estes a reivindicar seus direitos. Com base nas informações do periódico, os lavradores destas fazendas se organizaram e reivindicaram o direito às férias remuneradas e o salário-mínimo pago pelo trato dos cafezais.

O periódico explicou ao público que as greves foram ações que alcançaram importantes resultados, portanto, os trabalhadores conquistaram direito às férias remuneradas e receber o salário-mínimo. O periódico considerou a ação dos grevistas vitoriosa, para estimular os trabalhadores adamantinenses a se tornarem sócios da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de Adamantina. Esta reportagem possui peculiaridade em relação às demais matérias que retrataram as lutas dos lavradores paulistas. A manifestação pública das mulheres da Associação Feminina de Adamantina em apoio aos maridos e filhos na luta pelos direitos mencionados foi interpretada pelo Terra Livre como luta política de grande importância que alcançou repercussão em todo o Estado de São Paulo, e que não ficou circunscrita apenas à cidade de Adamantina¹²⁹. Não conseguimos identificar se a ação grevista teve repercussão na região da Alta Paulista.

A participação feminina na realização das greves foi divulgada pelo jornal, para classificar as mulheres, como agentes sociais que despertaram para as lutas políticas no campo. Ao noticiar a participação das mulheres nas manifestações grevistas, o jornal buscou conscientizar os leitores que as lutas políticas não estavam sendo desenvolvidas apenas pelos trabalhadores rurais do sexo masculino. O periódico transmitiu a mensagem aos seus leitores,

¹²⁹ Mulheres de Adamantina tomam parte na luta. TL, ano XIV, nº120, março de 1963, p.7.

de que a participação das mulheres nas lutas no campo ao lado de seus maridos contribuiria para melhoria das condições de vida de suas famílias.

O correspondente do jornal legitimou perante seus leitores a representação de que as mulheres dos camponeses de modo geral não eram agentes passivas, frente às injustiças no campo cometidas contra seus maridos e filhos. Neste caso, o jornal atribuiu importância à atuação feminina, no sentido de estimular as esposas e filhas de trabalhadores rurais a lutarem ao lado dos homens. O objetivo do Terra Livre foi o de estimular as mulheres a se sindicalizarem, visando à defesa dos direitos trabalhistas dos camponeses. As greves não podem ser caracterizadas como atos que contavam apenas com a participação dos trabalhadores rurais, tendo em vista a defesa dos direitos dos lavradores, estas formas de lutas sociais contavam com a participação de mulheres e de crianças. Tanto a participação das esposas como dos filhos dos camponeses possibilitavam a conquista das reivindicações, como a que foi mencionada pelo periódico.

A presença dos filhos e das esposas dos manifestantes nas paralisações era forma de exercer pressão sobre os patrões, visando à conquista de direitos, portanto, as greves não eram atos que contavam apenas com a participação dos camponeses. A participação de crianças e mulheres nas greves buscava fortalecer a luta dos lavradores por seus direitos.

O jornal realizou a cobertura da greve de trabalhadores rurais ocorrida no município de Itanhaém, que teve início no dia 18 de março, que se prolongou até o dia 25 do mesmo mês em 1963. Os lavradores paralisaram as atividades para reivindicar o pagamento do salário-mínimo. A paralisação não foi um ato isolado, pois contou com a participação de trabalhadores de outras fazendas. As greves eram ações que despertavam a solidariedade de trabalhadores rurais de outras fazendas. Porém, o apoio dos trabalhadores de outras fazendas foi interpretado pelo jornal como indício de que os camponeses demonstraram interesse em realizar a revolução agrária.

O periódico rotulou as manifestações grevistas como atos importantes, que em determinados casos resultavam na realização de mesas-redondas. A greve realizada pelos lavradores de Itanhaém foi compreendida pelo jornal como ação vitoriosa, que resultou na realização de uma mesa redonda organizada pela (DRT), reunião em que patrões e trabalhadores rurais assinaram um acordo. Tais reuniões foram recursos utilizados nos casos em que se esgotavam as possibilidades de acordo com os patrões e seus empregados. Segundo o documento divulgado pelo Terra Livre, ficou estabelecido que os fazendeiros deveriam:

- (1) Efetuar mensalmente o pagamento dos salários devido aos empregados e empreiteiros, de acordo com o serviço executado no mês ou de acordo com a empreita (fica assegurado o pagamento do salário-mínimo regional e a garantia da jornada de 8 horas de trabalho).
- (2) As Horas extraordinárias, trabalhadas além de 48 horas semanais, seriam remuneradas com adicional de 20 por cento, desde que não ultrapassem de 10 horas de trabalho por dia de trabalho. Os domingos, e feriados são pagos em dobro.
- (3) O pagamento do repouso semanal remunerado (quer dizer, não trabalhar aos domingos e receber como se tivesse trabalhado).
- (4) Comprometem-se, os empregadores a usar envelopes de pagamento, de acordo com o modelo elaborado pela DRT, não podendo ser consignados, nesses envelopes, outros descontos que não os vistos em lei.
- (5) Nenhuma punição deverá ser aplicada contra os lavradores que estivessem em greve, e está garantido o pagamento aos grevistas daqueles dias em que estiveram empenhados no movimento pela conquista dos seus direitos.
- (6) O acordo entrará em vigor a partir do dia 1º de março, respeitando-se para o pagamento dos serviços efetuados por hora ou por tarefa, a tabela elaborada em mesa-redonda¹³⁰.

Os direitos acima garantidos aos trabalhadores rurais do município de Itanhaém estavam legitimados na legislação trabalhista vigente, ou seja, o ETR. Neste caso, o Delegado Regional do Trabalho concedeu ganho de causa com base no Estatuto. Os trabalhadores rurais conquistaram seus direitos na justiça trabalhista.

Nesta reportagem, o Terra Livre se mostrou preocupado em descrever ao público leitor que conquistas obtidas pelos trabalhadores só poderiam ser angariadas por meio de lutas sociais. Inclusive, o periódico considerou a justiça como esfera importante nesta tarefa. Neste sentido, consideramos que o objetivo do jornal comunista em tela foi o de estimular os lavradores a recorrerem aos sindicatos para exigirem dos patrões o salário-mínimo perante a justiça trabalhista.

Além de noticiar as greves realizadas no interior paulista, o periódico esclareceu os leitores que policiais se mantinham a serviço dos patrões para reprimir os envolvidos em paralisações das atividades. E também considerou vitoriosa a ação dos trabalhadores rurais de Itanhaém, porém explicou ao público que os fazendeiros do município procuraram reprimir os grevistas e impedir a luta por direitos. Portanto, foi reiterado que a força policial foi lançada contra os grevistas a serviços dos patrões, no sentido de impedir que a paralisação dos trabalhadores perdurasse.

Ao descrever que os trabalhadores das fazendas de Itanhaém se uniram para reivindicar seus direitos, os redatores do periódico procuraram legitimar a imagem de que

¹³⁰ Itanhaém. Vitória esmagadora dos Grevistas. TL, ano XIV, nº 121, São Paulo, abril de 1963, p.1.

estes agentes sociais possuíam o sentimento de pertencimento a uma mesma classe social, independentemente de trabalharem em estabelecimentos rurais diferenciados¹³¹.

O periódico buscou mostrar a seus leitores que a Justiça Trabalhista atuava como mediadora das partes em conflito, ou seja, entre patrões e empregados como neste caso analisado. As Delegacias Regionais do Trabalho, conhecidas como (DRT), foram responsáveis pela tentativa de resolução de conflitos envolvendo fazendeiros e empregados, sendo este órgão concebido com a finalidade de resolver impasses entre ambas as partes por meio de negociações.

Uma das finalidades do Terra Livre foi a de informar seus leitores, que as atribuições dos sindicatos não ficavam circunscritas apenas na orientação dos lavradores para paralisarem as colheitas e na formulação de ações judiciais. Mas que entidades realizavam reuniões com os camponeses, momentos em que os lavradores eram conscientizados sobre os direitos garantidos pela legislação trabalhista, como salário-mínimo, 13º salário, férias anuais remuneradas, dentre outros.

Neste sentido, o jornal considerou a reunião organizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município de Santa Rosa do Viterbo, como ocasião em que 1.000 lavradores de usinas locais foram conscientizados sobre os direitos garantidos pela legislação existente, ou seja, a CLT. De acordo com a versão apresentada pelo jornal, esta reunião foi o período que trabalhadores foram orientados a paralisarem a moagem da cana, visando à abolição da taxa de habitação e o aumento do salário-mínimo.

“A paralisação do trabalho teve início no dia 1º de maio, data em que teria início a moagem da cana”¹³². O Terra Livre destacou que a greve foi ação de grande porte, por ter contado com a participação de 5.000 trabalhadores assalariados de outras fazendas do município. O jornal classificou a passeata realizada por funcionários de outras propriedades, como indício de que os trabalhadores rurais estavam constituindo consciência de classe e deixando a condição de subalternizados. O dia 1º de maio era a data em que os trabalhadores rurais paralisavam as atividades e se reuniam para exercer pressão sobre os patrões, visando à defesa dos direitos trabalhistas. Nestas datas, os camponeses exigiam o pagamento do salário-mínimo, diminuição da jornada de trabalho para 08h diárias, direito ao sindicato, dentre outras reivindicações. Trabalhadores rurais de propriedades rurais diferenciadas se reuniam e se deslocavam para áreas rurais e protestavam contra as situações que viviam. É importante

¹³¹ Itanhaém. Vitória esmagadora dos Grevistas. TL, ano XIV, nº 121, São Paulo, abril de 1963.p.1

¹³² Greve derrotou império Matarazzo em Santa Rosa do Viterbo. TL, ano XIII, nº 112, São Paulo, julho de 1962, p.1.

considerarmos que as manifestações ocorridas nos dias primeiro de maio possibilitavam aos camponeses em conquistar direitos como férias, salário-mínimo, 13º salário, dentre outros.

É importante frisar que o tesoureiro da Federação da Alimentação foi caracterizado na reportagem, como agente que atuou em defesa dos trabalhadores, por ter solicitado perante a DRT, a realização de uma mesa-redonda. “Uma reunião foi realizada no dia 4 de maio, presidida pelo delegado regional do trabalho e que contou com representantes da Empresa Matarazzo”. Os patrões foram representados pelo Terra Livre como “sujeitos imperiosos”, que declararam que não atenderiam as reivindicações dos grevistas. Pela utilização do referido termo, o jornal buscou conscientizar seus leitores, que este caso foi apenas um dos inúmeros exemplos de que os patrões desrespeitavam os direitos trabalhistas.

Em atenção ao Delegado do Trabalho, os grevistas reuniram-se para debater a proposta: 50 por cento de reajuste salarial e 33 por cento da taxa de habitação, somente por uma pessoa por residência. A proposta foi recusada por unanimidade, pois os trabalhadores queriam a taxa definitiva da taxa de habitação. Em vista da firmeza dos grevistas, que receberam a solidariedade dos seus companheiros das Usinas Pirajuí e Itaquara (que também estavam em greve pelos mesmos direitos), no encontro realizado com os patrões e empregados, no Sindicato dos Usineiros, dia 6, os usineiros exploradores viram-se obrigados a ceder¹³³.

Conforme foi enfatizado pelo jornal, usineiros foram obrigados pela Justiça Trabalhista a pagar salário-mínimo aos trabalhadores e não realizarem o desconto dos salários. Neste caso, a justiça foi enaltecida pelo Terra Livre, pois concedeu ganho de causa aos lavradores. Neste sentido, o periódico descreveu ao seu público que a justiça do trabalho era instrumento eficaz de defesa dos direitos trabalhistas.

Os trabalhadores rurais tinham direito ao descanso anual de 15 dias por ano. Entretanto, deve-se levar em consideração que os lavradores não recebiam salário durante as férias. Neste sentido, as greves e as ações na justiça do trabalho foram instrumentos utilizados pelos camponeses para exigir férias anuais. As ações impetradas pelos trabalhadores rurais concede a dimensão de que as leis eram feitas pela elite e a serviço da classe dominante.

O periódico foi responsável por divulgar que os lavradores brasileiros tinham o direito ao salário-mínimo durante os 15 dias que ficavam em férias e denunciou os patrões que não realizaram o pagamento do salário aos trabalhadores durante período de descanso anual. Também representou os colonos da Fazenda Santa Esméria como agentes que impetraram

¹³³ Greve derrotou império Matarazzo em Santa Rosa do Viterbo. TL, ano XIII, nº 112, São Paulo, julho de 1962, p.1.

ações na Justiça do Trabalho contra o patrão, que não pagou o salário-mínimo aos lavradores durante o período de férias.

O Departamento Jurídico da Associação dos Trabalhadores do município de Garça trabalhou em defesa dos colonos e obrigou o dono da Fazenda Santa Esméria a pagar indenização às 82 famílias de colonos, no valor de 2.706,00 mil cruzeiros, referente a salários não recebidos. O Terra Livre divulgou as ações conjuntas entre sindicatos e trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, para defender a tese de que os lavradores estavam despertando interesse para a realização da Revolução Agrária.

“Ao descrever que trabalhadores rurais recorreram a Justiça do Trabalho, para reivindicarem seus direitos e que saíram vitoriosos, o periódico procurava “defender a tese de que estava em curso o processo de emergência de uma consciência de classe” (MEDEIROS, 1995, 130). A publicação de notícias sobre vitórias obtidas pelos lavradores paulistas na Justiça do Trabalho, como a que foi mencionada, objetiva transmitir aos leitores a representação de que no campo paulista estaria sendo formada consciência de classe.

Os posseiros eram agentes sociais que sofreram constantemente ameaças de serem expulsos das terras que cultivavam. Os grileiros contaram com o apoio de juízes para ter a posse legal de terras utilizadas por lavradores, portanto, o jornal considerou que em litígios de terras, juízes concederam sentenças favoráveis aos grileiros, com o intuito de expulsar os trabalhadores rurais. Porém consideramos que o litígio que vamos analisar foi o único do Estado de São Paulo envolvendo posseiros e grileiros, que teve a cobertura do jornal camponês.

Trinta e duas famílias de sitiantes no município de Flórida Paulista, em 1958, foram retratadas pelo jornal como vítimas, ou seja, se encontravam sob a ameaça de despejo. O jornal estigmatizou a justiça e classificou a mesma como inimiga dos posseiros, por ter decretado ação judicial para expulsá-los.

Não contente com o que tem feito tentou há dias tomar umas terras de propriedade do lavrador Arlindo Barbosa. Estas terras foram compradas de outro lavrador que não pôde dar a escritura Arlindo por não ter terminado de pagar às terras as pessoas que lhe tinham vendido. O grileiro aproveitou a saída do lavrador que vendeu as terras ao Sr. Arlindo e colocou outro lavrador no sítio. O Sr. Arlindo não quis despejar este lavrador por se tratar de um trabalhador pobre. No mês de fevereiro deste ano, Euler obrigou o morador do sítio a plantar capim¹³⁴.

¹³⁴ Ameaças de despejo 32 Famílias de sitiantes de Flórida Paulista. TL, ano X, São Paulo, março de 1958, n° 78, p.2.

O periódico enfatizou que os posseiros não se mostraram apáticos em relação à ameaça de expulsão por terem arrancado o capim plantado. O jornal considerou importante a resistência dos camponeses e argumentou que ela impediu o lavrador Arlindo Barbosa de ser expulso das terras. A luta dos trabalhadores rurais descrita acima foi um exemplo de ação social que não contou com o apoio de organizações sindicais, foram iniciativas próprias dos camponeses, que não contaram com a interferência da Associação de Trabalhadores Agrícolas de Flórida Paulista. Mesmo sendo atos isolados, sem ter contado com a influência de líderes camponeses, o Terra Livre caracterizou-os como ações sociais em que os trabalhadores rurais agiram como “classe”, cuja consciência estava em construção.

Segundo o Jornal, a “praga do grileiro” permeava a realidade dos camponeses paulistas. A utilização deste termo obedeceu à estratégia do jornal, de modo que os leitores acreditassem que os grileiros eram inimigos dos trabalhadores rurais. As associações foram eleitas pelo Terra Livre como organismos que trabalhavam em defesa dos posseiros. O periódico reforçou a tese de que os lavradores não seriam expulsos das terras, caso houvesse organização por meio das associações e dos sindicatos de trabalhadores rurais.

O periódico tornou públicas as condições de vida dos arrendatários paulistas. Os arrendatários sofreram ameaças de expulsão das propriedades rurais. O Terra Livre justificou que tais ações repressivas foram desencadeadas, pela falta de leis que regulamentassem os contratos de arrendamento. Consideramos que o referido meio de comunicação denunciou a prática de proprietários rurais, de obrigar os arrendatários a assinarem contratos que garantissem aos primeiros, elevada margem de lucro. O jornal levou ao conhecimento de seu público a situação vivida pelo arrendatário Cícero Pedro da Silva. O referido camponês foi expulso da propriedade de Inake Takamura, despejado com sua família e seus pertences foram jogados na estrada. De acordo com a versão apresentada pelo jornal, o lavrador foi expulso da propriedade rural, por não ter assinado contrato lesivo¹³⁵. Caracterizá-lo como vítima reflete o objetivo dos jornalistas de sensibilizar os leitores e despertar nestes o sentimento de repulsa e ódio contra os patrões de forma geral.

O jornal enfatizou que a atitude do trabalhador de pedir ajuda à Associação dos Trabalhadores Rurais da Comarca de Adamantina para impetrar processo na justiça contra o proprietário rural foi um exemplo de luta camponesa. Nesta matéria, o agricultor foi taxado como camponês, pois os jornalistas procuravam legitimar a representação de que o lavrador

¹³⁵ No município de Flórida Paulista, 32 famílias de sitiantes, proprietárias de lotes da antiga Fazenda Rio do Peixe, encontravam-se sob a ameaça de despejo, decretada por ordem judicial.

assumiu a condição de agente social que aderiu às ideias do partido e que passou a realizar a propaganda destas perante os trabalhadores rurais do município de Pacaembu.

3.5. Representações sobre a Luta dos Trabalhadores Rurais Paulistas

O Jornal descrevia aos leitores que, ao sofrerem injustiças, os trabalhadores paulistas sentiram a necessidade de se organizarem, classificados como sujeitos que estariam constituindo uma consciência de classe.

“A imprensa transformava o produtor rural em “latifundiários”, “fazendeiros”, “patrões” e “tatuíras” e “grileiros” e constituía-se uma oposição aos trabalhadores rurais, que era negada no plano legal e institucional” (MEDEIROS, 1995, p.127). Termos como “latifundiários”, “fazendeiros”, “grileiros”, “tatuíras” e “patrões” ao serem descritos em notícias sobre a luta dos trabalhadores do interior paulista, adquiriam conotações negativas nas páginas do Terra Livre.

Tais termos foram empregados para caracterizar sujeitos que desrespeitavam direitos dos trabalhadores como pessoas ruins. Estes agentes foram observados pelo periódico com um sentimento de repugnância, classificados como pessoas com maus sentimentos.

O termo latifundiário ao ser empregado pelo Terra Livre mantinha a contraposição ao termo camponês, referente aos trabalhadores rurais do interior paulista que desenvolviam lutas políticas.

Essas novas palavras- camponês e latifundiário- são palavras políticas, que procuram expressar à unidade das respectivas situações de classe, e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade, por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1980, p.22).

O periódico, por sua vez, reforçava que latifundiários eram agentes que se mantinham em posições opostas em relação aos trabalhadores rurais do interior paulista. Estes últimos foram classificados pelo Jornal como camponeses que, por sua vez, viviam em condições difíceis, de muito sofrimento e seriam qualificadas como vítimas.

O objetivo dos editores do periódico foi o de legitimar perante seus leitores a representação da existência da oposição entre estas classes apresentadas, uma constituída de trabalhadores rurais e outra por proprietários de terra. A legitimação desta representação foi o

mecanismo adotado pelos jornalistas para mobilizar os trabalhadores rurais para que desenvolvessem lutas trabalhistas contra os patrões nas demais regiões brasileiras, seja por meio de paralisações de atividades agrícolas, ou por meio de ações judiciais.

Ao noticiar lutas camponesas no interior paulista, o Terra Livre criou a imagem acerca do ambiente rural desta região de que os trabalhadores rurais mantinham-se em união solidificada e que não tinham divergências entre si. Esta representação foi construída pelos editores do jornal, como uma estratégia no sentido de legitimar a tese de que os trabalhadores rurais pertenciam a uma mesma classe social.

Ao caracterizar patrões, fazendeiros e tatuíras como indivíduos repugnantes que desrespeitavam os direitos dos camponeses, o Jornal produziu efeito simbólico na mensagem transmitida. Tendo como objetivo exercer sobre os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo o poder de crença, de modo que aceitassem passivamente a representação de que patrões latifundiários e tatuíras seriam “inimigos” das lutas camponesas e que deveriam ser combatidos por meio de uma ação conjunta, envolvendo as associações e os trabalhadores.

O Terra Livre não realizava simplesmente a divulgação das lutas dos trabalhadores rurais paulistas. Seus editores exerciam trabalho de construção de representações em relação a estas. Estes agentes procuravam legitimar perante os trabalhadores rurais a percepção de mundo de que estes agentes, independentemente de fazer parte de categorias profissionais diferenciadas no campo, se uniram para realizar a Revolução Agrária.

Colonos, parceiros, arrendatários foram caracterizados pelo Terra Livre como “camponeses”, apesar de estarem submetidos a relações de trabalhos diferenciadas no campo.

Na documentação apreendida pela “Polícia Política”, e geralmente naquela produzida pelo Partido Comunista Brasileiro, os lavradores são denominados camponeses e classificados como grileiros ou colonos, respeitadas as diferenças em relação à propriedade e a exploração da terra (SILVA, 2003, p.23).

Deve ser ressaltado, que o termo “camponês” não foi apenas utilizado pelos jornalistas que trabalhavam para o Terra Livre. “O termo foi introduzido no país por meio de uma importação política por parte de grupos de esquerda para caracterizar as lutas dos trabalhadores que foram desencadeadas em inúmeras regiões brasileiras na década de 1950” (MARTINS, 1983, p.21).

Sob a ótica de Moacir Palmeira, o movimento sindical realizou a proeza de desvencilhar este termo da diversidade de termos que eram utilizados pelos organismos oficiais, campônio e rurícola. “Adotando como um termo genérico para unir todos os que

vivem do trabalho da terra, arrendatário ou posseiro, permanente ou assalariado” (PALMEIRA, 1989, p.21). O campesinato brasileiro trata-se de uma construção feita por intelectuais comunistas nas matérias relacionadas às lutas dos trabalhadores rurais paulistas. Portanto, este termo foi importado da cultura europeia e introduzido na realidade do campo brasileiro. “Mesmo que o termo tenha se originado fora da realidade brasileira, importado de fora, as mobilizações dos camponeses foram genuínas” (CIOCARI, M; CARNEIRO, 2010, p.20). “Os camponeses, no projeto político dos comunistas, portanto, foram considerados, como uma força de apoio ao operariado, que lhe permitiria conquistar a vitória como classe condutora do processo revolucionário” (FALEIROS, 1989, p.22).

Ao trabalhar com o conceito de “representação”, Pierre Bourdieu considera que “representações construídas por determinados grupos sociais são estratégias de imposição e legitimação de dominação em relação ao grupo social a quem se pretende impor” (BOURDIEU, 2003, P.11).

Ao ser empregado o termo “camponês” nas matérias sobre as lutas dos trabalhadores rurais, o Terra Livre legitimou perante seus leitores a representação de que estes indivíduos, mesmo localizados em uma determinada federação eram capazes de desencadear uma revolução agrária concomitantemente com os demais trabalhadores rurais brasileiros.

Não foi feita menção negativa aos trabalhadores rurais paulistas e nem foram citadas divergências entre os mesmos sendo valorizados pelo periódico como cidadãos com potencial de desenvolver lutas camponesas.

A construção da representação é entendida como uma estratégia dos editores do Terra Livre, de exercerem sobre os trabalhadores rurais brasileiros uma relação de dominação, de modo que fossem mobilizados e organizados no sentido de realizarem uma revolução agrária¹³⁶. “Na perspectiva dos comunistas, a Revolução Agrária seria classificada como sustentáculo, que possibilitaria ao operariado, conquistar êxito na Revolução Democrático-Burguesa no Brasil” (FALEIROS, 1989, p.22).

O Terra Livre realizou a produção de significados acerca do meio social rural do interior paulista. Procurava legitimar a representação de que os trabalhadores rurais deste local eram sujeitos que, a exemplo dos demais trabalhadores rurais brasileiros, manifestaram a

¹³⁶ Neste capítulo, o nosso objetivo não seria o de desenvolver uma abordagem quanto à receptividade dos discursos por parte de seus leitores. Ao trabalharmos com o conceito de representação, não propomos desenvolver uma análise se foi exercido por parte do Terra Livre, uma relação de dominação sobre os trabalhadores, de modo que fossem mobilizados para a realização da Revolução Agrária.

adesão ao projeto do PCB, que seria a conquista do poder e a instituição de um regime comunista no Brasil, por meio da realização da Revolução Operário-Camponesa.

De acordo com o historiador Edward Palmer Thompson, a existência de uma classe social é condicionada pela existência de outra classe, que por sua vez tem interesses divergentes em relação à primeira (THOMPSON, 1987, p.12). Para legitimar a existência de uma classe social, ou seja, da “classe camponesa”, jornalistas enfatizaram que os patrões pertenceriam a uma classe social, cujo objetivo era o de explorar os homens do campo e que, portanto apresentava em relação a estes interesses divergentes. Arbitrariedades cometidas pelos patrões, como o não pagamento do salário-mínimo, férias anuais, desconto da habitação, expulsão de arrendatários e posseiros, eram elementos que caracterizavam a existência de uma identidade como classe social, diferenciada se comparada a da classe formada por trabalhadores rurais.

É importante considerar que as ações dos trabalhadores rurais não visavam à realização da Revolução Agrária e a conquista do poder através de uma aliança com o operariado urbano, apenas a defesa de direitos trabalhistas.

Ao divulgar as ações dos sindicatos como organismos de classe, ou seja, de lutas dos trabalhadores paulistas, o Terra Livre realizava a propaganda destas entidades, tendo como objetivo estimular os trabalhadores rurais desta região e das demais a se sindicalizarem. A sindicalização dos trabalhadores era importante para militantes comunistas que exerciam funções nas associações como lideranças camponesas, no sentido de orientar os trabalhadores rurais a realizarem a Revolução no Campo.

As ações judiciais conquistadas pelos fazendeiros não foram divulgadas pelos jornalistas. A não divulgação de vitórias judiciais conquistadas pelos patrões foi estratégia adotada pelos editores do Terra Livre legitimar a representação de que os trabalhadores constituíam uma força política. Neste sentido, entendemos que matérias eram selecionadas para serem publicadas.

Ao conceder publicidade às lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo, o Terra Livre transmitiu aos leitores a seguinte mensagem: de que estas lutas seriam indícios de que os trabalhadores rurais brasileiros sentiram a necessidade de se organizarem e de desenvolverem lutas políticas, seja por meio de associações de trabalhadores rurais ou por ações isoladas.

Essas ações também tiveram importância para que os trabalhadores aparecessem para a sociedade como portadores de interesses diferenciados em relação aos

proprietários de terra, explicitando, através de determinadas práticas contestatórias, a negação da tese da comunidade de interesses por estes defendida (MEDEIROS, 1995, p.171).

O Jornal ao conceder ênfase às manifestações grevistas realizadas no interior paulista destaca a atitude de trabalhadores em procurar associações, e descreveu aos seus leitores que os patrões e empregados não viviam em harmonia, mas situações de permanentes conflitos sociais.

O historiador Jaques Julliard enfatizou que “os meios de comunicação tornaram “políticos” inúmeros acontecimentos, dando lhes repercussão pública” (JULLIARD, 1988, p.184). Seguindo o raciocínio deste autor, entendemos que o jornal comunista, neste caso, procurava tornar inúmeros acontecimentos no campo paulista políticos, conferindo-lhes uma repercussão de caráter público. Foram publicadas as lutas dos trabalhadores paulistas mesmo sendo classificadas como de caráter estadual pela imprensa, tendo em vista adquirir repercussão em todo o território nacional, no sentido de estimular os demais trabalhadores rurais a se organizarem.

Capítulo 4

O Terra Livre sob as lentes do DEOPS/SP: Repressão e Resistência

4.1. O jornal Terra Livre enquanto alvo do olhar repressor

Em nossa análise sobre o jornal Terra Livre, constatamos que o periódico não passou despercebido pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), já que sofreu forte investigação e teve seus exemplares confiscados pela “Polícia Política Paulista”¹³⁷. Partindo deste pressuposto, iremos analisar neste capítulo o olhar da “Polícia Política” em torno do periódico.

Sob a ótica dos policiais do DEOPS/SP notícias publicadas pelo Terra Livre eram subversivas e sediciosas. Os componentes que se mantinham a serviço da repressão entendiam que as idéias impressas tinham condições de mobilizar os homens do campo na luta contra os proprietários rurais pela violência. Os discursos policiais enfatizavam a necessidade de impedir que os trabalhadores tivessem contato com notícias do Terra Livre. Os agentes da repressão consideraram a coação ao Terra Livre importante para manter a paz entre patrões e empregados no campo. Os policiais acreditavam que as ações judiciais impetradas por sindicatos e as paralisações das colheitas eram sinônimos de desordens, incentivadas pelo periódico.

Os componentes do DEOPS/SP enfatizavam que as ações preventivas instituídas contra o Terra Livre eram fundamentais para impedir a propaganda de guerra em ambientes rurais e processos de luta no campo, considerados pelos censores como violentos e capazes de subverter a Ordem Política e/ou Social. Os policiais alegavam que em ambientes rurais não deveria haver ódio entre patrões e empregados. Segundo o imaginário repressivo, a fraternidade entre proprietários rurais e camponeses estava ameaçada com a circulação de exemplares do Terra Livre. Ao contrário dos documentos policiais, o periódico enfatizou que não havia sentimento de fraternidade entre trabalhadores e patrões, apenas o de oposição.

¹³⁷ A partir de agora, utilizaremos a sigla DEOPS/SP quando nos referirmos ao Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. De acordo com Marília Xavier, a “Polícia Política” seria uma modalidade específica de Polícia, que seria responsável pelo desenvolvimento de ações preventivas e repressivas com o objetivo de coibir e entrever as atividades políticas consideradas subversivas segundo as autoridades policiais do DEOPS/SP, que pudessem por sua vez comprometer a Ordem estabelecida no país. Para a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro, a Polícia Política na era Vargas era responsável pelo processo de homogeneização do pensamento político, pois não interessava às autoridades políticas que os indivíduos pensassem e forma diferente, principalmente na conjuntura política de 1937 a 1945, classificada como a ditadura do “Estado Novo”. Pobres das cidades, movimentos sociais, grupos políticos que propusessem mudanças políticas e transformações profundas da sociedade, eram classificados como inimigos potenciais por parte do governo. XAVIER, M. *Antecedentes Institucionais da Polícia Política*. In: *DEOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996. Carneiro, M.L.T. *A Imprensa Confiscada pelos DEOPS/SP: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.

Portanto, a oposição que envolveu fazendeiros e lavradores foi negada pelos agentes da repressão.

Por se manterem a serviço da coação, investigadores procuravam associar as notícias do Terra Livre a “mácula perigosa, que deveria ser combatida” (GIRARDET, 1987, p.17), seja por meio de ações preventivas e ou repressivas.

É importante destacar que as investigações desenvolvidas sobre o jornal em tela foram desencadeadas na conjuntura da denominada “Guerra Fria”. O Terra Livre era jornal de orientação comunista e realizava a propaganda política de regimes soviéticos, no cenário da bipolaridade mundial¹³⁸ como já foi discutido. Partindo deste pressuposto, o periódico tornou alvo muito visado do DEOPS/SP.

Os comunistas representavam o inimigo a combater, a fim de servirem como argumento capaz de justificar a coesão em função da presença de um inimigo nocivo. Deveriam ser mantidos pelo governo para sustentar o mito da conspiração, sua eliminação também era necessária. Ao negarem a cooperação social, apregoada pelo imaginário totalitário, os comunistas impediam a imagem de uma sociedade harmoniosa (CANCELI, 1993, p.82).

Apesar de este periódico ter se tornado alvo em potencial da vigilância policial, a “Polícia Política” não deixou de exercer suas atividades em torno da militância comunista de forma geral.

O comunista tornou-se alvo constante, embora o único, da investida policial a doutrinas ditas exóticas. Seus militantes e simpatizantes seriam igualmente inimigos em potencial do Estado, fenômeno comum em outras nações como os Estados Unidos, Argentina, Portugal, Espanha e Alemanha, dentre outras. (BRUZANTIN, 2003, p. 33).

A circunstância de o PCB ser considerada principal força de esquerda neste período, foi uma das causas que levou o DEOPS a investigar o Terra Livre. O periódico foi investigado, pois divulgou ao longo de sua existência as idéias comunistas.

É importante considerarmos que Heros Trench foi alvo do olhar repressivo, pois era proprietário e diretor do Terra Livre. Trench foi eleito pela “Polícia Política”, como criminoso e perigoso para a sociedade, pois dirigia jornal que divulgava idéias

¹³⁸ Segundo a ótica do historiador marxista, Eric Hobsbawn, durante grande parte do denominado “Breve século XX”, o comunismo se tornou alternativa ao capitalismo, tendo como finalidade, triunfar sobre este. O cenário da bipolaridade mundial ou da denominada “guerra fria” é caracterizado como um período em que a URSS lutava pela hegemonia mundial, tendo em vista, estender o regime socialista sobre o mundo. HOBSEBAWN, E. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

revolucionárias¹³⁹. Este sujeito foi taxado pelos investigadores do DEOPS/SP como comunista, seguidor do ideário político da União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e um perigo à sociedade.

Os agentes da repressão caracterizaram Trench como “intelectual” que participava de congressos internacionais no exterior até mesmo em Moscou, e que publicava no Terra Livre as idéias soviéticas.

Aliás, Trench, apesar dos pesares, não é fiel a seus leitores, pois ostenta, em letra de forma, no frontispício do Jornal, á direita, no alto, pomposamente, o título, a qualidade burguesa de PROPRIETÁRIO. Ele o seguidor de Lênin, fanático de uma ideologia que banuiu peremptoriamente o direito de propriedade particular, e consagrou a chamada propriedade social socialista¹⁴⁰.

Na avaliação dos investigadores, caberia ao DEOPS reprimir intelectuais, que a exemplo de Heros Trench trabalhavam para este órgão de imprensa, tendo em vista a divulgação de idéias comunistas e a realização da revolução socialista no país.

Deste ponto de vista, o individuo que propusesse mudanças sociais recusando as normas impostas, poderia se transformar num suspeito em potencial. Portanto todo intelectual que procurasse “fazer a revolução” através da palavra impressa ou falada corria o risco de tornar-se um bandido, sendo apontado como um homem, “sem caráter” e de “maus sentimentos” (CARNEIRO, 2002, p.22).

Trench foi vigiado pelo olhar repressor, pois os investigadores entendiam que ele publicava idéias que pregavam valores socialistas que defendiam a abolição da propriedade privada. Os policiais argumentaram que o referido sujeito era burguês e que tinha propriedade em seu nome. O diretor era formalmente o proprietário do jornal. A condição de proprietário do jornal assumida por Heros Trench foi necessária para que o Terra Livre fosse registrado em cartório e circulasse em todo o país. O fato de ter sido proprietário do jornal foi a causa pela qual foi investigado pelo DEOPS/SP.

As investigações realizadas pelos agentes do DEOPS/SP em locais que abrigaram a redação do Terra Livre apresentaram como resultado a apreensão de certidões de registro do jornal comunista. A análise destas certidões nos possibilita entender que o jornal era uma sociedade civil devidamente registrada em cartório que poderia desenvolver normalmente suas atividades políticas. Neste sentido, consideramos que não foram apenas relatórios

¹³⁹ Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963, p.3.

¹⁴⁰ Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963, p.4.

policiais armazenados no dossiê 30-B-209. Tais certidões de registro foram rotuladas pelo imaginário repressivo como provas de que as atividades exercidas pelo periódico eram subversivas e sediciosas.

A missão dos agentes da repressão foi a de adotar medidas preventivas, para coibir o que consideravam a consumação do crime contra a segurança nacional do país. Os membros da coação procuraram desqualificar a “Política de Imprensa”, desenvolvida pelo Terra Livre, razão pela qual alegaram que o PCB estava na clandestinidade. Os investigadores do DEOPS/SP exerceram vigilância sobre o referido meio de comunicação, por acreditarem que ele incentivava os lavradores a realizarem a revolução socialista e derrubar o regime político vigente.

Uma camioneta que transportava cerca 5 mil exemplares do Terra Livre para serem distribuídos no interior paulista foi interceptada e apreendida pelos policiais do DEOPS/SP¹⁴¹. Porém não foi mencionada no relatório a data em que os jornais foram confiscados pelos membros da “Polícia Política”.

Os policiais do DEOPS/SP procuraram estigmatizar as atividades do Terra Livre, pois classificaram as mesmas como ilegítimas. Inclusive tais autoridades realizaram críticas duras contra o Sistema Judiciário, ao argumentar que juízes e promotores não tinham consciência de que as investigações em torno do jornal eram importantes para coibir a divulgação de doutrinas políticas de cunho comunista. E sendo assim, os membros da “Polícia Política” defenderam a tese de que deveria ser modificada a lei de imprensa no país, para impedir a circulação do periódico.

O Jornal foi qualificado pelos policiais como subterfúgio adotado pelos comunistas, para atuarem na política do país, pois o partido permanecia na ilegalidade. A repressão ao jornal Terra Livre foi desencadeada pelos policiais do DEOPS/SP, com a finalidade de coibir a divulgação de idéias comunistas. Os representantes do periódico e os correspondentes foram rotulados nos relatórios do órgão repressivo como criminosos políticos. Portanto, tais agentes foram considerados pelos repressores como criminosos que apresentavam grande índice de periculosidade à sociedade, bem a exemplo de assaltantes e assassinos.

A vigilância exercida pelo órgão da repressão em torno do Terra Livre em cidades do interior paulista e a repressão sobre àqueles que realizavam a distribuição de exemplares foi a metodologia adotada pelos policiais, para impedir que o jornal chegasse ao meio rural. As autoridades do DEOPS/SP solicitavam que cada policial do interior paulista se empenhasse na

¹⁴¹ ULTAB e seu órgão de imprensa “Terra Livre”. Relatório de Investigação. 2/9/1960, p.2.

tarefa de investigar e reprimir o Terra Livre, nem que fosse preciso conhecer de forma aprofundada o espaço social em que estavam inseridos os representantes do jornal, e que estabelecesse relações sociais com estes sujeitos¹⁴².

As lutas dos trabalhadores pelo direito ao salário-mínimo, 13º salário divulgadas pelo periódico foram criminalizadas pelos agentes da coação, que por sua vez elegeram tais matérias como ameaças as relações de trabalho no campo, principalmente aquela que se refere ao Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).

A recente lei que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, (ETR), veio disciplinar as relações de trabalho entre empregador e trabalhador. Da leitura atenta do Jornal Terra Livre, verifica-se que a função primordial deste órgão seria o de acirrar o ódio dos empregados contra seus patrões e insuflá-los em greves injustificadas, principalmente em período de colheita. Não bastasse isso, instiga abertamente a tomada violenta de terras através das chamadas Ligas Camponesas, de orientação Comunista.

Alias em artigo publicado no jornal terra livre, nº 121, de abril de 1963, á pagina 2 que se supõe da orientação jurídica, o nobre causídico impetrante, quanto à parceria agrícola, diz que “RESISTIR ARMADO É LEGAL”, e nesse teor desenvolver seu parecer e, mais calar a fundo, ilustra o comentário com uma fotografia, quase final, ao pé, que é paradoxalmente o direito onde se vê para quem quer ou não enxergar os que eles chamam camponeses. Armados de fuzil e revólveres¹⁴³.

As autoridades policiais elegeram o tema do enfrentamento entre patrões e empregados rurais como ameaça à ordem social no campo. Por serem componentes da repressão, os policiais consideraram que a publicação da matéria foi o meio encontrado pelos jornalistas para incentivar os trabalhadores rurais a cometer violência contra os proprietários rurais, sendo caracterizada esta reportagem como perigosa pelos policiais. Consideramos que além de investigar e reprimir o Terra Livre, policiais do DEOPS/SP realizaram leituras das matérias jornalísticas. Neste caso, os investigadores leram a matéria sobre o ETR, para justificar perante as demais autoridades que esta reportagem constituía perigo às relações entre patrões e empregados.

Como foi descrito por um policial, “O rigor do DEOPS/SP sobre o Terra Livre seria forma adotada pelas autoridades, no sentido de impedir que inocentes fossem mortos, como os oficiais no dia 27 de novembro de 1935”¹⁴⁴. Os agentes da repressão taxaram

¹⁴² Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963, p.3.

¹⁴³ Ultab e seu órgão de imprensa “Terra Livre”. Relatório de Investigação. 2/9/1960.

¹⁴⁴ Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963. p.2. A Intentona Comunista de 1935, segundo a análise do Historiador Thomas Skidmore foi uma tentativa de insurreição organizada por parte do PCB com o objetivo de introduzir um Regime comunista no país, segundo a estratégia delimitada pela sua ala revolucionária. Para o autor, esta ala havia deixado de lado qualquer tipo de tática de frente popular, reivindicando deste modo a articulação de um levante

reiteradamente os comunistas que trabalhavam para o Jornal como “traidores e inimigos do país, que agiam na calada da noite e de forma covarde”¹⁴⁵. Os policiais acreditavam que a vigilância exercida sobre militantes comunistas que distribuíam o jornal coibiria a realização de uma conjuração comunista no meio rural. Neste sentido, policiais temiam que uma revolução socialista fosse desenvolvida. Os policiais descreveram em relatórios que as ações empreendidas contra o Jornal eram importantes para salvar o país da ameaça comunista.

Os policiais consideraram as manifestações grevistas atos subversivos. Membros da polícia política entendiam que tais ações foram incentivadas pelas matérias do Terra Livre, principalmente aquelas que se referem às lutas dos trabalhadores rurais do interior paulista.

Os policiais do DEOPS/SP direcionaram suas investigações sobre o periódico, por entenderem que o periódico estimulava a formação de sindicatos rurais e associações de trabalhadores rurais em todo o país. O referido jornal incentivou os trabalhadores rurais a realizarem manifestações grevistas e impetrassem ações judiciais contra os patrões, como foi discutido no capítulo anterior. Portanto, estes motivos levaram os agentes da coação a investigar o periódico. Não interessava aos componentes da repressão que os lavradores paralisassem as atividades e impetrassem ações na justiça do trabalho.

Na análise de Investigadores do DEOPS/SP, o Terra Livre estimulava as massas trabalhadoras rurais a ocuparem propriedades rurais. Policiais procuraram defender a premissa de que o jornal incentivou os trabalhadores a utilizarem armas, machados e foices na ocupação de terras. Os agentes da coação buscaram reforçar a tese de que as investigações em torno Terra Livre deveriam ser intensificadas em cidades do interior paulista.

Os investigadores do DEOPS/PE e do DEOPS/CE acreditavam que as greves e ocupações de terras em propriedades rurais eram atos subversivos e sediciosos, incentivados pelo periódico. Em ambas as localidades foi constatada a distribuição dos exemplares do Terra Livre. Partindo desta premissa consideramos que as investigações em torno do jornal não foram realizadas apenas no Estado de São Paulo e foram desenvolvidas ações investigativas em cidades da região Nordeste, pois nestes locais foram distribuídos exemplares aos sindicatos de orientação comunista.

armado. Os militares revolucionários das guarnições de Natal e Recife promoveram uma quartelada, que resultou na morte de oficiais superiores, mas, no entanto os militares subalternos e rebeldes da região Nordeste falharam ao coordenar o seu golpe com os conspiradores do Sul. Os comandos locais foram alertados e a revolta foi facilmente controlada no Rio de Janeiro quando os rebeldes haviam se movimentado. SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963. p.2.

¹⁴⁵ Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963, p.2.

O DEOPS/PE investigou o Terra Livre no município de Recife, capital do Estado de Pernambuco. Amaro Valentins que residia na Rua Floriano Peixoto nº65, sala 428, na referida cidade foi investigado pelo órgão da repressão, pois foi considerado pelos policiais suspeito de distribuir exemplares do periódico em fazendas e usinas. Era exercício comum dos policiais direcionarem investigações em torno de sujeitos suspeitos de realizar a distribuição do jornal em regiões, como neste caso descrito. As ações investigativas e repressivas dos policiais do DEOPS/SP em torno dos suspeitos de distribuir exemplares do jornal foi metodologia adotada pelos policiais para impedir que as notícias chegassem ao alcance dos assinantes. Compreendemos que os responsáveis por realizar as leituras do jornal aos demais trabalhadores rurais foram rotulados de “subversivos e sediciosos” pelos policiais. Amaro foi taxado pelos policiais como “subversivo”, responsável por realizar a leitura do Terra Livre aos trabalhadores. A realização da leitura do periódico em voz alta foi considerada pelos policiais uma ameaça à ordem política e/ou social. Membros da repressão entendiam que o contato dos trabalhadores rurais com idéias comunistas possibilitaria ao PCB realizar a revolução no campo.

Com base em investigações, o DEOPS/CE reuniu informações sobre as atividades do Terra Livre Estado do Ceará. A “Polícia Política Paulista” teve acesso a tais informações, por meio do contato com as autoridades do órgão repressivo cearense. José Leandro foi alvo de investigações da “Polícia Política Cearense”, sendo acusado pelos policiais como indivíduo que realizava a leitura de notícias que estimulavam os trabalhadores rurais a realizarem manifestações grevistas. As investigações constataram que Leandro era responsável pela distribuição de exemplares do periódico em Estados da região Nordeste e pela assinatura de matérias acerca da luta dos trabalhadores rurais nordestinos¹⁴⁶.

José Leandro exerceu a função de correspondente do jornal, ou seja, foi responsável por assinar as reportagens que retratavam as lutas dos trabalhadores rurais nordestinos e as condições de vida, vividas pelos mesmos. Leandro foi caracterizado pelos policiais, como indivíduo que incitava os lavradores nordestinos a realizarem manifestações grevistas por meio da realização de leitura em voz alta. Este sujeito se tornou alvo do DEOPS/CE, pois assinava as matérias do periódico e mantinha vínculo com a direção do jornal. Neste sentido, entendemos que investigações foram desenvolvidas em torno de correspondentes. A função de correspondente exercida por Leandro foi qualificada pelos policiais, como subversiva e sediciosa. José Leandro Bezerra era dirigente comunista e estimulou os camponeses

¹⁴⁶ Relatório sobre a situação política no Norte do País. 15/101963, p.1.

nordestinos a se organizarem sob a forma de associações e sindicatos de trabalhadores e a lutarem por direitos por meio de entidades sindicais.

As informações adquiridas através do contato com outras autoridades foram utilizadas pelos componentes da “Polícia Política” paulista, para reforçarem a tese de que o Estado de São Paulo não era o único espaço em que o jornal apresentava perigo.

O Terra Livre era impresso na cidade de São Paulo, porém contava com distribuidores em inúmeras regiões de diferentes Estados brasileiros, como foi descrito no Capítulo 1. Caso o periódico tivesse sua circulação restringida, não alcançaria as demais regiões rurais brasileiras e os trabalhadores rurais seriam impedidos de realizar as leituras de notícias sobre as ações políticas dos lavradores na luta por direitos.

Com base em materiais da repressão, constatamos que a Delegacia de Ordem Política desenvolveu atividades em parceria com delegacias de polícia do interior paulista para coibir a circulação do jornal. O Delegado de Ordem Política e Social¹⁴⁷ deslocou dois policiais ao município de Avaré. Por meio de ação conjunta com o delegado de polícia local da referida cidade, ambas as autoridades policiais adotaram medidas preventivas e instituíram vigilância sobre o meio rural da região de Avaré.

Por meio de ações investigativas foi diagnosticada a realização de manifestações grevistas em usinas e fazendas de café no município de Avaré e em três municípios vizinhos, cujos nomes não foram mencionados no relatório. Os policiais suspeitaram que as paralisações das atividades agrícolas fossem incentivadas pelo periódico. O objetivo dos praças foi o de investigar os lavradores, visando à apreensão de exemplares.

Segundo a ótica dos policiais do DEOPS, as investigações realizadas nas cidades da região de Avaré apresentaram resultados importantes. A ação conjunta envolveu a delegacia local e a Delegacia de Ordem Política que resultou na apreensão de 168 exemplares do jornal Terra Livre e de 31 exemplares do jornal Notícias de Hoje, em posse dos trabalhadores envolvidos em tais atos. Por meio de atividades investigativas, em torno de trabalhadores rurais e militantes comunistas, os policiais procuravam apreender exemplares do periódico com a finalidade de prender os agentes do Terra Livre.

Para os policiais, os trabalhadores rurais da região de Avaré portavam exemplares do periódico em suas casas. Consideramos que fazendas, usinas e dormitórios de lavradores eram locais vistoriados pelos policiais, visando à apreensão de jornais. Os lavradores grevistas

¹⁴⁷ A Delegacia de Ordem Política e Social do DEOPS/SP foi constituída de acordo com o Decreto-Lei, nº 11.782, de 30 de Dezembro de 1940. AQUINO, M. A. de; SWENSSON JR, W; L. N. de. G. MORAES. (org.) *O Dissecar da Estrutura Administrativa do DEOPS/SP*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

foram considerados pelos policiais suspeitos de portarem exemplares do jornal comunista em estudo.

O trabalho com materiais da repressão nos possibilita entender que os responsáveis pela conquista de assinantes foram investigados e presos. Os agentes que realizavam a coleta de assinaturas e a distribuição do jornal na região de Avaré foram investigados, interrogados e presos pelos policiais. Inquéritos foram instaurados contra representantes do periódico da região de Avaré, sendo tais documentos remetidos ao Ministério Público. Mesmo com base no relatório, não foi possível identificar se tais inquéritos foram aceitos pelo Ministério Público e posteriormente transformados em processos judiciais. Militantes comunistas, trabalhadores rurais e membros de sindicatos, que tivessem sob suas posses, exemplares do jornal foram presos e inquéritos instaurados e remetidos ao Ministério Público. Caso tais documentos fossem aceitos, poderiam ser transformados em processos judiciais. Realizar prisões e instaurar inquéritos não foi metodologia adotada apenas contra os indivíduos que portavam exemplares do referido jornal. Militantes comunistas, imigrantes, sindicalistas foram presos e inquéritos foram abertos, pois policiais acreditavam que tais agentes sociais estavam desenvolvendo atividades subversivas e sediciosas.

Os policiais do DEOPS/SP entendiam que a finalidade do jornal era a de instruir os trabalhadores agrícolas a organizar manifestações grevistas e passeatas, reuniões e comemorações como nos primeiros de maio, dia do trabalho. Os agentes da repressão tinham consciência de que o periódico incitava os trabalhadores a realizar campanhas pelo aumento de salários e pela diminuição da carga horária de trabalho. A “Polícia Política Paulista” foi constituída com o objetivo de reprimir os inimigos políticos do “Estado”, como militantes comunistas, imigrantes, sindicalistas, trabalhadores operários, dentre outros. As oligarquias consideravam que a divulgação das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros era perigosa. Os fazendeiros temiam que manifestações grevistas fossem realizadas em períodos de colheita, ações que garantiam aos lavradores direitos, como aumento do salário-mínimo, 13º salário e férias anuais remuneradas. A partir deste pressuposto, levamos em consideração que os membros do “Aparato Repressivo” trabalhavam em defesa das oligarquias rurais.

Entendemos que a “Polícia Política”, ao invés de zelar pela segurança dos cidadãos, defendeu o interesse de membros pertencentes às oligarquias rurais, que se mantinham no poder e ou apoiavam o regime ditatorial.

As autoridades policiais procuravam adquirir informações se o Terra Livre preenchia as exigências legais para circular¹⁴⁸. Caso preenchesse, poderia circular normalmente em todo o interior paulista, embora o PCB estivesse na ilegalidade política.

As investigações desenvolvidas pelo DEOPS/SP em torno do jornal foram classificadas pelos policiais, como “atos de saneamento ideológico, utilizados com a finalidade de impedir a circulação de idéias perigosas” (CARNEIRO, 2002, p. 21-22). Segundo o imaginário repressivo, tais idéias estavam contidas em exemplares do Terra Livre e eram perigosas para a sociedade.

Ao desenvolver análise sobre a censura do DEOPS/SP sobre a imprensa, Maria Luiza Tucci Carneiro enfatizou que jornais voltados aos trabalhadores e que contestavam as arbitrariedades cometidas pelos patrões foram confiscados pela “Polícia Política”. Tais materiais foram taxados pelas autoridades como subversivos e sediciosos, principalmente por incentivar as massas trabalhadoras a lutarem pelos seus direitos. Por ser um meio de comunicação que denunciou arbitrariedades cometidas por fazendeiros contra seus funcionários como a prática de castigos físicos, o Terra Livre teve seus exemplares confiscados desde o ano de 1949, período que foi fundado. Os policiais do DEOPS/SP apreenderam jornais, pois o periódico buscou incentivar os trabalhadores a lutarem pelos seus direitos.

“A imprensa militante desempenhou papel fundamental na mobilização do operariado brasileiro conscientizando sobre suas possibilidades de ação” (CARNEIRO, 2003, p.19). O periódico em estudo buscou conscientizar os trabalhadores sobre suas possibilidades de ação, ou seja, por meio de greves e da participação em sindicatos.

As ações do “Aparato Repressivo” do “Estado” foram voltadas contra indivíduos que trabalhavam no Terra Livre. O trabalho com relatórios das investigações nos mostrou que o militante Walter dos Santos foi investigado, pois mantinha relação com a direção do periódico, apesar de ter dedicado seu trabalho como fotógrafo ao jornal Hoje, durante vários anos¹⁴⁹. Sob a ótica da repressão, o referido militante recebia instruções da direção do partido e do jornal.

Walter foi identificado pelos agentes da coação, como representante do jornal e sujeito que mantinha relações políticas com Luiz Carlos Prestes. Portanto, foi investigado, pois escrevia reportagens sobre as lutas dos trabalhadores rurais em cidades do interior paulista.

¹⁴⁸ Comunicado enviado pelo Delegado de Ordem Política e Social ao Juiz de Direito da Comarca de Avaré. 6 de abril de 1957 sobre a situação do Terra Livre perante a Justiça, p.1.

¹⁴⁹ Relatório sobre investigações desenvolvidas pela Delegacia de Ordem Política e Social sobre Walter dos Santos Freitas. 7/1/1950, p.1.

Principalmente, por ser responsável pela distribuição do jornal e pela coleta de assinaturas em regiões interioranas. Por ter desempenhado tais funções, Walter foi qualificado pelos censores como indivíduo que desenvolvia atividades subversivas.

A análise dos relatórios policiais nos mostra que os parentes de pessoas que trabalhavam para o Terra Livre se tornaram alvo de investigações. A “Polícia Política” investigou Antônio Aquilino de Freitas, pois este indivíduo era irmão de Walter dos Santos, representante do jornal. Os policiais suspeitavam que Aquilino fosse responsável pela distribuição do jornal, por ter relação de parentesco com Walter. A suspeita foi confirmada pelos policiais. Na concepção dos membros da “Polícia Política”, Aquilino foi responsável pela distribuição dos exemplares do periódico. Indivíduos que trabalhavam para o Terra Livre, como Heros Trench, Amaro Valentins, Walter dos Santos e Aquilino Freitas foram considerados pelos policiais do DEOPS/SP como agentes que deveriam ser combatidos e impedidos de viver em sociedade. Pela vigilância em torno de tais indivíduos, os policiais procuravam impedir a divulgação de idéias comunistas.

As autoridades que trabalhavam em prol da repressão, não concordavam com a circulação de idéias pecebistas por meio do Terra Livre, pois o partido estava na ilegalidade política e impedido de participar de eleições¹⁵⁰. Investigadores do DEOPS/SP defenderam a tese de que a justiça deveria modificar as leis de circulação de periódicos, no sentido de impedir a distribuição de jornais comunistas.

De acordo com o historiador Rodrigo Pato Sá, a Polícia Política seria o setor responsável pela segurança do Estado e pela manutenção da ordem. “Sua existência é justificada em nome dos interesses coletivos, mas muitas vezes, sua preocupação é zelar pela segurança dos aparelhos do Estado” (MOTTA, 2006, p 55.). Investigadores sustentaram a tese de que ações contra o periódico eram importantes para a manutenção da ordem e para a segurança do aparelho estatal. Portanto, tais agentes defenderam a premissa de que as atividades do DEOPS em torno do periódico protegeriam as famílias dos trabalhadores rurais do contato com as idéias comunistas. Entretanto, entendemos que as autoridades do referido órgão tinham medo de que as idéias difundidas pelo jornal ameaçassem a classe governante, visto que no interior desta havia membros pertencentes às oligarquias rurais.

¹⁵⁰ De acordo com o historiador brasileiro Thomas Skidmore, o Governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1947, adotou postura favorável aos Estados Unidos no contexto da Guerra-Fria, contrária a URSS, sendo utilizado um dispositivo da constituição de 1946 que reprimia forças antidemocráticas. Para este autor, o PCB teve seus direitos cassados, seus parlamentares tiveram seus mandatos suspensos após ter usufruído da legalidade política durante curto período (1945-1947). SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

As ações repressivas em torno do periódico foram desenvolvidas pelos policiais para impedir que os lavradores fossem informados sobre as condições de vida que os trabalhadores rurais eram submetidos, principalmente no que concernem às lutas dos trabalhadores rurais no interior paulista. Neste sentido, o objetivo dos policiais foi o de coibir a sindicalização e a organização dos homens do campo, que estava sendo apoiada por associações constituídas pela Ulta em cidades do interior paulista.

4.2. A Justiça como resistência

Os serviços autorizados dos correios foi o meio encontrado pela direção do Terra Livre para distribuir exemplares aos assinantes em cidades do interior do Estado de São Paulo e nos demais Estados brasileiros. Entretanto, deve ser feita uma ressalva. A utilização dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos (ETC), não era um meio seguro para distribuir os exemplares. Partindo desta premissa, levamos em consideração que investigadores do DEOPS/SP exerceram constantemente vigilância policial em agências da (ETC).

Policiais da Delegacia de Ordem Política e Social foram responsáveis por checar as mercadorias embaladas pelos funcionários dos correios¹⁵¹, visando à apreensão de jornais de orientação comunista.

No dia 1º de julho de 1963 a direção do jornal foi comunicada que investigadores da Delegacia de Ordem Política e Social do (DEOPS/SP) estiveram na agência dos correios na cidade de São Paulo. Tais agentes da repressão inspecionaram os pacotes embalados pelos funcionários da (ETC) e confiscaram exemplares do periódico.

A direção do Terra Livre não se mostrou apática em relação à apreensão dos jornais pelos componentes do DEOPS/SP. Neste sentido, membros da direção do Jornal utilizaram a justiça para impedir que a ação repressiva voltasse a ser repetida. O advogado Cícero Viana foi responsável por defender os interesses da direção do Jornal na esfera jurídica. Este profissional trabalhava para o Jornal, ou seja, foi responsável por assinar a coluna Conheça seus Direitos, como já foi apresentado no primeiro capítulo. A partir deste pressuposto este profissional encaminhou ao Juiz de Direito da Vara dos Feitos da Fazenda Estadual mandado de segurança impetrado em nome do diretor do periódico, “Heros Trench”.

¹⁵¹ Processo formulado pelo Advogado Cícero Viana e encaminhado ao Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Estadual. 3/7/1963, p.1.

Esta ação judicial, promovida pelo advogado do Terra Livre, é caracterizada como uma contra ofensiva à apreensão dos exemplares nas agências dos correios. De acordo com as alegações do advogado:

O Jornal Terra Livre, sociedade civil devidamente registrada de acordo com a legislação vigente sob nº411, do livro b, nº1 do Cartório Adalberto Netto e com sede nesta capital, a Rua José Bonifácio, Nº29, 10 andar, sala 103, representado por seu proprietário Heros Trench, Brasileiro, casado, Jornalista, com escritório do endereço supra, por seu advogado ao final assinado, mui respeitosamente vem a vossa excelência Impetrar Mandado de Segurança Preventivo contra o Exmo. Dr. Delegado Titular da Delegacia de Ordem Política e Social, o que faz por motivos de fato e de direito e com os fundados legais a seguir deduzidos¹⁵².

O jornal estava devidamente registrado de acordo com a legislação vigente e amparado pela lei que garantia a livre circulação de periódicos. A ação repressiva do DEOPS/SP foi qualificada no processo, como ameaça ao direito de circulação do Terra Livre.

Na análise de Viana, a distribuição dos jornais era direito assegurado pelo artigo 141, parágrafo 5º da carta magna e do artigo nº 1 da lei de imprensa¹⁵³. A utilização destes argumentos descritos anteriormente foi arcabouço adotado pelo autor da ação, para convencer o juiz, que o referido jornal poderia circular. A ação repressiva dos policiais contra o Terra Livre nos mostra que o DEOPS/SP desrespeitou a lei de imprensa em vigor.

O Jornal dependia dos serviços dos correios para distribuir os exemplares aos assinantes de todo o país. O Terra Livre não foi o único órgão de imprensa que utilizou os serviços autorizados dos correios para a distribuição dos jornais.

Os policiais, responsáveis pelo confisco dos exemplares foram qualificados no processo como criminosos, que solicitaram durante a inspeção, que o chefe da seção de remessas do correio fornecesse os nomes dos assinantes e dos agentes do Terra Livre do interior paulista. O funcionário da ETC foi retratado, na ação judicial do advogado do periódico, como sujeito que não contribuiu com os investigadores.

O policial solicitou que os jornais do Terra Livre não fossem entregues aos assinantes e pediu ao chefe da seção que embalsassem e enviassem os exemplares para a sede do DEOPS/SP. Os exemplares foram confiscados, pois os policiais consideraram tais materiais de caráter subversivo e sedicioso. Desta forma, os membros do DEOPS/SP procuraram

¹⁵² Processo formulado pelo Advogado Cícero Viana e encaminhado ao Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Estadual. 3/7/1963, p.2.

¹⁵³ Processo formulado pelo Advogado Cícero Viana e encaminhado ao Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Estadual. 3/7/1963, p.5.

impedir a distribuição dos jornais aos assinantes em todo o país. Os componentes da repressão taxaram os exemplares apreendidos como provas materiais articuladas do crime político.

A apreensão de jornais foi entendida pelo advogado do jornal como abuso de autoridade e prática de indébita interferência em uma repartição federal. A agência dos correios foi caracterizada na ação judicial como espaço em que os policiais não poderiam tomar qualquer tipo de decisão. “Nenhuma autoridade teria direito de invadir o local, para realizar a apreensão de jornais, mesmo se tratando de caráter público”¹⁵⁴. O advogado considerou a invasão à agência dos correios uma ação criminosa que deveria ser punida pela lei.

As ações repressivas contra o Terra Livre foram interpretadas por Viana, como contrárias à lei vigente. Tais ações foram qualificadas pela defesa como criminosas, ou seja, ameaças à circulação das idéias pecebistas. O advogado defendeu a tese de que o DEOPS não poderia impedir a distribuição do jornal, inclusive ressaltou que houve apreensão de uma edição inteira do jornal, que no prazo de 15 dias chegaria aos assinantes. A investida dos investigadores impediu a distribuição dos exemplares em cidades do interior paulista.

O mandado de segurança impetrado foi um mecanismo utilizado para defender os direitos do jornal em divulgar as diretrizes do partido aos trabalhadores rurais por meio do Terra Livre. Cícero Viana utilizou o artigo 141, parágrafo 5 da constituição federal de 1946, da Lei de Imprensa de 1953 para defender o direito do periódico de divulgar idéias comunistas aos trabalhadores rurais. Na visão do advogado “É livre a manifestação do pensamento sem que dependa da censura. Respondendo cada um nos casos, e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. A publicação dos livros e periódicos, não dependerá da licença do poder público”¹⁵⁵.

Na visão do advogado, a liberdade de imprensa era direito ameaçado pelo DEOPS. Sob o entendimento de Viana, o periódico não estimulava a subversão da Ordem Política e Social. Viana defendeu perante a justiça a premissa de que o periódico não poderia ser impedido de circular e de que as informações publicadas no Terra Livre não realizavam propagandas de guerra no campo. A utilização destes argumentos foi arcabouço jurídico adotado pelo advogado para defender os interesses do jornal, de modo que continuasse circulando em regiões brasileiras.

Os jornalistas entendiam que a liberdade de imprensa garantia o direito de circulação do Terra Livre e dos demais meios de comunicação. As atividades do jornal foram

¹⁵⁴ Parágrafo n°5 da Constituição de 1946, p.3.

¹⁵⁵ Parágrafo n°5 da Constituição de 1946, p.3.

desenvolvidas numa conjuntura em que predominava as liberdades democráticas. O artigo nº 1 da Lei de Imprensa nº 2.083, de 1953¹⁵⁶ garantia a livre circulação e a publicação de jornais e periódicos em território brasileiro. Entretanto, deve ser feita uma ressalva. A circulação dos exemplares do periódico e dos demais jornais comunistas era ameaçada pelos agentes da repressão, portanto, a liberdade de imprensa não foi respeitada no país, inclusive o DEOPS/SP tentou por inúmeras vezes fechar a sede do jornal. O artigo nº 5 determinava que os jornais fossem registrados em cartório civil de pessoas jurídicas. Não havia impedimento legal para a circulação do Terra Livre, pois o jornal era registrado no cartório Adalberto Netto na cidade de São Paulo. A lei de imprensa não permitia a censura aos meios de comunicação, porém ela não impediu os policiais de reprimirem o periódico.

A fundamentação da ação judicial contra o “Aparato Repressivo” foi estratégia utilizada pelo advogado para alegar que a circulação do Terra Livre era amparada pela Lei de Imprensa nº2083, de 12 de novembro de 1953, que garantia aos jornais periódicos e informativos de livre publicação e circulação, no território brasileiro. Esta base de argumentação foi utilizada pelo advogado do jornal, com a finalidade de convencer o juiz de que as autoridades do DEOPS/SP não tinham motivos para realizar apreensões de exemplares.

Cícero Viana qualificou o Terra Livre como jornal que preenchia as exigências legais para circular, pois possuía registro no cartório de pessoas jurídicas. O advogado considerou que mesmo com a falta de registro, a justiça não poderia tornar ilegais as atividades do periódico.

Na concepção do advogado, não existia dispositivo na lei vigente que permitia a apreensão de jornais, apenas se as informações fossem de caráter obsceno. Desta forma, o advogado reforçou a tese de que as ações repressivas instituídas pelo DEOPS/SP contra o Terra Livre eram ilegais.

Ainda o artigo 60 do diploma em questão é taxativo ao afirmar que:
Nenhuma providencia de ordem administrativa poderá tomar a autoridade publica que direta e indiretamente cerceie a livre publicação de periódicos e jornais¹⁵⁷.

O advogado interpretou apreensão de exemplares, como ameaça a liberdade de imprensa. Em contrapartida, os policiais do DEOPS/SP procuraram justificar perante a justiça que as ações contra o Terra Livre eram importantes para impedir a circulação de idéias subversivas e sediciosas. O delegado de Ordem Política e Social enviou um comunicado ao

¹⁵⁶ Lei da Liberdade de Imprensa-Lei nº 2.083 de janeiro de 1953, p.1.

¹⁵⁷ Artigo nº60 da Constituição de 1946, p.3.

juiz e alegou que os investigadores do “Aparato Repressivo” do Estado brasileiro trabalhavam em defesa da democracia.

É lícito conjecturar que, talvez tais atividades tenham a ver com a defesa da democracia. Ou com a conspiração pregada por sua Excia, o governador do Estado em Itu que nos deram notícia os jornais de vez que o impetrante tem como dístico “A Terra para que nelas trabalham”¹⁵⁸.

Pela interpretação de dispositivos jurídicos da constituição, o advogado defendeu os interesses do impetrante. Portanto, Viana teve o objetivo de legitimar a representação perante a esfera judicial de que a liberdade de imprensa estava ameaçada em todo o país. O autor da ação contra os agentes da coação não mencionou no processo os nomes dos jornais que estavam sendo investigados e reprimidos pelo DEOPS.

Cícero Viana declarou no processo que o Jornal era registrado no cartório Adalberto Neto, para convencer a justiça de que a “Polícia Política” não poderia apreender exemplares do periódico. Apenas o registro em cartório era suficiente para que o jornal circulasse. A Justiça foi uma esfera que assumiu um papel de mediadora na resolução deste conflito. Foram manifestadas relações de forças na esfera judicial, entre os agentes da repressão e o advogado que representou o Terra Livre.

O advogado do Terra Livre interpretou os dispositivos da constituição que possibilitava a circulação de periódicos e construiu discursos para garantir a circulação dos exemplares. Tais discursos exerceram eficácia simbólica, pois o Juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Estadual proferiu sentença favorável ao jornal. Na concepção do juiz, o periódico poderia circular sem que houvesse ações repressivas do DEOPS.

A segunda vara da fazenda dos feitos da fazenda estadual apresentou uma sentença final referente ao mandado de segurança impetrado pelo representante jurídico do Terra Livre no dia 13 de agosto de 1963. O Juiz de Direito Silvio Lemmi proferiu tal sentença em nome do poder judiciário, sendo remetida ao Delegado de Ordem Política e Social.

O Delegado manteve contato com o juiz e demonstrou seu comportamento em relação à sentença proferida por Silvio Lemmi e explicou a esta autoridade que as ações repressivas contra o Terra Livre foram mecanismos de prevenção contra a ameaça à segurança nacional.

O Delegado de polícia considerou as atividades desempenhadas no meio rural pelos Terra Livre como nocivas à segurança nacional e à Ordem Pública.

¹⁵⁸ Processo formulado pelo Advogado Cícero Viana e encaminhado ao Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Estadual. 3/7/1963, p.4.

Assim, segundo a lei 1.533, 31 de dezembro de 1951, o artigo 1, chamado mandato preventivo de segurança, preventivo, decorre da iminência da violência, ensejando justo receio de sofrê-la vale dizer 1) mal prestes a desencadear-se, e 2) temor fundado em direito consagrado em lei, ou seja, em outros termos, a ação e atuação do paciente ser legal, portanto, justa. Ora aqui, precisamente ocorre o contrário. Descabe o mandato preventivo, porque, sem duvida alguma, o jornal subversivo em tela é comunista, ativo, claro, fanático mesmo na divulgação da ideologia que adotou. Além do mais, idéias expostas pelo Jornal que eram defendidas por um partido que a justiça colocou fora da lei, o Partido Comunista Brasileiro¹⁵⁹.

O Delegado não se conformou com a decisão judicial¹⁶⁰, considerando ilegítimas as ações impetradas pelo advogado do Terra Livre. A autoridade do DEOPS justificou perante o juiz que adotou medidas preventivas em torno do jornal na agência dos correios, para impedir o contato da sociedade brasileira com idéias comunistas.

O juiz Silvio Lemmi concedeu ganho de causa ao impetrante e considerou o Terra Livre legalmente registrado e alegou que o mesmo poderia circular normalmente. A análise da sentença nos concede a dimensão, de que ação judicial obteve eficácia simbólica e de que os policiais foram impedidos de realizar apreensões de exemplares.

4.3. A Palavra Impressa como Resistência

Os jornalistas utilizaram a palavra impressa como resistência contra a repressão instituída pelo DEOPS/SP. A matéria intitulada, “Adhemar Diabólico pretende calar a imprensa paulista”, foi publicada pelos editores para qualificar o Governador Adhemar de Barros, como autoridade que reprimiu o jornal e inúmeros meios de comunicação que lutavam contra as injustiças sociais.

Entretanto, não foram mencionados pelo Terra Livre os veículos de imprensa que foram reprimidos pelo DEOPS/SP e que manifestaram posições contrárias às injustiças existentes no país. Não conseguimos identificar as causas pelas quais não foram citados os nomes de tais órgãos de comunicação. O periódico considerou o governador do Estado de São Paulo autoridade que tinha um plano para impedir a circulação do jornal. Conforme foi enfatizado pelo periódico, o objetivo desta autoridade foi a de “amordaçar” a imprensa paulista. O uso do termo “amordaçar” na reportagem foi o meio utilizado pelos editores do Jornal como forma simbólica, com o objetivo de classificar o governador como inimigo dos trabalhadores rurais e como defensor da classe latifundiária.

¹⁵⁹ Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963, p.2.

¹⁶⁰ Notificação do Delegado de Ordem Política e Social enviado ao Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Estadual, 1/8/1963, p.1.

O Terra Livre destacou as causas que levaram o DEOPS/SP a confiscar os exemplares. Na avaliação do periódico, a ação repressiva da “Polícia Política Paulista” foi desencadeada, pois o jornal apoiou as lutas camponesas em todo o país e a formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Ao publicar o ocorrido com o jornal, os editores procuraram chamar a atenção do público, que as medidas adotadas contra o jornal eram contrárias à lei vigente, e que não poderiam ser executadas.

A trama do Governador chegou ao nosso conhecimento nos primeiros dias de julho. Informações de boa fonte indicavam então que agentes do DEOPS/SP haviam comparecido a central dos Correios e Telégrafos nesta capital solicitando a seção de despacho de jornais uma série de dados sobre as remessas do Terra Livre para o interior do Estado e as demais unidades da federação. Tais dados naturalmente não foram fornecidos alegando o funcionário abordado pelos agentes do DEOPS/SP ser ilegal o atendimento daquela solicitação, pois se a atendesse, incorreria em crime funcional, sabido é que a lei resguarda o sigilo de correspondência. Mas os agentes da polícia do Dr. Adhemar de Barros, indicando como interessado nas informações até mesmo o General Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, insistiram nos seus objetivos, sugerindo que pelo menos fosse indicada a data das remessas do Terra Livre. O funcionário do DCT, contudo, repeliu serenamente esta idéia, certo que estava que aquela ingerência da polícia era indébita e descabida, e que seria também responsabilizado pela apreensão das remessas, que era o objetivo da polícia ao apresentar a aludida sugestão. Cientificada dos fatos, a direção do Terra Livre tomou de imediato várias medidas para resguardar a liberdade de imprensa, flagrantemente ameaçada. Um mandado de segurança foi impetrado por intermédio do Dr. Cícero Vianna, na vara dos feitos da fazenda, sendo concedida apenas 48 horas depois pelo M. Juiz de Direito Silvio Lemmi, fato que, aliás, não há precedentes nos últimos 30 anos em São Paulo¹⁶¹.

A divulgação da conquista obtida pelo advogado Cícero Viana na justiça garantiu os direitos de o periódico circular livremente, sem que houvesse qualquer impedimento por parte dos censores do DEOPS/SP, como já foi citado anteriormente. Neste sentido, o corpo editorial do periódico desqualificou as ações repressivas e classificou-as como criminosas.

O Jornal caracterizou veículos de comunicação brasileiros como segmentos que manifestaram solidariedade para com o periódico. Neste sentido, o Terra Livre buscou mostrar aos leitores, que a imprensa brasileira repudiou a ação repressiva na agência dos correios. Entretanto, uma lacuna está por ser preenchida, pois não foram citados na reportagem os nomes dos órgãos de imprensa que manifestaram repulsa à apreensão dos jornais.

O periódico conscientizou seus leitores que não foram apenas meios de comunicação que manifestaram posição contrária ao DEOPS, mas organizações camponesas,

¹⁶¹ Adhemar, diabólico, pretende calar a imprensa paulista. TL, ano XIV, n°125, agosto de 1963, p.7.

parlamentares, entidades representativas da imprensa de São Paulo, segmentos da sociedade civil também demonstraram indignação diante da repressão ao periódico.

Embora tenha sido concedida a liminar no mandado de segurança impetrado por Terra Livre e outras preventivas estejam em pleno curso, cumpre a nossos agentes e leitores, informar prontamente a direção do jornal qualquer anormalidade verificada junto às repartições dos correios, e telégrafos, notadamente em São Paulo. Os direitos a mais livre circulação que assistem a este órgão estão amparados na constituição federal e na legislação vigente para a imprensa brasileira. São, portanto intocáveis, sob a pena de incorrer em crime, todo aquele que atentar. Por outro lado, cumpre registrar que a mais grave interferência dos policiais do Governador Adhemar de Barros, nas repartições dos correios e telégrafos, estará, legalmente fora da lei, acumpliciando-se com o mesmo todo o funcionário de uma forma ou outra ilegalidade que venham ser cometidas. Em tais casos, naturalmente procederemos através da justiça para a aplicação das medidas previstas pela lei¹⁶².

O periódico reforçou a tese de que a repressão repercutiu em todo o país. Na análise do jornal, estudantes na cidade de Santo André se solidarizaram com o periódico e enviaram ao Ministro da Justiça Dr. Abelardo Jurema, um documento em que manifestaram repúdio contra a repressão ao “Jornal dos Camponeses”¹⁶³. Pela publicação da matéria descrita anteriormente, os jornalistas Terra Livre buscaram legitimar a percepção de mundo de que inúmeros segmentos sociais não se mostraram apáticos frente à repressão sofrida pelo jornal e que defenderam abertamente o direito do periódico circular, sem qualquer tipo de restrição. Portanto, os editores procuraram eleger o DEOPS/SP como inimigo da sociedade.

Na visão dos editores do Terra Livre, a UNE não foi a única instituição que manifestou repulsa à ação dos policiais na agência dos correios. O periódico classificou o sindicato de Santa Fé do Sul, como entidade que demonstrou solidariedade com o jornal dos camponeses contra a ação do DEOPS/SP¹⁶⁴, desta forma o jornal procurou, mas os sindicatos de trabalhadores rurais, como entidades manifestaram-se em posição contrária à “Polícia Política”.

Os editores do periódico não economizaram esforços, no sentido de denunciar repressão do DEOPS ao Terra Livre em cidades do Estado de São Paulo. O jornal mostrou que o caso da apreensão dos exemplares na agência dos correios não foi o único ocorrido. Portanto, o periódico esclareceu os leitores que a coação ao periódico aconteceu em inúmeras cidades do interior paulista.

¹⁶² Adhemar, diabólico, pretende calar a imprensa paulista. TL, ano XIV, nº125, agosto de 1963, p.7.

¹⁶³ De acordo com a carta publicada no Terra Livre, os diretores deste periódico agradeceram o apoio dos estudantes por se manterem um posicionamento contrário à repressão do DEOPS/SP e manifestarem sentimento de repulsa a este órgão. TL, ano XIV, nº125, agosto de 1963, p.7.

¹⁶⁴ Protesto Camponês contra a atitude repulsiva de Adhemar de Barros. TL, São Paulo, ano XIV, nº130, São Paulo, janeiro de 1964, p.6.

O Terra Livre destacou que fazendeiros contaram com o apoio do DEOPS/SP para impedir a distribuição de exemplares na região de Canitar. Todavia, o periódico ressaltou que em inúmeras regiões brasileiras, proprietários rurais estavam contando com o apoio de aparelho repressivo para coibir a circulação do jornal. Entretanto, o meio de comunicação em tela não citou os municípios em que estavam sendo desencadeados tais atos. O Jornal taxou o latifundiário Ferraz Igreja, membro local da União Democrática Nacional (UDN) da cidade de Canitar e o fazendeiro Cunha Bueno, membro do Partido Social Democrático (PSD), como indivíduos que contaram com o apoio da Delegacia de Polícia Local para reprimir o Terra Livre. “Jornal que manifestava uma posição contrária aos seus interesses, por estimularem seus empregados a lutarem pela realização da Reforma Agrária”¹⁶⁵. Jornalistas entenderam que a ação repressiva teve como objetivo o impedimento à luta dos lavradores pela Reforma Agrária e por direitos trabalhistas.

Ao destacar que tais latifundiários e que o Delegado local fizeram com que o representante do jornal Terra Livre, Roque Pedroso, comparecesse na Delegacia de Polícia da Cidade de Ipaucú, de forma forçada, o periódico considerou tais indivíduos, inimigos dos trabalhadores rurais. O Delegado foi qualificado pelo jornal como “Capanga Local”, “pois havia fingido esquecer, que o jornal estaria circulando sob o amparo do mandado de segurança concedido pelo Dr. Juiz Silvio Lemmi contra o delegado do DEOPS/SP de São Paulo”¹⁶⁶. A utilização do termo mencionado corresponde à estratégia dos editores do jornal de qualificar a referida autoridade como agente que estava a serviço da “Polícia Política Paulista”.

Conforme foi publicado pelo periódico, o delegado “rasgou a lei de imprensa”. Com a utilização do referido termo, os jornalistas procuravam transmitir na mensagem, uma conotação simbólica, tendo em vista classificar a autoridade mencionada, como inimiga dos trabalhadores rurais e contrária à lei de circulação de periódicos no Brasil. O objetivo do corpo editorial foi o de qualificar os delegados de polícia, do interior paulista, como indivíduos que eram coniventes com a camada latifundiária, na tarefa de reprimir o jornal comunista, voltados aos camponeses. A Lei de Imprensa nº 2.083 de 12 de novembro de 1953 não proibia a circulação de jornais comunistas, inclusive, qualquer órgão de imprensa poderia circular livremente. Porém deve ser ressaltado que a lei de imprensa não foi respeitada pelo “Estado Brasileiro”, que por sua vez utilizou o DEOPS/SP para reprimir o Terra Livre.

¹⁶⁵ Camponês em Ipaucu fez delegado engolir ameaça a Terra Livre. TL, São Paulo, fevereiro de 1964-Suplemento Especial., p.5.

¹⁶⁶ Camponês em Ipaucu fez delegado engolir ameaça a Terra Livre. TL, São Paulo, fevereiro de 1964-Suplemento Especial, p.5.

O termo “Capanga Local” foi utilizado na matéria pelos jornalistas para caracterizar o delegado como funcionário que prestava serviços às classes dominantes no meio rural, ao mesmo tempo em que exercia função como homem público. Por esta reportagem, o Jornal taxou policiais como agentes que estavam compactuando com os latifundiários na tarefa de reprimir o jornal Terra Livre, visando impedir as lutas por direitos.

Na análise do jornal, o delegado não teria motivos para realizar a prisão do representante. O delegado foi taxado pelos jornalistas como usurpador da liberdade de circulação de exemplares e periódicos. Neste sentido, o Jornal rotulou esta autoridade, como inimiga dos meios de comunicação. O representante do jornal foi caracterizado, na reportagem, como indivíduo que impediu a apreensão dos exemplares e que lutou para que os mesmos fossem distribuídos. A expressão “cão de fila” foi utilizada na matéria para classificar o delegado de polícia de Ipaucú como funcionário que se mantinha a serviço dos fazendeiros. O representante do Jornal foi identificado na reportagem como agente responsável pela distribuição de exemplares na região de Canitar¹⁶⁷.

Os jornalistas entenderam que a tentativa de apreensão de jornais eram ações que prejudicaram a circulação dos exemplares e as lutas dos trabalhadores rurais em inúmeras regiões brasileiras.

Os jornalistas do periódico procuraram conscientizar os leitores sobre as dificuldades dos agentes de entregarem os exemplares aos assinantes em cidades do interior paulista, já que policiais e jagunços exerciam vigilância em áreas rurais. Jornais foram deixados nas porteiras das fazendas no período noturno, para não serem apreendidos pelos policiais e jagunços que realizavam durante o dia rondas em áreas rurais.

Durante o dia, seria propício aos policiais realizarem apreensões de exemplares. “Grande parte dos exemplares eram enrolados com impressos e costurado com algodãozinho” (MEDEIROS, 1997, p.208). Esta era medida utilizada pelos agentes do jornal para evitar a apreensão de jornais.

Por meio de uma matéria publicada no Terra Livre, o Presidente da Ultab e Presidente recentemente eleito pela Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Contag)¹⁶⁸ Lindolfo Silva comunicou aos leitores que recebeu uma carta do camponês Alziro Ferreira da

¹⁶⁷ Camponês em Ipaucú fez Delegado engolir ameaça a Terra Livre. TL, Suplemento Especial, São Paulo, dezembro de 1963.

¹⁶⁸ A Confederação de Trabalhadores Agrícolas do Brasil (CONTAG) foi constituída em uma assembléia realizada no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro entre os dias 20 e 23 de dezembro de 1963. Na reunião de formação da Contag, houve a participação de 23 federações de trabalhadores rurais. As sessões foram presididas pela Comissão de Sindicalização Rural (CONSIR). COSTA, L. FC. *O Sindicalismo Rural brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

Silva. Pela publicação da referida missiva, o Jornal denunciou as ações dos policiais do DEOPS/SP contra o jornal, visando à apreensão de exemplares¹⁶⁹.

O Terra Livre denunciou a ação policial que resultou na invasão do sindicato dos trabalhadores rurais de Vera Cruz, cidade localizada na região da Alta Paulista, e na apreensão de nove exemplares do periódico, nove manifestos de convocação de 2ª Conferência Estadual dos Lavradores e um cartaz do líder camponês Jofre Correa Neto¹⁷⁰. O trabalho com esta carta nos possibilita compreender que associações de trabalhadores rurais e sindicatos eram locais visados pelos agentes da repressão. Investigações foram desenvolvidas em tais entidades, pois os policiais suspeitavam que nestas organizações houvesse a presença de exemplares do periódico. Portanto, os sindicatos se tornaram alvos da vigilância policial, por serem assinantes do jornal camponês.

Jornalistas pediram ao juiz Sílvio Lemmi da Vara dos Feitos da Fazenda, que impetrasse ação judicial contra o delegado de Vera Cruz, em defesa da lei de segurança nacional, que garantia a liberdade de circulação de jornais e periódicos em todo o Brasil.

O Jornal interpretou a apreensão de nove exemplares do jornal como ação arbitrária.

A direção do Terra Livre relatou em nota que não se manteria apática diante da repressão que tornou a ser cometida. Neste sentido, a direção do Jornal alegou em nota que encaminharia uma queixa-crime ao Dr. Juiz Silvio Lemmi, cujo despacho favorável ao jornal foi rasgado, ou seja, não foi cumprido.

O periódico buscou explicar aos leitores que não foi a primeira vez que os policiais procuraram impedir que as notícias chegassem aos trabalhadores rurais. O Terra Livre classificou a ação do DEOPS/SP na cidade de Vera Cruz como ato de desrespeito às leis em vigor no país, à justiça e à democracia¹⁷¹. Por meio da publicação da referida carta, o jornal estimulou os lavradores a lutarem contra a apreensão dos exemplares, caso jornais fossem confiscados em cidades do interior paulista pelas delegacias de polícia locais.

Documentos foram apreendidos na redação do jornal na capital paulista, pois o referido local foi alvo constante de ações policiais. Os componentes que desenvolviam trabalhos para o periódico tanto na redação quanto na direção tiveram a iniciativa de modificar os locais que abrigavam a redação. Partindo desta premissa, a redação não possuía

¹⁶⁹ Policial de Vera Cruz rasgou despacho de Silvio Lemmi. TL, São Paulo, fevereiro de 1964, Suplemento Especial.

¹⁷⁰ Vera Cruz, 15 de janeiro de 1964. Alziro Ferreira da Silva. TL TL, São Paulo, fevereiro de 1964, Suplemento Especial, p.1.

¹⁷¹ Policial de Vera Cruz rasgou o despacho de Silvio Lemmi. TL, São Paulo, fevereiro de 1964, Suplemento Especial, p.1.

local fixo, porém nas edições do jornal, o endereço mencionado era a Rua José Bonifácio nº29, 10º andar.

Os locais que abrigavam a sede do Terra Livre foram investigados e invadidos pelo DEOPS/SP por diligências policiais. Portanto, investigações foram realizadas em locais suspeitos de abrigar a redação do jornal. Apesar de serem porta-vozes do ideário repressivo, os relatórios policiais nos concedem a dimensão de que a mudança dos locais que abrigavam a redação do Terra Livre, era a forma de resistência articulada, visando impedir a apreensão de exemplares periódico.

Mesmo sendo materiais da repressão, os relatórios nos possibilitam compreender que a utilização de carros de passeio foram recursos adotados pela direção do jornal para impedir apreensão de exemplares¹⁷². Os editores do jornal tinham a consciência de que a distribuição dos exemplares pelos correios possibilitaria a apreensão de tais materiais.

A direção do jornal utilizou os trens para distribuir os exemplares aos assinantes no interior paulista. “A estrada de ferro foi um meio importante para a distribuição de jornais revolucionários, sendo jogados às proximidades da linha” (CARNEIRO, 2003, p.47). Os exemplares do Terra Livre eram distribuídos por meio de trens e jogados perto das ferrovias. Este foi o método utilizado pelos agentes para distribuir os jornais, de modo que os trabalhadores pudessem manter contato com idéias comunistas.

“Leitores de jornais que moravam em áreas rurais, receberem via trem jornais que os estimulavam lutar pela realização da Revolução Comunista e escondiam os mesmos em fronhas de travesseiros, embaixo de colchões e no forro de almofadas” (CARNEIRO, 2002, p.47). Aqueles que realizaram assinatura do jornal comunista tinham consciência de que se não tivessem a devida cautela seriam presos e os materiais confiscados.

A gráfica do jornal foi vigiada pela polícia no período diurno e noturno, para impedir a distribuição dos exemplares do Terra Livre, durante o período de sua existência, ou seja, entre os anos de 1949 e 1964¹⁷³. Entretanto, a vigilância não impediu a distribuição de exemplares. Durante a madrugada, os jornais eram postos em carros de passeio. Porém, deve ser reiterado que houve casos de perseguições policiais aos carros que transportavam os exemplares.

Na madrugada, policiais afrouxavam a vigilância policial na gráfica, local em que foram impressos exemplares do jornal, sendo, portanto, um período propício ao

¹⁷² ULTAB e seu órgão de imprensa “Terra Livre”. Relatório de Investigação. 2/9/1960, p.2.

¹⁷³ “Como nasceu o Terra Livre”. Radoico Guimarães. Suplemento de Aniversário. 5 de maio de 1949-5 de maio de 1963. P.3. Este suplemento acompanhava a edição do Terra Livre. TL, ano XIV, nº 122, maio de 1963. Trata-se de uma edição comemorativa, do aniversário de 14 anos do Terra Livre.

encaminhamento do material impresso. Este foi um subterfúgio adotado pela direção do jornal, no intuito de contornar os obstáculos impostos pelo repressor.

Considerações Finais

A direção do PCB, entre os anos de 1954 e 1964, criou inúmeros meios de comunicação para divulgar as idéias comunistas às massas trabalhadoras. Os órgãos de imprensa comunista foram importantes instrumentos de conscientização dos trabalhadores sobre os direitos garantidos pela CLT que sequer eram cumpridos pelos patrões. O Terra Livre foi utilizado pelos comunistas para divulgar as ideias socialistas, porém, ao longo deste trabalho foi destacada a importância do periódico na divulgação dos direitos dos trabalhadores, que foram desrespeitados pelos proprietários rurais.

A partir do que foi trabalhado, entendemos que criação do Terra Livre em 1949 foi ao encontro da proposta do PCB, ou seja, de divulgar as diretrizes do partido aos camponeses.

Pela inexistência de veículos de comunicação voltados à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, o periódico foi constituído pela direção pecebista.

O periódico ao longo de sua existência conscientizou os trabalhadores rurais sobre suas possibilidades de ações na luta por direitos trabalhistas. Portanto, o Terra Livre se esforçou em mobilizar os camponeses a lutarem por meio de greves e de ações impetradas na justiça trabalhista. Os sindicatos foram classificados pelo periódico como entidades importantes na luta pelos benefícios da CLT. Lindolfo Silva e Cícero Viana incentivavam os trabalhadores a se sindicalizarem visando à defesa dos direitos.

A coluna Conheça seus Direitos foi responsável pela divulgação dos direitos garantidos aos trabalhadores com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). A referida seção possibilitou entender que a divulgação dos benefícios da legislação foi o meio encontrado pelos jornalistas para incentivar os lavradores a realizarem a leitura do Terra Livre. Pela divulgação dos direitos trabalhistas, o corpo editorial se esforçou em transmitir as mensagens aos leitores de que o jornal defendia os interesses dos trabalhadores rurais.

O trabalho com exemplares do Terra Livre permite entender que a direção do periódico demonstrou interesse e preocupação em dar ao periódico uma característica diferenciada dos demais meios de comunicação, constituídos sob os auspícios do PCB.

Os anos de 1954 e de 1964 foi o período em que o PCB demonstrou interesse em organizar os trabalhadores rurais e os camponeses sob a forma de sindicatos e de associações. A Ultab foi constituída após a realização da 2ª CNTA em 1954, tendo em vista atuar na formação de organização de organismos sindicais. Nesta perspectiva, o periódico exerceu papel importante na realização da propaganda destas entidades sindicais, visando estreitar o vínculo dos comunistas com os lavradores. O Terra Livre estimulou os camponeses a

participar das atividades sindicais. Neste sentido, o Jornal divulgou que as manifestações grevistas e que os processos impetrados na justiça do trabalho foram ações incentivadas pelas associações de trabalhadores rurais concebidas pelos comunistas.

O Terra Livre foi responsável por divulgar as lutas dos lavradores pelos direitos. As reportagens sobre as greves dos trabalhadores rurais possibilitaram compreender que o periódico transmitiu aos leitores a imagem dos trabalhadores rurais como agentes sociais capazes de desenvolver lutas políticas. Os camponeses eram agentes políticos que lutaram pelas suas reivindicações. Os sindicatos e as associações exerceram função importante na organização dos movimentos grevistas no interior paulista. O Jornal foi responsável por divulgar a participação dos membros dos sindicatos na organização das greves.

Os jornalistas deram conotação simbólica às matérias sobre as ações dos camponeses paulistas. As greves e as ações impetradas na Justiça do Trabalho foram classificadas, pelos membros do corpo editorial, como indícios de que estava em formação a consciência de classe entre os trabalhadores rurais.

Por meio da divulgação das lutas dos camponeses, o Terra Livre legitimou a imagem dos trabalhadores, enquanto membros pertencentes a uma mesma classe social, que se mantinha contrária aos proprietários rurais.

Ao divulgar as arbitrariedades cometidas pelos patrões, como castigos físicos e o não pagamento dos direitos trabalhistas, os jornalistas se esforçaram em transmitir aos leitores a existência de duas classes sociais opostas e que tinham interesses diferenciados. Os proprietários rurais foram qualificados pelo jornal, como agentes que tinham interesse de explorar os lavradores.

O trabalho com os exemplares do periódico possibilitou entender que o Terra Livre demonstrou esforço em divulgar as mensagens aos trabalhadores rurais, que eram majoritariamente analfabetos. Portanto, as imagens fotográficas e os desenhos foram recursos utilizados pelo corpo editorial com a finalidade de conscientizar os lavradores sobre as condições de vida que estavam submetidos os camponeses brasileiros.

Um dos assuntos que foi enfatizado nesta pesquisa foi o apoio concedido pelo Terra Livre à luta pela Reforma Agrária. Além de orientar os camponeses a se sindicalizarem, o Terra Livre foi utilizado pelos comunistas na tentativa de estimular os camponeses brasileiros a lutar pela eliminação dos latifúndios. O periódico estimulou os lavradores a exigirem do Estado o fim dos latifúndios, assistência técnica e títulos definitivos das terras aos posseiros. Para entendermos o papel do jornal na luta pela realização da Reforma Agrária no país, selecionamos reportagens sobre a Campanha Nacional da Reforma Agrária organizada sob os

auspícios da Ultab. Trabalhamos com gravuras que foram publicadas, tendo como finalidade incentivar os camponeses a participarem da campanha mencionada.

É importante considerar que o Terra Livre foi responsável por tornar públicas as divergências entre fazendeiros e lavradores. Com a divulgação de conflitos envolvendo grileiros e posseiros foi enviado recurso à direção do periódico, no sentido de conscientizar os leitores sobre as injustiças cometidas por fazendeiros. Os jornalistas qualificaram os posseiros de Trombas e Formoso, como agentes que desenvolveram lutas políticas por meio de ações armadas para permanecerem nas terras e para ajudar o partido a conquistar o poder. Por meio da veiculação de notícias sobre a expulsão de posseiros, o corpo editorial legitimou a imagem dos fazendeiros e grileiros como agentes sociais como inimigos dos trabalhadores brasileiros.

O periódico estimulou os lavradores brasileiros a exigirem do Estado a realização da Reforma Agrária, principalmente durante o período em que o PCB direcionou suas ações no campo pela realização da Reforma Agrária e pela formação de grupos armados. Com a entrada do partido na ilegalidade pela perda dos direitos em 1947, o Comitê Central direcionou suas ações em prol da tomada de terras dos latifundiários e de empresas estrangeiras.

Mesmo com o interesse de organizar os camponeses, o CC não modificou seu comportamento em relação ao campo e ao partido continuou defendendo a realização da Reforma Agrária. A propaganda do memorial da Reforma Agrária possibilitou entender que o Terra Livre foi utilizado pela Ultab para mobilizar os trabalhadores rurais pela luta contra o latifúndio. Deve-se levar em consideração que a publicação de poesias que conscientizavam os camponeses a lutar pela desestruturação dos latifúndios foi recurso adotado pelo corpo editorial para incentivar os lavradores a lutar pela realização da Reforma Agrária.

A cultura popular teve espaço nas páginas do periódico. A publicação de poesias foi a metodologia utilizada pelos jornalistas para denunciar as injustiças cometidas contra os trabalhadores rurais. Entretanto, os poemas procuravam incentivar os camponeses a lutarem contra a exploração no campo.

O trabalho com seção Almanaque da Terra foi importante para compreender que os jornalistas se preocuparam em divulgar a cultura popular e informações sobre o cotidiano vivido pelo homem do campo. A coluna foi utilizada para informar o camponês sobre os períodos propícios à realização do cultivo de certas plantas.

O periódico levou ao conhecimento dos leitores a realização de congressos voltados à defesa dos trabalhadores rurais. É importante considerar que o periódico buscou manter os lavradores informados sobre a realização de eventos regionais, estaduais e nacionais.

O periódico foi responsável por divulgar os assuntos discutidos nos congressos, visando construir a imagem dos trabalhadores enquanto movimento político organizado que tinha consciência de seus interesses. A 2ª CNTA realizada em 1954 e o Congresso Camponês de Belo Horizonte realizado em 1961 foram eventos de porte nacional que tiveram a cobertura do Terra Livre.

A trajetória do jornal não foi classificada apenas pela atuação no campo e por estimular os camponeses a se organizarem. Desde o período em que o jornal começou a circular tornou-se alvo das ações repressivas e investigativas do DEOPS/SP.

A repressão da Polícia Política ao periódico nos possibilitou compreender que o “Estado” manteve postura contrária à circulação de idéias comunistas e que não respeitou as liberdades democráticas. Portanto, o “Aparato Repressivo do Estado” impediu a circulação de propostas políticas. Os membros da “Polícia Política” justificaram que as idéias comunistas não poderiam ser divulgadas, pela cassação dos direitos partidários. Entretanto, a direção do jornal manteve uma postura contrária às ações repressivas do DEOPS/SP. As matérias jornalísticas e o processo judicial formulado pelo advogado Cícero Viana foram trabalhados nesta pesquisa, sendo que tais materiais abriram a possibilidade de realizar discussão sobre as formas de resistência contra a repressão ao jornal.

As investigações mostraram que a atuação do DEOPS/SP se encontrou minimamente presente nos locais mais improváveis e demonstraram o medo que as atividades políticas no campo despertariam aos fazendeiros que o órgão defendia os interesses.

O trabalho com materiais da repressão foram fundamentais para entender a metodologia adotada pelos policiais para coibir e investigar o Terra Livre. Os relatórios policiais são fontes que revelam as estratégias do DEOPS em reprimir o periódico.

Esta pesquisa pode dar margem para abertura às discussões sobre a repressão a movimentos sociais rurais, uma vez que este Jornal apoiou a formação de associações e sindicatos em cidades do interior paulista, principalmente diante da iniciativa da Ultab de estimular a participação dos trabalhadores rurais em congressos, sejam de nível local, regional, estadual e até nacional.

Os exemplares analisados ao longo do texto são importantes documentos que permitem ao pesquisador analisar o papel exercido pelo Terra Livre na sindicalização e pela conscientização dos trabalhadores rurais brasileiros. Por se tratarem de ricos materiais, deve-se considerar que os jornais possibilitam entender a relação entre imprensa e movimentos sociais.

Fontes

Carta Encíclica Mater Et Magistra. Papa João XXIII, ;abril de 1961.

**Estatuto do Trabalhador Rural. Lei nº4.204 de 2 de março de 1963.
Jornal Terra Livre (1954-1964).**

**Relatórios de Investigações sobre o Jornal Terra Livre (1954-1964) - Fundo DEOPS/SP.
Dossiê DEOPS/SP 30-b-209.**

Lei da Liberdade de Imprensa-Lei Nº 2.083 de janeiro de 1953.

Referências

ANDRADE, M, C.de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 2002.

ARÓSTEGUI, J. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru: Edusc, 2006.

AQUINO, M. A. de; SWENSSON JR, W; L. N. de. G. MORAES. (org.) *O Dissecar da Estrutura Administrativa do DEOPS/SP*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, F. A. de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

BARROS, M. F. de. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso de Estado de São Paulo, entre 1945 e 1964*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 1986.

BOURDIEU. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRUZANTIN, B. de. *Na Boca do sertão: O perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930 – 1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

CANCELLI, E. *O Mundo da Violência*. Brasília: UNB, 1980.

CARNEIRO, M. L. T. *A Imprensa Confiscada pelos DEOPS/SP: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.

_____. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS/SP e as Minorias Silenciadas*. Ateliê Editorial, 2002.

CASTANHO, S. M. *O Jornal Terra Livre e a Divulgação dos Direitos Trabalhistas*. In: CASTANHO, S. M *Lei, Trabalho e Política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2009.

CASTANHO, S. M. *A ação do PCB, da ULTAB e do jornal “Terra Livre” na luta pela Reforma Agrária*. In: CASTANHO, S. M *Lei, Trabalho e Política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2009.

CASTANHO, S. M. *O jornal Terra Livre e a leitura do ETR*. In: CASTANHO, S. M. *Políticas e Lutas Sociais no Campo: Organização dos Trabalhadores Rurais, Legislação Trabalhista e Reforma Agrária*. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

CIOCARI, M; CARNEIRO, A. *Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil: 1962-1985. Camponeses mortos, torturados e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

COSTA, L.F.C. *O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

COSTA, H.da. *Em Busca da Memória: Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*. 1ª Ed. São Paulo: Página Aberta, 1995.

CUNHA, P. R. *Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: UNESP, 2007.

DARTON, R. *O Beijo de Lamourrete: Mídia Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEL PICCHIA, P. *O PCB no quadro atual da política brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FALEIROS, M. I. . *Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

GIRARDET, R. *Para uma introdução do imaginário político*. In: GIRARDET, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRYNSZPAN, M; DEZEMONE, M. *As Esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. IN: FERREIRA, J; REIS, D. *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, A.P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 3ª Ed, 1968.

JULLIARD, J. *A política*. In: LE GOFF, J; NORRA, P (org.). *História: Novas Abordagens*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

HOBBSBAWN, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, A.S.de. *Vítimas do Ódio: A Militância Comunista e as Lutas Camponesas no interior paulista (1945-1958)*. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Marília: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2010.

LUCCA, T. R. de. *História dos, nos e por meio dos Periódicos*. IN: BASSANESI, C (org.). *Fontes Históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. de. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 5. Ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. S. de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses: Os comunistas e a Constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOTTA, R.P.S. *O Ofício das Sombras*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte. v. XLII, N.1, 52-67, 2006.

PALMEIRA, M. *Modernização, Estado e questão agrária*. ESTUDOS AVANÇADOS, v. 3, n. 7 de 1989.

PRADO JR, C. *A Revolução Brasileira*. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O Estatuto do Trabalhador Rural*. Revista Brasiliense, V.47, p.1-9.

PRIORI, A. *O PCB e a Questão Agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas*. In: MAZZEO, A, C; LAGOA, M.I (Org.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O Protesto do Trabalho: História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná. (1954-1964)*. Maringá: EDUEM, 1996.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SALLUM JR, B. *Capitalismo e Cafeicultura*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, O. *O Programa do Partido, a organização e a luta dos camponeses*. In: SANTOS, R. *Questão Agrária e Autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.43-54.

SIGAUD, D. G.P; MAYER, D.A; OLIVEIRA, P. C. de; FREITAS, L. *Reforma Agrária- A Questão de Consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1962.

SILVA, E. A. da.. *O Despertar do Campo: Lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.a.O Despertar do Campo: Lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

SODRÉ, N.W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

STOLCKE, V. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1950-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STÉDILE, J. P. *História e Natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VINHAS, M. *O Partidão: A luta por um partido de Massas*. São Paulo: Hucitec, 1982.

XAVIER, M. *Antecedentes Institucionais da Polícia Política*. In: *DEOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.

WELCH, C; GERALDO, S. *Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.